



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Vanessa de Oliveira da Luz

**O LUGAR DA MULHER PERTENCENTE À CLASSE TRABALHADORA NA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

MARIANA – MG

2019

Vanessa de Oliveira da Luz

**O LUGAR DA MULHER PERTENCENTE À CLASSE TRABALHADORA NA
SOCIEDADE BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social da Universidade Federal de Ouro Preto
– UFOP.

Orientadora: Kathiúça Bertollo.

MARIANA – MG

2019

L9781 Luz, Vanessa de Oliveira da.
O lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira
[manuscrito] / Vanessa de Oliveira da Luz. - 2019.

113f.: il.: color; tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Mulheres - Teses. 2. Trabalhadores - Atividades políticas - Teses. 3. Conflito social - Teses. 4. Trabalho - Aspectos sociais - Teses. 5. Opressão (Psicologia) - Teses. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.65-055.2

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanessa de Oliveira da Luz

O LUGAR DA MULHER PERTENCENTE À CLASSE TRABALHADORA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Membros da banca

Kathiuça Bertollo - Dra. Serviço Social - UFOP
Cláudio Henrique Horst Miranda - Dr. Serviço Social - UFOP
Patrícia Ferreira Ramos- Me. Letras - UFOP
Dayane Oliveira Gonçalves - Bacharel em Letras- UFOP

Versão final
Aprovado em 28 de novembro de 2019

De acordo

Kathiuça Bertollo
Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Kathiuca Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2019, às 23:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0028632** e o código CRC **C4BA81F8**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204034/2019-87

SEI nº
0028632

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a conclusão de uma etapa muito sonhada da minha vida. Eis que através deste, tenho a confirmação de que conquistei o meu tão sonhado diploma de nível superior de ensino. Sou a primeira da minha família a ter a oportunidade de estar inserida em uma universidade federal e sei bem o peso que carrego e a importância que um título desse tem para mim e para àqueles que sonharam junto comigo.

Agradeço à Deus por tornar possível a minha vitória e fazer com que todos os meios conspirassem a meu favor, desde a minha chegada nessa cidade (Mariana-MG), até o presente momento. Agradeço ao meu pai Geraldo, a minha mãe Aparecida e as minhas irmãs Fabiana e Fernanda que me apoiaram nesta caminhada e fizeram de tudo para que eu me mantivesse aqui. Agradeço principalmente a minha tia Andreлина que não mediu esforços para que eu me sentisse o mais confortável possível nesta cidade, e que por vezes deixou de fazer por ela mesma para que eu pudesse ter o melhor. Aos meus familiares que se sentiram orgulhosos e representados por mim, que se mantiveram felizes com a minha caminhada, tia Beatriz, tia Angela, vovó Maria, matriarca da família e um dos meus exemplos de força e resistência. As amigas que fiz neste lugar Hércules Viana, Igor Francisco, Izabella Rocha, Letícia Inácio e Nayara Silva, entre outras pessoas que cruzaram o meu caminho nessa cidade, e me deram força pra seguir em frente mesmo com tantos percalços. A minha amiga Luana que mesmo distante sempre dava um jeito de me apoiar, por entender o meu sonho. À minha supervisora de estágio Carla Rangel, que se tornou uma grande amiga e inspiração na profissão. A minha orientadora Kathiúça Bertollo que acreditou no meu potencial acolhendo a mim e ao meu trabalho de forma tão cuidadosa, me ensinando que o conhecimento deve ser compartilhado e principalmente a não duvidar de mim mesma. Aos integrantes da minha banca Claudio Horst, Dayane Gonçalves e a Patrícia Ramos, que prontamente aceitaram participar desse momento tão importante da minha vida. Enfim, o meu agradecimento se estende a todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste processo e que agora se torna uma realidade!

VOZES-MULHERES

Conceição Evaristo

(Poemas de recordação e outros movimentos)

*A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio,
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue*

e

fome,

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si*

a fala e o ato.

O ontem - o hoje - o agora.

Na voz da minha filha

Se fará ouvir a ressonância

O eco da vida-liberdade.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre qual tem sido o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira a fim de contribuir, a partir da perspectiva classista, na potencialização das lutas de classe. Nesse cenário de desigualdade social exacerbada em decorrência da contradição Capital x Trabalho, onde as duas classes sociais fundamentais deste sistema, a burguesia e a classe trabalhadora, se veem desempenhando papéis e ocupando lugares opostos, uma sobrepondo à outra, na medida em que a primeira utiliza dos seus meios de produção para condicionar a segunda à exploração da força de trabalho e à opressão de gênero, de raça e de classe. Esta pesquisa se alinha ao entendimento da urgente necessidade de buscar e construir alternativas que modifiquem esta realidade posta e busquem retirar as mulheres do lugar historicamente imposto a elas: de exploração, submissão e opressão. Para tanto, é tarefa primeira discutir a questão de gênero e raça a partir da condição de classe social. É importante ressaltar que, na ordem do capital, as políticas de enfrentamento às expressões da questão social, conseqüentemente de enfrentamento às opressões adotadas pelo Estado e por muitos movimentos sociais feministas, não têm alcançado e nem poderão alcançar um estrutural êxito na potencialização da mulher à sua condição de emancipada. O passado escravocrata se faz presente ainda nos dias de hoje e, com isso, torna a vida das mulheres negras ainda mais difícil em relação ao cotidiano e vida das mulheres brancas. O que reafirma a necessidade de uma revolução para construir uma sociedade que esteja longe das conformidades e ditames do capitalismo. Para tanto, no contexto da luta da classe trabalhadora, historicamente as mulheres ocupam e ocuparão papel fundamental.

Palavras-Chave: Classe Trabalhadora. Lutas de Classe. Exploração e Opressão. Mulher.

ABSTRACT

This study aims to reflect on what has been the place of women belonging to the working class in Brazilian society in order to contribute, from the class perspective, in the potentiation of class struggles. In this scenario of exacerbated social inequality due to the Capital x Work contradiction, where the two fundamental social classes of this system, the bourgeoisie and the working class, find themselves playing roles and occupying opposite places, one overlapping the other, as the former uses its means of production to make the latter dependent on the exploitation of the labor force and the oppression of gender, race and class. This research aligns with the understanding of the urgent need to seek and build alternatives that modify this posed reality and seek to remove women from the place historically imposed on them: exploitation, submission and oppression. Therefore, it is the first task to discuss the issue of gender and race from the condition of social class. It is important to emphasize that, in the order of capital, policies of confronting the expressions of the social question, consequently of confronting the oppressions adopted by the State and by many feminist social movements, have not achieved and will not be able to achieve a structural success in the empowerment of women. its emancipated condition. The slave-like past is still present today and, with this, makes the life of black women even more difficult in relation to the daily life and life of white women. This reaffirms the need for a revolution to build a society that is far from the conformities and dictates of capitalism. To this end, in the context of the working class struggle, women historically occupy and will occupy a fundamental role.

Keywords: Working Class. Class fights. Exploitation and Oppression. Woman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

EUA – Estados Unidos da América

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

PNCBA - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPT - Ministério Público do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor

TGEu – Transgender Europe

LGBTQI+ - L- Lésbica, G- Gays, B- Bissexuais, T- Transexuais, Travestis e Transgêneros, Q- Queer, I- Intersexuais, + engloba todas as outras letrinhas de LGBTT2QQIAAP

CEOs - Chief Executive Officer – Diretor Executivo

ANDESUFSC – Associação Nacional de Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina

OMS – Organização Mundial da Saúde

CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional

CLADEM – Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher

OEA – Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos

PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA	18
1.1 – A esfera da produção e da reprodução social no Brasil: passado e presente	21
1.2 – A construção sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira	30
II – A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: A SUA CONDIÇÃO DE TRABALHADORA	42
2.1 – A influência do patriarcado no modo de produção capitalista	47
2.2 – A mulher e o mundo do trabalho	57
III – O PAPEL PROTAGÔNICO DA MULHER NO CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES	73
3.1 – Marcos da luta internacional, nacional e regional	78
3.2 – A necessidade histórica da emancipação humana e o fim da exploração e opressão da mulher. Os gêneros estruturam a sociedade?	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXO	98

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da última etapa para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como exigência para colação de grau. Escrever sobre esse assunto, reforça a contribuição que a minha formação no curso de Serviço Social possibilitou para que eu pudesse dialogar com este tema e problematizá-lo a partir de uma ótica classista, entendendo o quanto a profissão Serviço Social sempre esteve no enfrentamento das expressões da “questão social” advindas da contradição capital x trabalho, e na defesa da classe trabalhadora por um modelo de sociabilidade sem dominação, exploração de classe, etnia, gênero, assim como, estabelece através do Código de Ética do (a) Assistente Social (Lei 8662/93), que o exercício profissional seja feito sem ser discriminado/a ou discriminar por questões de inserção de classe social, etnia, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou condição física.

Escrever essa pesquisa, traz também, à tona a minha realidade enquanto mulher, negra e pobre, pertencente a uma classe que é severamente superexplorada todos os dias, e que compõe a grande maioria da população brasileira. Fazendo uso desta minha condição e tendo consciência de que não estou sozinha, afinal, essa é a condição de classe e raça da maioria das mulheres da sociedade brasileira e por isso entendo que compartilham das mesmas inquietações que as minhas. Falar de gênero, classe e raça no século XXI é necessário e ao mesmo tempo urgente. Necessário, porque nos damos conta do pouco que conseguimos avançar e urgente porque percebemos que ainda temos muito a compreender no que diz respeito a esta pauta.

“O lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira” é o título deste estudo que fala da mulher da classe trabalhadora inserida em um contexto de sociedade capitalista. Historicamente a mulher tem sido explorada e oprimida, entretanto ela segue lutando e resistindo às facetas deste modo de produção que se favorece no âmbito da produção e da reprodução social. Na dupla jornada diária, a mulher deixa de pertencer a si mesma, perdendo sua subjetividade para corresponder às cruéis expectativas do capitalismo.

Esse fato me fez questionar sobre qual tem sido o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira? Onde encontramos tais respostas? Onde estão as mulheres descendentes de negros e negras sequestrados de todas as partes da África e escravizadas durante o período colonial? Como se efetiva a participação dessas mulheres na sociedade brasileira? Em

quais profissões estas estão inseridas? Foram tantos os questionamentos que cá estou eu, escrevendo sobre o tema e dedicando a minha pesquisa de conclusão de curso a este assunto.

É importante refletirmos sobre o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira, a fim de contribuirmos à perspectiva classista no que se refere ao entendimento da questão, bem como no que se refere à potencialização das lutas de classe. É certo que uma sociedade forte e secularmente estruturada na escravidão como modo de produção econômico e de reprodução da vida social deixaria marcas profundas no país, na formação da classe trabalhadora e na determinação do lugar da mulher pertencente à esta classe. A partir disso, entendemos e reafirmamos que a condição da mulher na sociedade não deve ser pautada somente pela questão de gênero, mas sim, a partir da raiz do problema que é o modo de produção capitalista e suas contradições.

Dessa forma, encaremos a urgência de pensarmos sobre a luta de classes no processo sócio-histórico do Brasil, dando ênfase ao lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora. Debater acerca da mulher enquanto força de trabalho em contexto de capitalismo dependente; explicitando como o patriarcado contribui para que o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade capitalista seja configurado como de subalternidade, opressão e exploração. Isso implica também, em decorrência, discutirmos sobre o lugar e o papel da mulher pertencente à classe trabalhadora na construção de uma sociedade verdadeiramente livre e emancipada.

O tema deste estudo é a mulher pertencente à classe trabalhadora e se justifica no momento em que me deparo com um fato que ganhou grande repercussão nas mídias nacionais. A notícia trazia a foto da festa de comemoração dos 50 anos da diretora executiva de uma revista feminina, a Vogue Brasil, em um luxuoso hotel na Bahia, com a presença de vários artistas brasileiros e internacionais. O que chama atenção na notícia é o fato de que a decoração da festa teria sido feita se remetendo ao tema “Brasil Colônia Escravocrata”, onde mulheres negras vestidas de mucamas “ambientavam” o local e recebiam os convidados ao lado de um trono, o “trono da sinhá” em que a aniversariante alegremente recebe suas convidadas e convidados.

O período da escravidão no Brasil requereu e potencializou um dos maiores crimes de tráfico humano que já aconteceu na história da humanidade. Durante quase 400 anos, pessoas foram sequestradas e levadas para outro continente com a obrigação de produzir riquezas para um pequeno grupo de pessoas. A dor do povo negro, as nossas dores não podem ser usadas como fantasias ou ornamentação de festas, muito menos, serem retratadas como motivo de orgulho por

aqueles que, de alguma forma contribuíram para que fôssemos severamente explorados durante tanto tempo. A escravidão deixou profundas marcas que ainda refletem nos dias atuais. O racismo estrutural e cultural nos mostra que esse momento sequer foi superado, e talvez essa não seja a intenção, afinal, “a senzala moderna ainda continua sendo o quarto da empregada”, e a classe dominante brasileira é escravocrata, sente-se vinculada organicamente ao processo de escravização das pessoas, porque se beneficiou e se beneficia disso e porque foi assim que se enriqueceu, sobre o suor, sangue e vida de muitos.

Após o ocorrido e relatado nos parágrafos anteriores, Donata Meirelles, diretora executiva da revista Vogue, pediu desculpas, explicando que a festa não tinha um tema específico e que os trajes correspondiam às vestimentas tradicionais das baianas, “que vestem branco nas sextas feiras”, que a cadeira era de candomblé, e que, portanto, de sua parte não teve nenhuma referência ao período da escravidão. Desculpas típicas de quem é racista!

“Escravizar nem de brincadeira!” a fala é de Elza Soares em resposta à Donata Meirelles. Elza, que com um texto forte, expressou sua indignação ao ver um ato racista de forma tão escancarada, partido de uma mulher que é diretora de uma revista feminina, branca, hetero, que representa o retrato da elite nacional.

Gentem, sou negra e celebro com orgulho a minha raça desde quando não era “elegante” ser negro nesse país. Quando preto não usava o elevador dos “patões”. Quando pretos motoneiros dos bondes eram substituídos por brancos em festividades com a presença de autoridades de pele branca. Da época em que jogadores de um clube carioca passavam pô de arroz no rosto para entrarem em campo, já que não “pegava bem” ter a pele escura. Desde que os garçons de um famoso hotel carioca não atendiam pretos no restaurante. Éramos invisíveis. Celebro minha raça desde o tempo em que gravadoras não davam coquetel de lançamento para os “discos dos pretos”. Celebro minha origem ancestral desde que “música de preto” era definição de estilo musical. Grito pelo meu povo desde a época em que se um homem famoso se separasse de sua mulher para ficar com uma negra, essa ganhava o “título” de vagabunda, mas não acontecia se próxima tivesse a pele “clara”. Sou bisneta de escrava, neta de escrava forra e minha mãe conhecia na fonte as histórias sobre o flagelo do povo negro. Protesto pelos direitos da minha raça desde que preta não entrava na sala das sinhás. Gentem, essas feridas todas eu carreguei na alma e trago as cicatrizes. A maioria do povo negro brasileiro. Feridas que não se curaram e são cutucadas para mantê-las abertas demonstrando que “lugar de preto é nessa Senzala moderna”, disfarçada, à espreita, como se vigiasse nosso povo. Povo que descende em sua maioria dos negros que colonizaram e construíram o nosso país. Hoje li sobre mais uma “cutucada” na ferida aberta do Brasil Colônia. Não faço juízo de valor sobre quem errou ou se teve intenção de errar. Faça um alerta! Quer ser elegante? Pense no quanto pode machucar o próximo, sua memória, os flagelos do seu povo, ao escolher um tema para “enfeitar” um momento feliz da vida. Felicidade às custas do constrangimento do próximo, seja ele de qual raça for, não é felicidade, é dor. O limite é tênue. Elegância é ponderar, por mais inocente que sua ação pareça. A carne mais barata do mercado FOI a carne negra e agora NÃO é mais. Gritaremos isso pra quem não

compreendeu ainda. Escravizar, nem de brincadeira. (Em <<https://www.geledes.org.br/elza-soares-sobre-festa-da-diretora-da-vogue-escravizar-nem-de-brincadeira/>> Acesso em 11 nov. 2019 apud Soares, 2019).

Considerando o fato a partir da perspectiva classista, a foto me levou a refletir como uma classe (dominante) se sobrepõe a outra, condicionando e determinando que hoje, século XXI, o lugar do negro, no caso da foto, mais especificamente da mulher negra, seja pautado na subalternidade e subordinação. Ao olhar a imagem, me reconheci em um lugar de sofrimento, dor, sangue e morte, assim como foi e representa o período da escravidão. O racismo está enraizado na sociedade capitalista, que o utiliza como artifícios para condicionar o negro à marginalização e às piores determinações sociais. Quando se trata da mulher negra, esse papel tende a ser mais difícil, na medida em que esta é submetida a condições que a explora e a oprime ao mesmo tempo. Ela é condicionada a ocupar os piores empregos e a receber as mais baixas remunerações salariais, com as mais precárias relações trabalhistas; integra o grande exército industrial de reserva de força de trabalho - disponível e barata, sendo sempre a primeira opção em casos de demissão. Possui as piores condições de moradia, estando inserida em maior número nas favelas e comunidades do país. Está longe das escolas e do sonho de concluir os estudos, criando seus filhos, são mães solo!¹ Está nas ruas tentando ganhar o pão de cada dia por meio da prostituição, em clínicas de aborto clandestinas, esquecidas no cárcere privado pelo Estado brasileiro.

O ocorrido não é um caso isolado, e vai ao encontro com outros acontecimentos que se somam e conformam as diárias manifestações racistas que permeiam a nossa sociedade. Como por exemplo, o Estado que expressa o racismo contra seu povo através das várias repressões e violações dos direitos mais elementares.

Para exemplificar essa terrível e enraizada realidade, destacamos mais um fato. Na noite de sábado, dia 26 de outubro, duas mulheres que presenciavam uma abordagem truculenta de policiais na cidade de Mariana-MG tentam filmar o ocorrido, até que são surpreendidas pelos policiais que iniciam outra ação brusca na tentativa de intimidá-las por estarem filmando a abordagem. Com a justificativa de que seriam testemunhas, arrancam-lhes o celular, e as colocaram no camburão, sendo conduzidas para o batalhão da polícia militar da cidade, e logo após, para a delegacia da polícia civil de Ouro Preto-MG, onde, por toda madrugada foram desferidas ofensas machistas e

¹ Mães solo – termo utilizado para expressar uma condição imposta as mulheres quando existe o abandono do pai dos seus filhos (à família) ou a negação da paternidade. Não se refere a uma produção independente.

juízos preconceituosos pelo fato de uma das “acusadas” morar em um bairro considerado pelos militares como “lugar de bandido”. Este é o tipo de ação que o Estado utiliza para repreender as pessoas negras e pobres (de cunho violento e racista), como era o caso de uma delas. Quando a ação está ligada a mulheres, estas são submetidas muito fortemente e sofrem violência psicológica, na tentativa de rebaixá-las enquanto ser humano, enquanto mulher, como demonstramos no relato acima.

Três dias após o ocorrido acima, na noite do dia 29 de outubro, a cantora Ludmilla, mulher, negra, lésbica, recebe o Prêmio Multishow de melhor cantora, sendo a primeira artista negra a conseguir esse feito. Ao subir no palco, a cantora é recebida com vaias e um grito de “macaca” de um dos membros da plateia.

No dia 06 de novembro, uma participante negra, de um programa de reality show, foi chamada de “macaca” em rede nacional minutos antes de uma chamada ao vivo. As palavras foram: “Senta logo aí, macaca”. Segundo a emissora, as palavras foram desferidas por um operador de câmera, que teria sido demitido por seu posicionamento racista. No momento da cena, o que mais impressiona, além do crime ocorrido, é o silêncio dos participantes que também ouviram, mas decidiram omitir, dizendo que eram sons externos (da chuva), e não intervieram no que acontecia, nem mesmo o apresentador que entrou minutos depois para uma chamada ao vivo. Enquanto a vítima permanecia em choque e afirmava ter ouvido tal ofensa e manifestação de racismo, com o semblante triste se preparava para mais uma etapa do programa.

São quatro exemplos de crimes de racismo, de violência de gênero que se cruzam entre o período de início e finalização deste trabalho de conclusão de curso. O que comprova a importância de levantar debates de classe, gênero e raça, pois são assuntos que por consequência da nossa ordem social e da estrutura sobre a qual é perpetuada, não têm fim e comprovam que quanto mais escura for a cor da pele, mais exposto a essas situações estará.

Dito isso, para dar conta de responder a essas questões e falar de um assunto tão relevante como é ‘falar da mulher classe trabalhadora na sociedade brasileira’, essa produção acadêmica conta com a estrutura de três capítulos, utilizando os seguintes autores e autoras: Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Marcelo B. Mattos, Darcy Ribeiro, Davi Machado Perez, Carolina Maria de Jesus, Joana N. Calado, Cecília Toledo, Claudia M. Nogueira, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Andrea D’Atri, Diana Assunção, Jenifer Tristán, além de documentos como a Constituição Federal de 1988 e sites consultados.

O primeiro capítulo traz o contexto sócio-histórico em que se deu a formação da classe trabalhadora brasileira. O período colonial, processo acirrado de escravização de homens e mulheres negras, trazidos de todas as partes da África e se juntavam aos índios, que foram os primeiros povos a serem escravizados aqui nesta terra. O Brasil, na busca de sua independência, promove a libertação das amarras coloniais, mas de fato não consegue se libertar de maneira emancipatória por não possuir autonomia econômica e política. Não consegue romper com a condição de continente dependente na economia mundial, assim como os outros países da América Latina que desempenharam um papel fundamental no globo econômico produzindo riquezas para países ditos de primeiro mundo ou de capitalismo central. A burguesia “débil”, o capitalismo tardio, e um passado escravocrata “não superado” dificultaram a construção de uma sociedade que respondesse às suas carências e determinações sociais e econômicas. Nesse sentido, a identidade da classe trabalhadora se tornou algo imprescindível aos inseridos no enfrentamento de todas as opressões e arbitrariedades advindas da contradição Capital x Trabalho. É um processo de reconhecimento das lutas de pessoas que tiveram que batalhar para serem libertas antes de buscarem os direitos mínimos que hoje nos estão sendo retirados.

O segundo capítulo aborda a condição de trabalhadora da mulher na sociedade brasileira, levando em consideração a influência que o patriarcado exerce na vida delas, isto é, nas nossas vidas, e o modo como o capitalismo se favorece disso para condicioná-las à exploração, opressão e subalternidade. Dessa maneira, a mulher é cotidianamente explorada e oprimida, dentro e fora de suas casas, e quem mais se beneficia é o capitalismo, que consegue se favorecer tanto na esfera da produção, como também na da reprodução social. A dupla função social da mulher não permite viver em seu pleno sentido, sendo assim, a introdução ao mercado de trabalho não significou a sua libertação, e em se tratando da mulher negra e pobre esta tende a sofrer ainda mais com as condenações de uma sociedade racista e o peso de um passado escravocrata que as condiciona as piores determinações sociais.

O terceiro e último capítulo discute sobre o papel da mulher nas lutas de classe, a sua condição de protagonista, na medida em que ela é a mais explorada na sociedade e sociabilidade capitalista. Explícita, ainda, as lutas que marcaram a história pelo mundo e mulheres brasileiras que arriscaram e arriscam suas vidas ou as tiveram ceifadas lutando contra esse sistema que as superexplora. A discussão se dedica a aprofundar a questão de classe, a fim de explicar a exploração e a opressão da mulher, trazendo e demonstrando a relevância de se pensar em uma sociedade para

além desta em que vivemos nos dias de hoje, que nos permita viver emancipadas no seu pleno sentido da palavra em se tratando de gênero humano.

Por fim, as considerações finais buscam articular todas as ideias pautadas neste trabalho. A respeito da temática, coloca-se a reflexão sobre a necessidade de pensar no lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora levando em conta que esta representa a grande maioria das mulheres na sociedade brasileira. São negras e pobres e estão presentes nas camadas mais baixas deste país em função da desigualdade social e de um passado cruel que insiste em persegui-las. Dessa forma, levantamos a questão da condição da mulher e buscamos respostas através de um viés classista, com a intenção de demonstrar que o processo de opressão e exploração que estão condicionadas faz parte do sistema econômico e social que vivenciamos, que é o capitalismo, e a importância de se pensar na superação deste para de fato libertar as mulheres dessas amarras se faz urgente nos dias de hoje.

I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

A compreensão de classe trabalhadora no Brasil perpassa pelo seu contexto histórico social. Vivemos por vários anos submetidos ao domínio de colonizadores europeus, que chegaram nessas terras com o propósito de buscar novas fontes de riqueza para sustentar as negociações dos países economicamente evoluídos no século XV.

A chegada dos portugueses trouxe, para além do estranhamento de dois mundos distintos, a dizimação dos índios que aqui viviam, pois foram cruelmente excluídos de seu próprio território pelos recém chegados. Se difícil era sobreviver à contaminação de doenças desconhecidas pelos nativos, mais difícil ainda fora estar diante de um novo modo de vida que os condicionaria à escravidão e à crueldade por séculos.

Índios e negros foram escravizados durante quase 400 anos; o primeiro, logo viveu períodos de extermínio, tendo a maioria de seu povo extinto. O segundo, foi inserido ao trabalho escravo que se expandia por todas as cidades, homens, mulheres e crianças eram trazidos de todas as partes da África, para sustentar um sistema que os colocava em condições de subalternidade e os condicionava a todas as formas de violências. “Tudo o que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro” Reis (1857 apud MATTOS, 2009, p. 29). Do trabalho pesado nos canaviais, fazendas de cafés, minas, afazeres domésticos, aos prazeres dos senhores de engenho. Para todos os “serviços” se recorria à mão de obra escrava de pessoas que foram introduzidas em um sistema colonial e de escravidão de forma tão naturalizada a ponto de modificar também as suas ancestralidades.

A Independência do Brasil, ato, por um viés, fortemente relacionado ao término da desumanidade ocasionada pela escravidão, beneficiou somente a elite nacional que se queixava das amarras colonialistas. O movimento passou despercebido pelo restante da população, uma vez que eram excluídos de qualquer participação política e sua intervenção na sociedade se resumia em fazer o trabalho pesado e construir uma nação que, ao mesmo tempo, limitaria a sua participação historicamente.

Como a maioria dos países da América Latina, o Brasil, ainda que “independente”, não possuía autonomia para seguir suas negociações comerciais no tempo colonial e continuava a depender das intervenções de seus colonizadores. Na fase capitalista, essa dependência continuaria ainda mais acentuada. Se antes a riqueza adquirida era direcionada para a coroa portuguesa, agora, nos novos moldes, esta fica nas mãos do capital estrangeiro, prioritariamente à Inglaterra.

Fernandes (1975, p.11) explica que as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização ocidental”, países de grande poder econômico atuavam financiando navegações que trouxessem a descoberta de novos territórios que pudessem ser explorados sem qualquer impedimento. De forma sistemática, assim se deu o processo na América Latina, grande produtora de gêneros alimentícios, minério de ferro, ouro, entre outros produtos que proporcionaram o crescimento industrial, a criação de bancos, investimentos na área social, a exemplo do período de “Estado de Bem-Estar Social”, que alguns países europeus experimentaram em sua plenitude no período pós-segunda guerra mundial.

A autonomia econômica e política da América Latina se limita na medida em que não consegue romper com a condição de continente dependente na economia mundial. Os resquícios de um passado escravocrata, de capitalismo tardio, e de uma burguesia “débil”, dificultaram a construção de uma sociedade que olhasse para suas carências e determinações sociais, ou que ao menos questionasse o seu espaço econômico/social em detrimento dos demais países, e não se contentasse em elaborar cópias malfeitas de pensamentos de sociedades distintas da nossa, que em nada nos favorecia.

Explorar os países latino americanos se tornou a forma mais fácil e rentável para o capital. Na fase imperialista, os Estados Unidos se tornam superpotência, criando uma hegemonia econômica capaz de intervir em vários territórios, nos diversos segmentos. O padrão imperialista imposto pelos EUA supera os meios mercantis, ele se insere de maneira estruturante do contexto econômico ao cultural na vida das pessoas, se expandindo facilmente e legitimando suas formas de opressão e de superexploração da força de trabalho no globo como um todo.

No enfrentamento de todas as opressões e arbitrariedades advindas da contração Capital X Trabalho, está a classe trabalhadora, formada a partir da identificação dos próprios trabalhadores em suas experiências coletivas que os colocam em um lugar desigual em comparação às classes dominantes.

Antes mesmo da abolição da escravatura, essa identificação de classe já existia, mesmo que ainda o entendimento de formação de classe trabalhadora não estivesse nítido, e nem poderia, já que o capitalismo não havia sido inserido no Brasil. Diante desse sentimento de defesa dos seus grupos sociais, surgiram as primeiras greves, com o intuito de favorecer a libertação de pessoas escravizadas. Com isso, também se deu o surgimento das primeiras associações que funcionavam de forma parecida aos sindicatos tal qual conhecemos atualmente, com a diferença que estas não

tinham tanto poder quanto as instituições sindicais, pois era uma época em que as pessoas não tinham permissão para participação na política, e não era permitido se rebelar contra as árduas condições a que eram submetidos no trabalho, sendo assim, de maneira clandestina e utilizando meios possíveis, buscavam melhores condições para trabalhar, segundo Mattos (2009).

Várias lutas foram travadas desde o século XIX até o século XX quando se concretizou a formação da classe trabalhadora no Brasil. Para isso, foi preciso, além da conjunta-coletiva tomada de consciência de classe, a desmistificação por parte do próprio trabalhador do significado da palavra e do exercício do trabalho, criar ações que trouxessem à tona o real sentido para essa atividade, antes vista como forma de punição a quem não a cumprisse, e realizada somente pelas camadas mais baixas da população, sendo que a outra parte, a elite, ficava a cargo de dar ordens e colher os lucros advindos dessa situação e conformação laboral da época.

A criação dos sindicatos, majoritariamente composto por homens negros, se deu logo depois, na medida em que os movimentos de pessoas interessadas em defender e lutar por melhores condições de trabalho começaram a se ampliar, assim como a interação entre o empresariado e trabalhadores exigia uma representação formal. Haja vista que o Estado, em sua formação burguesa, não se implicaria em defender as necessidades de quem estava em condições desfavoráveis nestas relações, que vive sob todas as formas de submissão para sustentar e manter um sistema como o modo de produção capitalista, que se propaga e se funda na exploração de uma classe sobre a outra.

Falar da classe trabalhadora brasileira é lembrar das condições de exploração do tempo da escravidão, quando a maioria da população negra foi colocada para criar uma sociedade em que esta mesma população não se enquadraria. É lembrar que antes de reivindicar direitos trabalhistas tal qual fazemos atualmente, foi preciso lutar pela liberdade cerceada durante séculos. E mesmo após a conquista da “liberdade”, a tarefa de brigar pela construção do que deveria ser reconhecido como um direito, como: salário mínimo (para homens e mulheres), 8 horas diárias de trabalho, trabalho em locais seguros, etc., não é tarefa fácil. Ainda hoje, século XXI, não temos em nosso país uma remuneração compatível com as atividades exercidas diariamente, trabalhamos por quase metade do mês para conseguir comprar suprimentos de uma alimentação básica. Essa é a realidade da maioria da população brasileira, que vive com o salário mínimo de R\$ 998,00, quando na verdade para conseguir suprir suas necessidades deveria receber 3,99 (R\$ 3.978,63) vezes este valor, segundo a última estimativa de uma pesquisa realizada pelo site do Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos-PNCBA), em outubro de 2019.

Conhecer o processo de surgimento e amadurecimento da classe trabalhadora brasileira é refletir sobre quem são as pessoas que compõem essa classe, as demandas e lutas enfrentadas em contexto de extrema dificuldades em uma época que o trabalho era materializado sob o jugo da escravidão, e que, atualmente, se dá sob a forma assalariada de compra e venda da força de trabalho. É refletir sobre as determinações sociais que nos colocaram nos lugares que ocupamos hoje em dia lugares em que a mulher é fortemente mais explorada e oprimida, e diante disso continuar no enfrentamento dessa contradição fundamental do capitalismo (capital x trabalho) em que as expressões da “questão social” daí decorrentes marcam todos os dias a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

1.1 - A esfera da produção e da reprodução social no Brasil: passado e presente

Para compreendermos como se deu o processo de produção e reprodução social no Brasil, é necessário nos debruçarmos na gênese da construção sócio-histórica brasileira, onde encontraremos tais respostas.

A fase do descobrimento é marcada pela invasão de um pequeno grupo de portugueses em territórios que antes eram dominados por povos indígenas. A “Ilha Brasil” assim chamada por Ribeiro (1995, p. 29), despertou o interesse dos recém-chegados, mas o estranhamento entre duas civilizações totalmente distintas era inevitável, afinal, se tratava de maneiras de viver e ver o mundo, e mundos tão distintos, que logo fez com que um grupo se sobrepujasse ao outro. Os portugueses tinham ideais de civilizações ligadas à dominação e acumulação de riquezas, introduziram seus costumes, suas crenças, implantaram um modelo de sociedade “ideal” ou “habitável” para se sentirem mais confortáveis, desconsiderando toda a realidade social antes construída pelos índios, habitantes originários dessas terras. Seu interesse era um só: explorar os recursos naturais, transformando o sangue e o suor dos nativos em ouro, que adornavam seus corpos e suas vestimentas, construindo impérios, aumentando o poder e as conquistas europeias, tudo em nome de “Deus e da Lei”, como cita Ribeiro (1995, p.48):

Esses índios cativos, condenados à tristeza mais vil, eram também os provedores de suas alegrias, sobretudo as mulheres, de sexo bom de fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar. A vontade mais veemente daqueles heróis d'além-mar era exercer-se sobre aquela gente vivente como seus duros senhores. Sua vocação era a de autoridades de mando e cutelo sobre bichos e matos e gentes, nas imensidades de terras de que iam se apropriando em nome de Deus e da Lei.

Para muitos nativos, como descreve Ribeiro (1995, p. 43) “melhor fora morrer do que viver” aos que sobreviveram à tamanha crueldade, tiveram que se “adaptar” ao novo modelo de vida, cedendo às determinações impostas e tornando-se os primeiros povos a serem escravizados em território brasileiro, onde um dia se viram livres. Eram tratados como bichos selvagens, que precisavam ser “domados”. Assim, os homens serviam para o trabalho pesado, e as mulheres cozinhavam, eram obrigadas a ceder seus corpos para satisfazer as vontades sexuais dos homens brancos, e estarem dispostas a engravidar quando lhes fosse solicitado.

O período Colonial, que vai do século XV ao XVIII, foi marcado pela exploração e pelo controle europeu no Brasil. Apesar de Portugal não ter tanta influência econômica no mercado externo, em comparação aos demais países, como a Inglaterra, Holanda e França, que já possuíam meios de produção avançado, fazia o papel de colonizador e buscava junto à Espanha angariar fundos e descobrir novos caminhos a serem explorados pelo mundo, para, assim, ter uma participação no “esquema” econômico mundial. Esse modo revela um caráter de dependência dos nossos colonizadores (portugueses), visto que movimentavam as bases de um sistema de “acumulação primitiva”, indispensável para os envolvidos, mas não possuíam autonomia e meios necessários para comandar suas descobertas (FERNANDES, 1975). Assunto que logo abordaremos; por ora, trataremos de falar dos primeiros anos de colonização no Brasil.

No período Colonial, a produção de cana-de-açúcar por um bom tempo foi significativa e dominou o mercado por vários anos. Muitos eram os engenhos de açúcar espalhados por todo o Nordeste, que produziam em inúmeras quantidades, para poder sustentar o comércio exterior que utilizavam da matéria-prima para adoçar chás, cafés, doces, além do chocolate, que exigia uma maior quantidade de açúcar, uma vez que o gosto do cacau é muito amargo. Apesar de já existir na Europa desde século XVII, o consumo de chocolate era limitado às elites, por se tratar de um artigo de luxo como consta no site “O engenho de açúcar no Brasil” (2014).

Por muito tempo, o açúcar foi a principal fonte de renda dos colonizadores. Considerada o “ouro branco”, este valia mais que todos os outros produtos que foram descobertos logo após, como ouro, prata, café, rendendo, desde a descoberta até a independência, um total de 800 milhões de libras esterlinas.

De 1500 a 1822, do descobrimento à independência, o Brasil exportou mercadorias num total de 586 milhões de libras esterlinas. Nesse total de valores, a que produção cabe o maior contingente? Ao ouro, responder-se-á. Não: o ouro contribuiu apenas com 170 milhões. O café, só começou no fim, e, na nossa balança comercial, pesava menos do que o arroz, do que o algodão, do que o fumo, as madeiras, os couros, e apenas um pouco mais que o cacau. Sua exportação, no período colonial, não passou de quatro milhões, no total.

Houve, do descobrimento à independência, um produto que, sozinho, rendeu mais do que todos os outros reunidos, aí incluindo-se os da mineração: o açúcar, do qual exportamos 800 milhões de libras esterlinas. (Em: <<https://www.bahia.ws/engenho-de-acucar-no-brasil-colonial/>> Acesso em 10 de jul. 2019, Bahia).

Para dar conta de toda essa produção se fazia necessário um grande número de trabalhadores, que neste caso, se traduziria em mão de escrava. A ideia era trazer pessoas da África, para que nesse território fossem escravizadas, assim como já faziam com os índios. Estes seriam “trocados” por negros/negras trazidos de várias partes do continente Africano.

As razões para tal podem ser explicadas pelo fato de que os serviços feitos pelos índios (trabalho forçado) já não era “adequado”, uma vez que não estavam acostumados a esse tipo de tarefa, além do mais, não aceitavam estar expostos a tais situações, tornando-se arredios, o que para os senhores de engenho era inaceitável. Sendo assim, era necessário trazer pessoas que “pudessem” ser escravizadas, sem que se tornassem “futuros problemas” em suas plantações. O trabalho assalariado era descartado, já que no entendimento dos senhores de engenho este não lhe era vantajoso, uma vez que, para tal, era preciso trazer pessoas de Portugal, ou de outros países, o que lhes custaria um valor significativo, somados a uma remuneração mensal vantajosa, que lhes convencesse, assim como suas famílias, a se mudarem para regiões até então denominadas como “terras selvagens”.

Prado Jr [1981] e Furtado [2005] apontaram que o trabalho assalariado nesses latifúndios não era uma condição econômica viável por alguns fatores: **Primeiro**, a população portuguesa era pequena, e boa parte da qual poderia atuar na agricultura tinha que permanecer na metrópole, ou se encontrava nas ilhas, ou estava de serviço no comércio com a África e a Ásia; **Segundo**, seria necessário contratar trabalhadores de outros países, porém os salários teriam que ser muito bons para convencer um agricultor deixar sua terra, e mudar-se com sua família para o outro lado do oceano, para uma região considera “selvagem” pelos europeus; **Terceiro**, a grande quantidade de mão-de-obra necessária somada aos custos da viagem, dos salários, levaria a inviabilidade do projeto, pois se construir um engenho era algo bastante caro na época. **Quarto**, os colonos que iam para o Brasil, iam em busca de enriquecimento e glória, para assim retornarem para seus países. Logo, a solução final e a mais viável foi apelar para o uso da escravidão. (PRADO, 1981 e FURTADO, 2005, apud em: <<https://www.bahia.ws/engenho-de-acucar-no-brasil-colonial/>> Acesso em 10 de jul. 2019, Bahia).

Nota-se que acerca do pagamento de uma remuneração salarial, em nenhum momento esta se faz presente às pessoas que foram trazidas da África. Essa regra só valeria para os que pertenciam ao mesmo país, ou continente dos colonizadores, traduzindo, “aos seus”. Aos africanos, o que foi apresentado e implantado foi o regime de escravidão.

Outro ponto, economizava-se no pagamento da força de trabalho para investir na construção

dos caros engenhos de açúcar. Sendo assim, não existia qualquer que fosse a preocupação com as condições de deslocamento das pessoas nas viagens, visto que, os africanos (as) eram trazidos em condições desumanas, obrigados a seguir todo o percurso em navios, encurralados nos porões, sem alimentação e a mercê de doenças, o que contribuía para que somente metade resistisse ao trajeto.

Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados. (Em: <<https://www.bahia.ws/engenho-de-acucar-no-brasil-colonial/>> Acesso em 10 de jul. 2019, Bahia).

Contudo, o plano que se deu fora trazer pessoas de todas as partes da África, principalmente da Angola, para que aqui fossem escravizadas. Visto que estes povos eram considerados pessoas permitidas² para serem inseridas em um contexto tão desigual e cruel, que as escravizaria por vários anos, renegando suas trajetórias, seus territórios, suas famílias, a construção social adquirida até então, e até mesmo seus próprios nomes, toda sua subjetividade, para caber em moldes de uma sociedade que ainda estava sendo construída, e que limitaria a participação destes, a menos que fosse para os servir.

A Europa, no início do período colonial (séc. XV ao XVIII), já se preparava para um novo modo de produção, o capitalista. Até o final desse período (séc. XVIII), os países da Europa central, já se organizavam para o que seria a fase do capitalismo industrial. Esses processos se deram com o surgimento de uma nova classe social (séc. XIII e XIV), a burguesia, que trouxe novos formatos de se estabelecer as relações comerciais, que, a partir de então, deveriam ser de ordem mercadológicas e sempre visando o lucro.

Percebe-se que os países europeus já estavam muito à frente dos demais países, territórios, ou povos, no que diz respeito à construção de uma sociedade moderna (capitalista), e por isso, ao se depararem com mundos tão distintos ou “atrasados”, culturalmente, socialmente, economicamente, se fazia “permitido” dominar esses locais, assim como também as pessoas.

O período de 1822 (séc. XIX) foi marcado pela Independência e Império; assim como vários outros países da América Latina, o Brasil colocava um fim na era colonial. Este seria um dos

² Permitidas- termo utilizado para se referir a um grupo de pessoas que eram escravizadas sem que o fato fosse questionado pelas demais sociedades. O que poderia ser explicado, pela diferença de valores das sociedades no mundo atlântico, e como os mesmos se viam em relação aos outros. (ELTIS, 2016) Outro fator que facilitava essa “permissão”, era que a escravidão já existia no continente africano, embora em moldes diferentes dos europeus que se dava de forma abusiva e agressiva. (PEREZ, 2015)

primeiros atos ‘revolucionários’ da história do nosso país, pois reconfiguraria toda a estrutura de poder econômico e social a partir desta data, inaugurando uma ordem nacional. A ideia de independência tomou força quando os grupos favorecidos pela colônia (elite) se viam em desvantagem diante dos acordos políticos e econômicos existentes, além do mais, estes, pretendiam ter mais autonomia em todos as negociações.

As elites brasileiras nativas se interessaram pela Independência não por terem adquirido consciência anticolonial que questionasse a estrutura da ordem posta, mas se voltaram – segundo Fernandes (2005) - contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois estas eram um entrave para o seu domínio em todos os níveis da ordem social. Por esse motivo, o caráter revolucionário da Independência não se deu com grandes manifestações de massa, nem com violência organizada, e não representou grandes demandas coletivas em prol da mudança da estrutura social. (PEREZ, 2015, p. 47).

O movimento de independência não tomou grandes proporções e nem poderia, visto que se tratava de demandas que cercavam uma pequena parte da população, àqueles cujos envolvidos, participavam de negócios rentáveis junto à coroa portuguesa. Por esse motivo Fernandes (2005, apud PEREZ, 2015, 47) diz que a nova conquista se tratou de uma “revolução por cima ou revolução dentro da ordem”, pois não obteve grande participação popular, na medida em que os demais sequer sabiam do que realmente se tratava a tal “revolução”, que afinal só beneficiaria uma pequena parcela de nativos.

[...] um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação. (FERNANDES, 2005 apud PEREZ, 2015, p. 48)

A ideia de sociedade liberta das amarras coloniais tinha um caráter limitado, uma vez que os acordos políticos e comerciais, efetuados com as grandes potências, ainda eram estabelecidos pela coroa. Outro fato é que não houve grandes transformações morais e sociais, a escravidão, a marginalização das massas e a acumulação de riquezas seguiam o mesmo padrão já existente no regime anterior. Ainda que fosse um passo à frente, não existia condições subjetivas suficientes para se construir uma nação, ou para que essa elite determinasse os próximos passos, devido a este fato, as transformações que ocorreram com o passar do tempo, não passaram de cópias mal feitas de um modelo que já existia, instaurado por pessoas que em nada se identificavam ou se

interessavam com o bem-estar daqueles que só existiam para lhes servir, e que novamente continuariam a exercer este papel, não por uma escolha, mas porque as determinações de espaços socialmente “conquistados” ou “estabelecidos” já estavam demarcados.

A inexistência de um pensamento anticolonial que questionasse as determinações e a ordem social anteriormente posta contribuiu para que os próximos passos fossem feitos seguindo os moldes de seus colonizadores. Nesse sentido, a elite brasileira, na tentativa de se beneficiar e ao mesmo tempo de demonstrar a “autonomia” conquistada, já despertava os olhares para a construção de ideologias liberais, de maneira extremamente limitada, mas ao mesmo tempo muito eficaz. Aqui no Brasil, o liberalismo começava a dar seus primeiros passos, a exemplo dos países centrais que já o experimentavam a mais tempo.

Na medida em que a maneira de se fazer política e estabelecer relações econômicas se modificava, eram perceptíveis as alterações que ocorriam na sociedade. A população urbana teve um aumento significativo devido ao crescimento dos serviços demandados nas grandes cidades. Além disso, a cultura e a maneira de enxergar o meio social já não eram a mesma, se modificaram a partir da “emancipação” conquistada. Por isso, a sociedade de então carecia de adaptações em sua estrutura que combinasse com os moldes do mercado atual, pois o modelo vivido nos períodos coloniais já não era mais apropriado, para atender os caprichos da elite, e acompanhar o crescimento populacional.

Fins do século XVI: número de cidades -3, número de vilas -14
 Fins do século XVII: número de cidades -7, número de vilas -51
 Fins do século XVIII: número de cidades -10, número de vilas -60
 População das principais cidades e vilas
 Fins do século XVI: Salvador -15.000, Recife/Olinda -5.000, São Paulo -1.500, Rio de Janeiro -1.000
 Fins do século XVII: Salvador -30.000, Recife -20.000, Rio de Janeiro -4.000, São Paulo -3.000
 Fins do século XVIII: Salvador -40.000, Recife -25.000, Rio de Janeiro -43.000, Ouro Preto -30.000, São Luís 20.000, São Paulo -15.000
 População do Brasil:
 Fins do século XVI: 60.000
 Fins do século XVII: 300.000
 Fins do século XVIII: 3.000.000
 (RIBEIRO, 1995, p. 194)

Como podemos ver, o número de vilas e cidades aumentou consideravelmente entre os séculos XVI e XVIII no Brasil, o crescimento da população tomou grandes proporções durante esse período. A exploração que antes se concentrava em alguns estados do Nordeste com a extração da cana de açúcar, a exemplo de Recife-PE, onde os holandeses fizeram riquezas, logo se espalhou

para outras regiões como Ouro Preto-MG e outros municípios mineiros na busca por ouro. Havia também, cidades onde se concentrava o serviço de mercado, como a importação, causas judiciais, cobranças de tributos e terras, demandas que eram da responsabilidade das localidades do Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Florianópolis, e São Luís, cidade que por um bom tempo demonstrou um número superior de habitantes, bem como de sua riqueza se comparados à cidade de São Paulo. Toda essa expansão de mercado deveria gerar fortunas para sustentar tanto o novo mercado nacional, quanto o mercado internacional que ditava as regras do sistema econômico mundial.

A burguesia brasileira nasce diante desse contexto, “o espírito burguês” como denomina Perez (2015, p. 52), ainda que preso a preceitos do passado colonial ou às manobras do capitalismo comercial, se estabelecia na sociedade brasileira alavancando suas negociações, promovendo a expansão do mercado e instaurando uma economia que naquele momento poderia ser comparada a de grandes potências se não fosse a condição de país periférico e dependente a qual estamos inseridos, assim como os outros países da América Latina. A maior parte da produção servia para alimentar o mercado externo e não para consumo próprio, este modo se consolidou com a abertura dos portos nos centros urbanos e possibilitou o envio de mercadorias em larga escala contribuindo com crescimento da economia nacional, mas principalmente com a economia internacional.

A economia brasileira ganhara, em poucas palavras, certos substratos materiais ou morais e os dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais. No entanto, dada a sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias. Ao contrário, os referidos modelos tenderiam a ser saturados, historicamente, de acordo com as possibilidades socioeconômicas e culturais de expansão do mercado interno. Isso fez com que a assimilação inicial desses modelos fosse mais intensa nos centros urbanos que coordenavam as relações de exportação e de importação, os quais absorviam, assim, as vantagens econômicas decorrentes da diferenciação ou do aumento da produção rural, da transformação dos padrões de consumo e de comércio, e da dinamização da vida econômica. (FERNANDES, 1975, p. 109)

Se no período colonial, a apropriação dos lucros, assim como o controle de tudo o que era produzido no Brasil ficava nas mãos da Coroa portuguesa, na era capitalista esta riqueza produzida passa a ser direcionada ao capital estrangeiro, que detém o controle e os modos de toda a produção.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. (FERNANDES, 1975, p. 16)

Quase toda América Latina passou pelo que Fernandes (1975, p. 13) chama de “sistema

básico de colonização e de dominação externa”, que durou em média três séculos, seguindo os preceitos econômicos, culturais e políticos do antigo sistema colonial.

Nessa mesma perspectiva, no intuito de demarcar e demonstrar que o lugar e função ocupados pela América Latina é de submissão, espoliação e dependência, destacamos também as palavras de Marini (2011, p. 133) quando nos diz que

(...) a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

Para Fernandes (1975, p.11), as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização ocidental”, que poderiam ser explicadas pela maneira como foram colonizadas de forma moderna e sistemática, negando suas potencialidades sócio-históricas, determinando que sua participação nas relações internacionais fosse de dependência, proporcionando a população europeia condições jamais vividas pelas nações latino-americanas, como aconteceu no período de “Estado de Bem-Estar Social”.

Como já dissemos anteriormente, Portugal e Espanha não possuíam uma estrutura econômica que fosse suficientemente capaz de sustentar as atividades mercantis geradas através da exploração da América Latina, como explica Fernandes (1975, p. 49) “o mercado e o sistema de produção coloniais não atuaram (nem podiam atuar) como fontes da incubação de evoluções econômicas, sociais, tecnológicas e políticas autonomizadoras”, esses dois países desempenhavam papéis de “representantes” da Inglaterra e da Holanda que assumiram o papel de potências mundiais. A questão da “deficiência” entre Portugal e Espanha tornava-se demasiadamente dura na divisão dos lucros entre o produtor colonial e a Coroa, que detinham uma parcela maior no lucro total. Além do mais, a forma de dominação colonial se tornou limitada em todos os níveis da existência humana e na produção de mercadorias. Alguns países da Europa, entre eles França, Holanda e Inglaterra, se desentenderam quando decidiram lutar pelo controle das colônias latino-americanas, esses países passavam por transformações econômicas, políticas e culturais, entre o final do século XVIII e início do século XIX, mudanças que reforçaram as diferenças e interesses entre esses grupos, que detinham o controle do antigo sistema colonial, e que diante de todos os fatos não suportou e veio à queda.

A América Latina experimentou todas as formas de dominação externa, e em todas elas, os

territórios explorados garantiam o excedente econômico e a acumulação de capital para os países de capitalismo avançado.

Na fase imperialista, os Estados Unidos assumem o papel de superpotência aliado a países da Europa que já exerciam papéis de dominadores desde o período colonial, e juntamente com o Japão, que representava papéis menores, mas ainda sim significativos dentro da ordem da economia mundial.

A relação de domínio e hegemonia que os EUA conseguem exercer sobre os países latino-americanos pode ser explicada através da expansão econômica que se deu nesses territórios, resultando em interferências culturais e sociais. Os países de capitalismo mais fortemente estruturado conseguem regular estas interferências por possuírem bens materiais e humanos que suportem tamanha imposição, o que não é o caso dos países da América Latina, que não possuem tamanha autonomia (humana/material), além do mais, os resquícios do tempo da colonização e as trajetórias de modificações econômicas/sociais, impedem que os mesmos resistam mais fortemente à tamanha interferência, fato que reforça o seu lugar de subordinado e dependente economicamente.

Os padrões de domínio imperialista ultrapassam os meios mercantis, eles se inserem em todo o contexto social, naturalizando suas formas de opressão e superexploração da força de trabalho, camuflados em meio ao avanço tecnológico, à expansão de mercado e à promessa de “modernidade”.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro em todo os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1975, p. 18)

O capitalismo dependente surge na América Latina em meio a esse contexto de novas formas de dominação das potências e superpotências mundiais, que ganharam força com o surgimento das grandes indústrias e com divisão internacional do trabalho. Diante disso, as nações latino americanas passam a ser mercadorias que seguramente poderiam ser negociadas à distância, e que certamente se traduziria em lucro para quem as negociasse. Dessa maneira, as relações de maior poder econômico se concentravam nas mãos de países de capitalismo central, que despojavam de todo o lucro, uma vez que os países da América Latina não possuíam a independência necessária (social, econômica e industrial) para se impor no mercado nacional e

internacional, enquanto isso, a elite nacional buscava se fortalecer sem qualquer controle público ou forças democráticas, seguindo os resquícios de forma grotesca, do que teria sido a revolução burguesa nos países europeus.

Conforme o mercado mundial ia se desenvolvendo e alcançando novos patamares não se fazia mais necessário o uso de opressão por parte de órgãos do Estado para explorar os territórios chamados por Marini (2011) de nações débeis. Aliás, o autor explica que foi pelo fato de serem nações “débeis” que estas foram exploradas e obrigadas a produzir cada vez mais, e continuam nesta mesma posição ainda nos dias de hoje, na medida em que este caráter de “debilidade” tende a não mudar.

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2011, p. 143)

O lugar destinado aos países da América Latina, a exemplo do Brasil, é posto a partir de uma ordem mundial pré-estabelecida e desigual-exploratória, que coloca países de maior poder econômico a exercerem domínio sobre as nações periféricas, para despojarem-se dos seus privilégios. Condicionar nações a um posto de dependentes-subordinadas e explorá-las de maneira desenfreada em benefício externo, como é feito a partir das relações mercantis que são firmadas em que todas as riquezas adquiridas e acordos consolidados só favorecem pequenos grupos de privilegiados, existem também graves consequências dessa relação que tende a se perpetuar nas sociedades condenando a maioria da população à miséria, à marginalização, ao desemprego, à negação cultural e política, dentre outras determinações que agravam as expressões da “questão social” e impossibilitam o desenvolvimento ou fornecimento de condições mínimas de vida para essas pessoas.

1.2 A construção sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira

Um das primeiras manifestações de luta por direitos trabalhistas no Brasil se deu ainda no tempo da escravidão, em 1876, liderada por João de Matos, trabalhador de uma das padarias de Santos-SP. O levante buscava libertar trabalhadores escravizados por donos de padarias e se deu com a paralisação deste segmento de comércio por toda cidade, terminando com a fuga dos empregados, visto que os mesmos haviam falsificado os documentos de alforria para que pudessem

trabalhar como homens livres em cidades do interior do Estado, destino para onde a maioria seguia.

Em Santos existiam 5 padarias. E nós com os convenientes preparos, e com toda a cautela conseguimos o 1o. Levante geral, devido aos patrões serem muito maus e malvados – com castigos e mais castigos sem a mínima razão. Às horas combinadas [as padarias] foram todas abandonadas. Eu já tinha todas cartas precisas, porém falsificadas, para cada, de liberdade. Seguimos. E, além deles já estarem bem compenetrados, mais fomos no caminho insinuando-os. E tão bem dispersos foram que não apareceram mais. (...) (Duarte, L. Pão e liberdade (...), pp. 64-65 apud MATTOS 2009, p. 13).

Esse movimento de articulação para libertação dos trabalhadores também aconteceu em São Paulo, assim como em Santos, liderado por João. Conseguiram reunir trabalhadores de 12 padarias em 1877, adotando as mesmas medidas de paralisação, fuga e falsificação das alforrias, fugindo em direção ao Rio de Janeiro. Na cidade do Rio, a então capital do Império do Brasil (1878), o número de padarias era superior ao de Santos e São Paulo, onde antes havia ocorrido os motins. Por esse motivo, era necessária a criação de uma organização que deveria ser secreta, afinal, como afirmava João de Matos, “(...) era um crime terrível guerrear a propriedade escrava” (Idem, p. 67 apud MATTOS, p. 14). Com o nome de “Bloco de Combate dos Empregados em Padarias”, de lema: “ Pelo pão e pela liberdade”, os encontros aconteciam com a desculpa de que se tratava de um grupo de dança, e com mais de 100 associados no ano de 1880 conseguiu libertar mais trabalhadores escravizados, que fugiram para Barra do Piraí levando suas cartas de alforria, com a intenção de viver como cidadãos livres.

Logo após a abolição da escravidão em 1888, a luta de João de Matos por melhores condições de trabalho para “os seus” não chegaria ao fim, uma vez que os libertos seriam postos sob determinações sociais que os condicionariam a uma realidade de vida semelhante àquela que estavam inseridos anteriormente, na medida em que já não era mais permitido escravizar pessoas, mas as condições de trabalho ainda os colocava em situações análogas ao trabalho escravo.

É fato que acabou a escravatura em 13 de maio de 1888, e diz ainda o adágio popular que “contra os fatos não há argumentos”; porém, eu digo que há. Há porque, se bem que a escravatura acabou, não acabou no pensamento dos nossos algozes, que são estes para quem nós derramamos até a última gota de suor e que não nos sabem recompensar, e nunca saberão, se a isso não os obrigarmos por nossas próprias mãos. A essa classe de gente nós denominamos, na nossa linguagem operária – burgueses (A Voz do Trabalhador, 1913, apud MATTOS, 2009, p. 31)

Os trabalhadores não teriam a liberdade para escolher onde trabalhar, somente com quem trabalhar, e as formas de trabalho a que estariam expostos seriam sempre as mesmas: trabalho braçal, em locais por muitas vezes insalubres, obrigados a exercerem atividades por longas horas diárias, com uma remuneração ínfima, se comparados aos seus esforços. Se tratando de

remuneração, o salário era de acordo com a produção e pago no final do dia, mas ainda era cobrado o que para o patrão seria um “gasto” com o funcionário, como: alimentação nas instalações, a compra de mantimento ou insumos para suas casas, despesas diárias, etc; no final das contas, o trabalhador só estava ali para saldar as dívidas cobradas diariamente pelo patrão, o que lhe restava, mal dava para custear o sustento da família.

A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padaria (Jornal a voz do Trabalhador, 1908, apud MATTOS, p. 31).

Por isso, a necessidade das associações criadas pelos próprios trabalhadores para garantir que estes fossem resguardados em casos de doenças, morte, acidentes, etc; momentos que certamente precisariam se ausentar dos seus empregos e por isso não poderiam ficar sem nenhuma renda para assegurar o seu sustento e de seus dependentes, posto que não existia nenhuma legislação trabalhista que os amparasse nesses momentos difíceis.

O número de filiados das associações compostas por funcionários das padarias até 1898, chegava a 400 pessoas. Era o movimento de união de trabalhadores, sem distinção de raça, crença ou nacionalidade, buscando condições de trabalho justas e liberdade para o trabalhador que novamente se via escravizado, desta vez, em novos formatos. Esta junção de associados só não tinha o caráter de sindicato porque naquele momento os trabalhadores ainda não tinham a permissão para participação na política, eram excluídos do voto, assim como da formação do governo em todas as esferas, fato que fazia com que estas pessoas não fossem representadas e não tivessem suas demandas atendidas na sociedade pela qual faziam parte, como destaca Mattos (2009).

No século XX, os primeiros sindicatos do Brasil são formados, todos com representantes negros, a exemplo da União dos Estivadores e Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, que se mobilizavam em greves e paralisações para reivindicação de melhores condições de trabalho, criando regras para distribuição dos trabalhadores nos dias de serviço e administrando as contratações das turmas de carregadores, garantindo, assim, que os contratados fossem sempre filiados dos sindicatos, número que no ano de 1905 era em sua maioria de mão de obra negra.

Presentemente, e em razão da greve (ainda não de todo terminada) obtêm os carregadores salários relativamente elevados, gozando de regalias que nunca tiveram. (...) Em cada trapiche ou casa de café coloca a Sociedade um ‘representante do trabalho’, reconhecido

pelo industrial que emprega ‘a tropa’ e respeitado pelos companheiros que a compõem. Para manter a boa ordem e necessária disciplina existem muitos fiscais, que são também carregadores, usando uma chapa especial que é o distintivo da sua categoria” (Citado por Cruz, M. C. V. Tradições negras na formação de um sindicato (...), p. 252, apud MATTOS, p.25).

Os sindicatos trouxeram a possibilidade dos trabalhadores se organizarem formalmente e tornarem suas pautas visíveis, fazendo com que estas chegassem de forma mais eficaz até os proprietários das empresas e ao Estado, que fazia vista grossa quanto às necessidades do trabalhador para atender as exigências do mercado.

As lutas travadas por João de Matos e seus companheiros são importantes para compreendermos de onde vem a gênese da classe trabalhadora no Brasil, processo que só pode ser compreendido a partir do entendimento das condições socialmente postas na relação entre a contradição Capital x Trabalho, onde quem é detentor dos meios de produção (burguesia) domina os que não possuem os mesmos recursos (trabalhadores). Desse modo, a maior parcela da população, para garantir a sobrevivência é obrigada a vender a sua força de trabalho por valores incompatíveis ao esforço gasto diariamente dentro do ambiente de trabalho. E essa é uma condição que não se pode escolher no capitalismo, é uma realidade posta!

O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas (independentes da vontade dos homens) que, desde o surgimento da propriedade privada (e do Estado), opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção (terras, ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, empresas), exploram os que nada possuem, por isso tendo de trabalhar para outros de forma a garantir sua sobrevivência. (MATTOS, 2009, p. 16)

A consciência de classe nasce a partir do momento em que os trabalhadores constroem a sua identidade, e se reconhecem a partir dos seus interesses e das condições que os colocam em lugares desiguais na sociedade se comparados com os seus exploradores.

Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (MATTOS, 2009, p. 16)

Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação. (MATTOS, 2009, p. 21)

Essa consciência pode ser reconhecida nas diversas vezes em o que trabalhador livre economizava dinheiro para poder libertar os que ainda eram escravizados, era vista também nas associações e sindicatos criados pelos mesmos para defender condições mínimas do que ainda nem era considerado como um direito do trabalhador tal qual conhecemos na contemporaneidade. Nas paralisações e greves organizadas para libertar homens, mulheres e crianças, entre várias outras formas de lutas travadas durante vários anos em defesa da classe trabalhadora brasileira em formação.

É impossível pensar na formação da classe trabalhadora na sociedade brasileira sem levar em conta estes acontecimentos, sem colocar em pauta que em nosso país várias pessoas foram escravizadas, por quase 400 anos, e o quanto isso refletiu e reflete nas determinações sociais. Seria difícil pensar na construção dessa classe, sem nos lembrarmos que antes de buscar os direitos básicos como condições dignas de trabalho, trabalhadores livres ou escravizados ainda buscavam o direito à liberdade, para si ou para os “seus”. Ou seja, o momento de formação da classe trabalhadora no Brasil se inicia ainda no período da escravidão, e não após a abolição em 1888, tem sua continuidade com a chegada dos imigrantes (classe operária) no século XIX, e só se conclui de fato no século XX, como afirma Mattos (2009).

Os anos de 1889-1930 - fase da República Velha, são considerados um dos momentos mais marcantes para a formação da classe trabalhadora. Pois, se até meados dos anos 1888 (abolição da escravidão), o ponto chave para formação da classe estava em torno da questão da escravidão, logo após esse processo, a dificuldade estava em torno da pluralidade de origem dos assalariados, e os obstáculos existentes entre as organizações coletivas para se articularem e defenderem os interesses que estivessem em conformidade com a visão posta a partir de situações vivenciadas em um mesmo contexto de divisão social do trabalho.

A classe dominante criava maneiras para se certificar de que os trabalhadores estariam disponíveis para desenvolver as funções a que o mercado de trabalho determinasse. Para tal fazia uso de opressão, utilizava de legislações como aparato para garantir que tudo funcionasse na mais perfeita ordem. A “Lei de Repressão à Ociosidade” é um exemplo de como o Estado (burguês) agia em conformidade com as ações da classe dominante, que não queria mais se basear só em discursos morais, que pregava, tais como: “o trabalho dignifica o homem”, “o trabalho é o caminho para ascensão social”, e que colocavam o trabalho como uma atividade que quando não concretizada, estava sob pena de punição. Quem não trabalhasse, era considerado “vagabundo”!

Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiagem, a mendicidade desnecessária etc. (...) Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza. (...) A lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se a população ociosa ao trabalho honesto, minorando-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da libertação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos do trabalho inteligente, cidadãos morigerados, (...) servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social” (Deputado MacDowell, na Câmara, em 1888, citado por Chalhoub, S. Trabalho, lar e botequim, p. 42 apud MATTOS, 2009, p. 35)

A conscientização do que é ser trabalhador e do que deveria ser o trabalho foi construída a partir da relação que os próprios trabalhadores construíram, e não a partir da visão que o empresariado tinha. Entender o significado de trabalhador e trabalho através de um processo coletivo foi imprescindível para que se enxergassem enquanto classe trabalhadora que são, e prosseguissem com os trabalhos nos sindicatos. O “Soneto” abaixo, traz as indagações e os sonhos de uma classe ainda em formação, é um exemplo de como se articulavam para criar a identificação coletiva.

Tu que batalhas noite e dia e a arte
 Honras com o teu trabalho, tu bendito
 Hás de um dia gozar a melhor parte
 Da fortuna que dá gozo infinito
 Tu que vives agora, qual baluarte
 De trabalho fecundo, ouve meu grito,
 E vês que nestes versos p’ra saudar-te
 Chamo-te à luta e a trabalhar insisto.
 É que a verdade se resume nisto:
 Nada, nem mundo, existiria agora,
 Se o operário não fosse o meigo Cristo
 Vivamos, pois, num trabalho fecundo,
 O trabalho engrandece e revigora
 O operário, riqueza deste mundo.
 (“Soneto”, citado por Kocher, B. & Lobo,
 E. Ouve meu grito, p. 7, apud MATTOS, 2009, p. 36)

Não era uma tarefa fácil convencer a sociedade e os trabalhadores de diversos setores da importância de se reconhecerem enquanto “classe trabalhadora”, o “Soneto” foi uma das maneiras que os sindicatos encontraram para fazer esse papel e dialogar com as diversas categorias em meio às condições árduas à qual estavam expostos diariamente para servirem a um mercado capitalista que os excluía da riqueza socialmente produzida. “Com a ambiguidade típica de uma fase em que falar diretamente aos de baixo era considerado tão importante como pedir espaço aos de cima”

(MATTOS, 2009, p. 36).

Na metade do século XIX, o setor econômico girava em torno do comércio, das oficinas e da introdução de algumas fábricas nas grandes cidades, contribuindo para o surgimento do movimento operário, formado com a chegada dos imigrantes europeus. No início do século XX, apenas 5% da população trabalhava nas indústrias (1872), chegando a 13,8% no ano de 1920, em trabalhos temporários, recebia de acordo com a produção. O trabalho assalariado naquele momento era uma realidade em construção. Dos 9.566.840 de trabalhadores do país, 66,7% trabalhavam no campo, o número de fábricas existentes, até então, não era o suficiente para sustentar um vasto mercado de trabalho segundo Mattos (2009).

Em São Paulo, 55% dos trabalhadores eram estrangeiros. No Rio de Janeiro esse número chegava a 25% e a população negra ocupava 65% dos serviços domésticos. Além disso, não eram declaradas as suas profissões. O trabalho formal se destacava pelas circunstâncias a que os trabalhadores eram condicionados. Como mostra a citação abaixo em um trecho de uma reportagem de Rio apud Mattos (2009, p. 39) sobre realidade de alguns mineiros do Rio de Janeiro:

Estávamos na Ilha da Conceição, no trecho hoje denominado – “A fome negra”. Há ali um grande depósito de manganês, e do outro lado da pedreira que separa a ilha, um depósito de carvão. (...) Logo depois do café, os pobres seres saem do barracão e vão para o Norte da ilha, onde a pedreira refulge. (...) Quando chega o vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para os porões dos navios. Esse trabalho é contínuo, não tem descanso. (...) Trabalha-se dez horas por dia, com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se 5 mil réis. Há, além disso, o desconto da comida, do barracão onde dormem, 1.500; de modo que o ordenado na totalidade é de 8 mil réis. Os homens gananciosos aproveitam então o serviço da noite, que é pago até de manhã por 3.500 e até a meia-noite pela metade disso, tendo naturalmente o desconto do pão, da carne e do café servido durante o labor”.

A precária realidade dos ambientes de trabalho não atingia somente os mineiros, o setor de carregadores dos portos também demonstrava o quão marcada pela exploração era a vida dos trabalhadores na época. O trabalho era pesado e feito manualmente, pois, nas instalações do porto de Santos, não existiam maquinários, e os carregadores eram obrigados a executar as tarefas por várias horas, sob forte sol ou períodos de chuva.

O trabalho dos carregadores de café é pesadíssimo. Sob um sol ardente, sob a chuva e em dias de noroeste, esse pessoal, nas dez horas de serviço que tem, executa um trabalho fatigante e perigoso. O serviço que começa às seis horas da manhã e termina às cinco horas da tarde, é interrompido às dez horas, para o descanso de uma hora destinado à refeição. (...) Fato que desagrada a todos que visitam as instalações do porto de Santos é a falta de aparelhamento mecânico de seu cais e armazéns. Ali tudo se faz à mão. À imitação do que se observa em portos em tudo inferiores ao de Santos, já poderia a companhia concessionária de seu cais ter tratado do dito aparelhamento, diminuindo assim o esforço exigido no emprego do braço humano e o número dos trabalhadores ocupados (...)”

(Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, 3o trimestre de 1912, citado por Gitahy, M. L. C. Ventos do mar, p. 115, apud MATTOS, 2009, p. 40).

Nas “casas de madames” ou ateliês de costura, mulheres trabalhavam desde às oito da manhã, sendo permitido parar apenas meia hora para almoçar. A comida era desagradável e fornecida pela “madame”, e era diferente do que era servido na casa. O ambiente de trabalho era doméstico e não havia diferenciação entre os dois locais para os patrões, que a todo tempo pareciam estar na cozinha de suas casas.

– A que horas se começava a trabalhar?” “– Às oito horas da manhã. As aprendizes chegavam um pouco mais cedo para ver se a oficina estava em ordem. Às 11 e meia, meio-dia, parava-se para almoçar. Nessa primeira casa em que trabalhei, por exemplo, a madame dava o almoço. Era uma questão de meia hora só: levantávamos, comíamos na cozinha e voltávamos para a costura. Aliás, a comida era muito malfeita, ruim mesmo. Feijão, arroz, às vezes um ensopado, outras vezes legumes. A mesma empregada fazia a comida da madame, mas era uma comida diferente. Havia depois um intervalo de uns 15 minutos para tomar café, e às seis horas íamos embora” (Depoimento de Elvira Boni. In Gomes, A. C. (org.). Velhos militantes, p. 28, apud MATTOS, 2009, p. 41).

Nas grandes fábricas de tecido, a maior parte da força de trabalho requisitada era composta por mulheres e crianças, que desempenhavam a mesma jornada dos homens (mais de dez horas de trabalho), mas recebiam somente a metade do salário. O espaço fabril era insalubre, sem banheiro e favorável à proliferação de doenças e acidentes, além dos casos de brutalidade com as crianças e violência sexual contra as mulheres que trabalhavam nesses locais.

Votorantim! Terrível palavra! Todos quantos conhecem a fábrica que leva esse nome não podem mais do que tremer de ódio, ao escutar seu nome mil vezes maldito. Não há, não pode haver em toda Sorocaba um só trabalhador, homem ou mulher, que lá, nesse ergástulo da morte, não tenha uma recordação lúgubre. A morte impera; a tuberculose domina; a tirania é o apanágio dos feudais daquelas paragens. Hoje, ainda hoje, mais um crime revoltante acaba de perpetrar-se naquela bastilha: centenas de crianças que ali se estiolam na seção de fiação, cansadas de serem exploradas miseravelmente, e ultimamente coagidas a trabalhar nove horas por dia, resolveram abandonar o trabalho, para fazerem respeitar a jornada de oito horas. Foi quanto bastou para que os janízaros, chefiados pelo imbecil que responde ao chamado de Pereira Ignácio, trancassem todas as portas e janelas da fábrica, querendo, assim, evitar que os pequenos mártires do trabalho pudessem regressar aos seus lares” (Pinheiro, P. S. & Hall, M. A classe operária no Brasil, vol. 2, p. 124, apud MATTOS, 2009, p. 41).

O trabalho infantil era uma prática comum. Até 1912, o número de crianças/adolescentes que trabalhavam nas fábricas chegava à 3.707, com idade até 16 anos, mas a maioria era menor de 12 anos, isso somando-se aos 10.204 operários das 29 indústrias existentes nesta época. O fato de o trabalho infantil ser permitido neste período pode ser explicado pelo baixo valor pago às longas jornadas de trabalho em tarefas iguais às que os adultos desempenhavam. Também era justificada pelo fato de que a renda familiar era tão pequena que não seria possível custear as despesas de casa

somente com o trabalho dos adultos. Algumas fábricas, ainda contratavam com a desculpa de que as crianças/adolescentes realizavam algumas tarefas com mais “delicadeza”, por terem as mãos pequenas, obtendo assim, um melhor resultado no final da produção. “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal” (MATTOS, 2009, p. 43). Nas grandes cidades, esta era a realidade da maioria dos trabalhadores que por ali moravam. As péssimas condições salariais limitavam o poder de compra das pessoas, resultando no crescimento das diversas expressões da “questão social”, que refletia desde a falta de insumos básicos para a alimentação, à possibilidade de estarem em moradias que fossem no mínimo dignas para a sobrevivência. Sendo assim, muitos desses viviam em locais miseráveis, abarrotados, insalubres e distante do local de trabalho, formando, assim, as primeiras periferias.

SALÁRIOS E CUSTOS DE VIDA EM SÃO PAULO (1914-1921) – ÍNDICES

Ano	Índice do custo de vida	Índice de salário
1914	100	100
1915	108	100
1916	116	101
1917	128	107
1918	144	117
1919	148	123
1920	163	146
1921	167	158

Fonte: Pinheiro, P. S. “O proletariado industrial na Primeira República”. In HGCB, Tomo III, vol. 2, p.147, apud MATTOS, 2009, pág. 43.

A tabela acima, ilustra a condição salarial e o custo de vida em São Paulo entre os anos de 1914 a 1921. É difícil imaginar uma conjuntura que não seja esta em um país que teve sua política, economia, cultura e história estruturadas pelas classes dominantes em detrimento das necessidades das camadas subalternas, da classe trabalhadora. Seria ingênuo e incoerente pensar que pessoas que um dia utilizaram de mão de obra escrava para todos os tipos de serviços e estrutura social e econômica, após a escravatura, criassem maneiras que possibilitassem aos indivíduos viver em condições dignas.

Passado mais de quatro séculos desse contexto laboral, a condição salarial dos brasileiros ainda se encontra aquém do que deveria ser considerado como mínimo necessário para se viver. A diferença entre o que é pago (salário mínimo nominal) ao que deveria ser pago (salário mínimo

necessário) é expressiva. Durante todos esses anos nunca chegamos nem na metade do que realmente deveria ser considerado como salário ideal ou justo. A título de exemplificação do que queremos afirmar, a tabela abaixo mostra os valores do salário mínimo nominal e do salário mínimo necessário, referente ao ano de 2019.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA)
Salário mínimo nominal e necessário

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2019		
Outubro	R\$ 998,00	R\$ 3.978,63
Setembro	R\$ 998,00	R\$ 3.980,82
Agosto	R\$ 998,00	R\$ 4.044,58
Julho	R\$ 998,00	R\$ 4.143,55
Junho	R\$ 998,00	R\$ 4.214,62
Mai	R\$ 998,00	R\$ 4.259,90
Abril	R\$ 998,00	R\$ 4.385,75
Março	R\$ 998,00	R\$ 4.277,04
Fevereiro	R\$ 998,00	R\$ 4.052,65
Janeiro	R\$ 998,00	R\$ 3.928,73

FONTE: DIEESE, 2019.

O DIEESE calcula o valor do salário levando em conta o preço mais alto da cesta básica, e o que rege a Constituição Federal 1988, Art. 7º, que diz que o salário mínimo deve atender as necessidades “vitais básicas” e proporcionar ao trabalhador (rural ou urbano) o poder de conceder a si próprio e a seus dependentes, alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Na estimativa do mês de outubro de 2019, consta no site (DIEESE), que o mínimo necessário deveria ser de R\$ 3.978,63 ou 3,99 vezes o valor pago como salário mínimo que é de R\$ 998,00. Das 17 capitais consultadas, a cesta básica mais cara é vendida em São Paulo por R\$ 473,59, e para tê-la o trabalhador deve ter 104 horas e 24 minutos trabalhados. O menor valor da cesta básica está em Aracaju por R\$ 325,01 (71 horas e 39 minutos, trabalhados) seguida por Natal R\$ 341,90 reais (75 horas e 22 minutos, trabalhados).

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – outubro de 2019

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	473,59	-0,05	51,58	104h24m	0,46	6,18
Porto Alegre	463,24	1,08	50,45	102h07m	-0,32	2,97
Rio de Janeiro	462,57	0,95	50,38	101h58m	-0,90	4,26
Florianópolis	458,28	0,73	49,91	101h01m	0,10	1,76
Brasília	441,91	5,21	48,13	97h25m	1,40	8,16
Vitória	428,25	-0,19	46,64	94h24m	6,06	2,04
Curitiba	421,86	-0,69	45,95	93h00m	0,67	3,80
Campo Grande	409,30	3,10	44,58	90h14m	-3,21	3,15
Goiânia	395,70	1,12	43,10	87h14m	1,76	10,62
Belo Horizonte	391,85	0,24	42,68	86h23m	-4,13	5,12
Fortaleza	387,18	0,78	42,17	85h21m	-2,56	-1,58
Belém	377,37	-1,24	41,10	83h11m	-1,29	4,33
Recife	359,55	-2,07	39,16	79h16m	5,57	8,89
João Pessoa	351,19	-2,34	38,25	77h25m	1,73	5,12
Salvador	347,65	0,76	37,86	76h38m	1,11	5,02
Natal	341,90	-3,03	37,24	75h22m	0,15	3,64
Aracaju	325,01	-1,12	35,40	71h39m	-9,40	-5,11

Fonte: DIEESE, outubro de 2019.

De acordo com o site do DIEESE, em outubro de 2019 para se adquirir os produtos de uma cesta básica era necessário trabalhar pelo tempo médio de 88 horas e 39 minutos. Se levarmos em conta o valor do salário mínimo líquido (ou seja, com o desconto da Previdência Social) o trabalhador terá comprometido 43,80% de sua renda mensal neste mesmo mês. Quase metade do salário, somente com a alimentação básica.

Os dados demonstrados acima reafirmam como é marcada pela exploração da força de trabalho a realidade e vida do trabalhador e da trabalhadora brasileira, que, após tantos anos e várias

lutas ainda não alcançaram aquilo que seria uma ‘remuneração justa e compatível’ para o sustento de suas necessidades básicas. Se trabalhamos metade do mês somente para arcar com a alimentação, outras despesas como: moradia, saúde, educação e lazer se tornam impossíveis de serem realizadas, e por se tratar de um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, carecem de políticas sociais/públicas, mas que acabam por assumir um caráter de focalizadas e não atendem em sua totalidade as demandas, tornando-se também um instrumento de perpetuação dessa condição de vida da classe trabalhadora brasileira.

Assim, é possível afirmar que o modo de produção capitalista se renova em todas as suas fases, e em todas elas intensifica a contradição entre as classes sociais e conseqüentemente a desigualdade social, se fazendo valer por meio da exploração da força de trabalho. Este sistema se desenvolve na medida em que impõe ao trabalhador a condição de exploração negando, inclusive, a possibilidade de repor o dispêndio de energia e com isso seu esgotamento prematuro é inevitável. O aumento da intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho, a expropriação de parte do que é preciso para o trabalhador recuperar sua força, aliados às remunerações baixas, estão acordados naquilo que seria, segundo Marini (1973) um modo de produção pautado exclusivamente na exploração do trabalhador e não em sua capacidade produtiva, ou seja reafirmando e perpetuando a condição de dependência cujo fundamento é a superexploração da força de trabalho.

A este sistema e seus expoentes, ou seja, a burguesia, importa a acumulação de capital. A classe trabalhadora é obrigada a vender a força de trabalho por valores bem abaixo daquilo que precisa para ter um melhor aproveitamento de sua vida. O resultante é que a burguesia se deleita do mais valor advindo dessa contraditória e exploratória relação entre classes sociais, já à classe trabalhadora resta e permanece a possibilidade histórica de superação desta condição e a construção de novas formas de relação social e humana.

2 - A MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: A SUA CONDIÇÃO DE TRABALHADORA

Para escrever este tópico-capítulo e abordar sobre a condição da mulher pertencente à classe trabalhadora na sociedade brasileira, resolvi tomar como ponto de partida o relato da vida cotidiana de Carolina Maria de Jesus, contada em seus diários e publicados alguns anos após ter sido descoberta por um jornalista, na favela do Canindé em São Paulo-SP. Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre, mãe solo de três filhos pequenos, moradora da periferia, batalhadora, e que, ao meu ver, diz muito sobre o retrato da maioria das mulheres pertencentes à classe trabalhadora desse país.

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.

Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doia-me. Comecei tussir. Resolvi não sair a noite para catar papel [...] Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. [...] (JESUS, 1960, p. 9)

16 de julho Levantei. [...] Pensei na vida atirulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos que pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.[...] (JESUS, 1960, p. 9)

26 de Maio de 1958 Amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e uns ossos. Fui buscar agua para por os ossos ferver. Ainda tem um pouco de macarrão, eu faço uma sopa para os meninos. Vi uma visinha lavando feijão. Fiquei com inveja. (...) Faz duas semanas que eu não lavo roupas por não ter sabão. Vendi umas taboas por 40 cruzeiros. A mulher disse-me que paga hoje. Se ela pagar eu compro sabão. [...] (JESUS, 1960, p. 39)

Os trechos acima constam no livro “Quarto de despejo” (1960), uma de suas obras publicadas. São relatos de uma mulher que tenta vencer a fome e a miséria todos os dias com seus três filhos ainda pequenos, nas décadas de 50 e 60 em um país que vivenciava as marcas do processo de colonização, escravidão e os primórdios do período industrial. Seus escritos dizem muito sobre as condições em que a população negra e pobre foi submetida logo após um longo período de escravidão. Sem qualquer planejamento de inserção nos grandes centros urbanos, foram obrigados a viver amontoados em locais sem infraestrutura, saneamento básico, emprego, educação, condenados à fome, à miséria, à marginalidade e à negação do Estado perante sua

existência, a não ser pela perspectiva repressiva.

A importância de trazer as citações de uma mulher como Carolina Maria de Jesus se faz para que tomemos conhecimento das (não) oportunidades de emprego, de sobrevivência e de vida minimamente digna que mulheres como ela tiveram e ainda têm nesse início de século XXI. A mulher negra hegemonicamente esteve submetida às piores condições sociais, econômicas, culturais e políticas, determinações estas que serviram como uma espécie de “herança” de um passado opressor, fundamentado pela exploração e eticamente inaceitável, como foi o período da escravidão no Brasil. Esse contexto não permite evoluir socialmente, sendo assim, no campo profissional sempre esteve atrelada aos piores cargos, remunerações e reconhecimento.

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 16)

Além deste contexto mais fortemente vinculado à esfera da produção, é preciso referenciar o contexto da reprodução social em que a construção do “ideário de família” a partir da sociabilidade burguesa, que o desfrutava e desfruta a partir do seu verdadeiro sentido em que a única preocupação era e é manter seus herdeiros e administrar os lucros da propriedade privada, remete à mulher a condição submissa e subalternidade.

Nesse âmbito contraditório entre classes sociais a família proletária, tem seu real sentido de existência e conformação pautado pela lógica do trabalho assalariado e da superexploração da força de trabalho de seus membros. A expansão e consolidação do sistema capitalista faz com que em sua materialização detenha não somente os meios de produção, mas também os meios de reprodução, e, a partir disso, passa a ser do interesse do capital fazer com que o controle populacional seja feito de forma estereotipada, validando um único padrão de indivíduo na sociedade: branco, hétero, elitista, patriarcal, cristão, proprietário, modelo e perfil este que não representa a quase totalidade da população brasileira, assim como os moradores da referida favela do Canindé que cresciam aos poucos, sofrendo com as rígidas políticas de ajustamento daquilo que era considerado fora do padrão. Estas ações persistem até os dias de hoje.

Considerando estes determinantes, podemos apontar que o período de reestruturação produtiva no Brasil teve início no ano de 1970 (ano em que Carolina Maria de Jesus morreu), mas

se consolidou de forma mais expressiva no início da década de 1990. A introdução em massa da mulher no mercado de trabalho brasileiro via assalariamento aconteceu na década de 1980 e de forma muito precária e exploratória. Este foi o momento em que a indústria demandava mão de obra sem maior qualificação e dispensava o uso de força bruta, logo, a mão de obra feminina lhe pareceu uma das melhores alternativas.

Nessa referência, a mulher passou a desempenhar funções via trabalho assalariado nas fábricas e dentro de suas casas via tarefas domésticas e o cuidado com o lar, o marido e os filhos, relegando e condicionando a mulher à dupla jornada laboral. Com isso, configura-se um cenário que se mantém atualmente como determinante da vida da maioria das mulheres brasileiras. O que aparentemente parecia ser a sua libertação, logo, se tornou mais uma forma de opressão e exploração, não promovendo a emancipação daquelas que se inseriam no meio formal de venda da força de trabalho. Obviamente por isso ser uma condição e requisito do sistema capitalista em que não é possível a emancipação de nenhum indivíduo, seja homem ou mulher a partir da venda da força de trabalho, pelo contrário, é esta situação atrelada à propriedade privada dos meios de produção que perpetua a exploração, submissão e condiciona a opressão de gênero.

Nessa espreita, resgatamos as palavras de Pena (1981 apud TOLEDO, 2017, p. 77) quando nos diz que:

O trabalho doméstico (fazer e determinar compras cuidar e dirigir a educação de filhos, responsabilizar-se pela cozinha, limpeza da casa, roupas, organização de espaço doméstico etc.) é basicamente uma atividade reprodutiva, porque, por seu intermédio, a mulher cria valores de uso com os quais mantém a família sem que isso seja repostado pelo capitalista. O trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina, e sua superação passa, necessariamente, pela socialização das tarefas domésticas.

Ao absorver a energia e o tempo disponível da mulher através do trabalho doméstico, o capital se beneficia mais uma vez, estipulando que a força de trabalho feminina seja paga abaixo do seu valor. Essa relação reforça a alienação da mulher, uma vez que, com tantas tarefas a serem executadas, não sobra tempo para participação social, política, artística, intelectual; sendo afastada da “produção material da sociedade”.

A mulher brasileira está inserida no contexto de família patriarcal criado pela burguesia, e o fato de contribuir com a dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa, a coloca em situação de opressão e exploração. No capitalismo, os homens também são explorados, mas as mulheres tendem a ser mais exploradas e oprimidas na medida que precisam vender sua força de trabalho para o capital (que as explora) e são integrantes de um modo familiar (patriarcal) que as coloca em

condições desfavoráveis em relação aos homens, de modo que estão expostas a todos os tipos de opressão, física, mental, além do desgaste provocado por ambos os ambientes, e o peso de carregar como sua a “responsabilidade” de duas funções sociais: a de ser doméstica (dona de casa) e a de ser trabalhadora assalariada.

Aqui, Marx não menciona a mulher como ser oprimido e igualmente alienado. Na verdade, a relação do homem com a mulher no capitalismo se dá entre dois seres alienados. Ele toma a mulher como propriedade, como mercadoria, como serva, e ela o toma como seu patrão, seu dono. Enquanto dona de casa, ela não é dona de mais nada. Decai a uma mercadoria, a mais miserável das mercadorias, já que sua miséria está na razão inversa do peso de seu trabalho. Ela retorna à sua condição inicial de escrava, e o escravo é a mercadoria por excelência. Seu trabalho é o trabalho alienado em si mesmo, já que sequer produz mercadorias. Seu resultado não é concretizado em coisas palpáveis que possam se contrapor à mulher enquanto trabalhadora doméstica. Ela se anula em objetos não visíveis. É trabalho que se esvai em trabalho. Se a alienação vem com a separação do homem do produto de seu trabalho, em trabalho que não gera produto (como é o trabalho doméstico) e só gera trabalho, é um trabalho contínuo sem fim. (TOLEDO, 2017, p. 79)

Tendo em vista essas duas “funções sociais”, é importante sabermos o quanto o capital se beneficia deste modelo convencional de família que reproduz dentro do seu seio todas as formas de opressão contra a mulher. Desse modo, o trabalho doméstico não remunerado se torna parte fundamental para o capital, visto que se beneficia do serviço prestado (na maioria das vezes por mulheres) sem que precise pagar por seus custos. Isso é feito porque o capitalismo aproveita o fato de que o trabalho doméstico não remunerado é prestado fora das instalações de produção e não gera valor, sendo assim, não é incluído no pagamento do trabalhador(a), mesmo que este faça parte do processo de manutenção das forças produtivas.

Se o trabalho doméstico não remunerado não é reconhecido, por outro lado, o trabalho doméstico remunerado também não. O fato de a profissão estar ligada à servidão ainda nos tempos de hoje faz com que seja desvalorizada. Apesar dos avanços nas legislações, não é possível, no capitalismo, este aparato configurar-se suficientemente para garantir a todas as trabalhadoras o acesso aos seus direitos. Se trata de uma das profissões mais antigas e uma das que concentra o maior número de mulheres, em sua maioria negra.

O trabalho que não exige qualificação atinge, no Brasil, segundo uma pesquisa publicada no site do DIEESE, feita pela Pesquisa de Emprego e Desenvolvimento-PED, entre os anos de 2001 a 2011, predominantemente mulheres negras, com baixa escolaridade, adultas acima dos 40 anos de idade. Durante esses anos, segundo a pesquisa, houve um crescente investimento por parte do governo, em políticas públicas de inserção ao ensino médio, técnico e superior, assim como o crescimento do mercado, fato que permitiu que mulheres jovens de baixa renda pudessem buscar

destinos diferentes e construir carreiras em outras áreas, com melhores condições de trabalho, remunerações salariais e terem a possibilidade de crescimento profissional.

Um outro estudo do ano de 2017, feito pelo Ministério Público do Trabalho (MTP), juntamente com o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), demonstrou que o rendimento mensal de mulheres no setor da economia foi, em média de 2,7 mil reais, entretanto, para os homens, esse valor foi de 3,2 mil reais. Nessa mesma pesquisa, foi revelado que as mulheres brancas recebem em torno de 76% do equivalente da renda de homens brancos, enquanto mulheres negras recebem apenas 55% deste valor. No setor privado, em cargos de direção, o salário dos homens tende a ser 10 mil reais a mais que o das mulheres.

Para as mulheres trans, a situação se torna ainda mais difícil, a falta de oportunidade no mercado de trabalho, de apoio familiar, faz com que 90% dessas pessoas, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), enxerguem como única alternativa de sobrevivência se condicionar a serviços marginalizados, como a prostituição e a convivência como cidadãs em situação de rua.

A mundialização do capital que se alastra e se institui em todos os continentes tem intensificado suas formas de exploração em nosso país. Em tempos de crise, a força de trabalho da mulher, que serve como um “exército industrial de reserva”, acaba sendo utilizada de maneira ainda mais precária e exploratória, sendo obrigada a vender sua força de trabalho por valores incompatíveis com o dispêndio de tempo e força exercidos, aliados ao medo da perda dos direitos conquistados. Outra tendência do mercado – do capital é estimular as mulheres a trabalharem em suas casas, permitindo assim, que o capitalista não precise arcar com os custos dos direitos trabalhistas e previdenciários. Essa relação aparentemente evidencia que não existe nenhum elo em ambas as partes e isso é utilizado para garantir que o empregador fique com a maior parte da mais valia, enquanto às trabalhadoras, além do serviço a ser prestado, isto é, dispêndio da mercadoria força de trabalho, ainda lhe cabe o serviço de cuidado da casa, o cuidado com os filhos, etc, tarefas que não têm fim, são rotineiras e constantes.

Não é uma escolha estar nesta condição, ela é posta à mulher (TOLEDO, 2017). Na medida em que precisa colocar comida dentro de casa, para seu sustento e de sua família, ela necessita vender sua força de trabalho para quais valores forem pagos. A mulher pertencente à classe trabalhadora, por muitas vezes, é arrimo da família, e deixar de trabalhar pode ter um impacto muito grande em sua vida e na vida de seus dependentes. A exemplo de Carolina Maria de Jesus,

que enfrentou as maiores dificuldades sociais com seus filhos, trabalhando todos os dias como catadora de papel, lavadeira, porque sabia que não havia outra possibilidade de sobreviver para além daquela que estava exposta, e que dificilmente seu status mudaria a partir de governantes (brancos, elitistas) no poder e que desconsideravam a árdua realidade do negro e do pobre no país.

Por mais que nos dias de hoje vemos mais mulheres alcançando postos de trabalho, isso não significa que a configuração tenha se modificado estruturalmente. Ainda prevalece o padrão branco, elitista, hétero ocupando os melhores cargos. É fundamento do capitalismo, muito fortemente configurado e mantido pelo Estado, a premissa que reforça a presença da população branca no controle dos meios de produção, nos governos, em cargos que interferem diretamente na sociedade, excluindo o povo negro e pobre como nos tempos do período colonial.

A população negra do Brasil permanece em condição de exploração e desigualdade, visto que não houve um tipo efetivo de ação que representasse uma retratação econômica, social, política e cultural pelos séculos de escravidão que vivenciou. Dessa forma e considerando que as mulheres sofrem com a diferenciação de gênero estimulada pelo modo de produção capitalista que se estabelece todos os dias na sociedade e no âmbito profissional e familiar, as mulheres negras e pobres são as que sentem e vivenciam de forma mais dolorosa estas contradições, por terem que carregar consigo o estigma do passado. Sendo assim, são condicionadas a empregos “periféricos”, ou a modelos de famílias tradicionais (patriarcais), mesmo que este seja prejudicial e as coloque em situação de opressão, resultando em violência doméstica, ou em casos mais graves como de feminicídio. Há também, pela cultura machista e estereotipada, o empenho de manter os seus corpos como objeto de satisfação sexual, ao mesmo tempo que reforça de modo veemente a sua “esterilização” como tática de embranquecimento da população.

Nas sociedades capitalistas, portanto, a violência de gênero não é autônoma. Ao contrário, ela tem raízes profundas em uma ordem social que entrelaça a subordinação das mulheres à organização do trabalho com base no gênero e à dinâmica de acumulação de capital. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 64)

Apesar de tudo isso, a mulher pertencente à classe trabalhadora, assim como Carolina Maria de Jesus fez durante toda sua vida, continua lutando e resistindo, uma prática e necessidade que se faz desde o dia do nascimento e que permanece dentro delas a partir da necessidade de enfrentamento do que está fora delas.

2.1 A influência do patriarcado no modo de produção capitalista

Desde a Antiguidade, a mulher tem sido pauta de teorias filosóficas criadas por homens, baseadas em fatores biológicos e que as classificaram como seres inferiores por natureza. Na Grécia Antiga, Platão e Aristóteles afirmavam que a mulher seria “fêmea em virtude de certa falta de qualidades” que se “decide com mais dificuldade” que “é mais chegada à lamúria” (ARISTÓTELES apud CALADO, 2016, p. 38). Para Santo Tomás de Aquino, a mulher “é um ser accidental e falho” que “sobre si mesma ela não tem autoridade alguma” e “por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade, e por natureza lhe está sujeita, pois no homem o que domina, pela sua própria natureza, é a facilidade de discernir, inteligência” (ARISTÓTELES apud CALADO, 2016, p. 38).

Percebe-se que classificavam a mulher como um ser incapaz intelectualmente, ao mesmo tempo que as impediam de frequentar ambientes onde o conhecimento era estimulado. Àquelas que ousavam “desobedecer” eram cruelmente castigadas. A imagem do ser feminino foi sendo deturpada, afinal, eram tempos em que ser-se mulher e intelectual era algo perigoso. As mulheres foram silenciadas por homens que acreditavam ser seus donos e que estas deveriam prestar “obediência”, assumindo papéis na sociedade concedidos conforme os valores morais ou “legais” estabelecidos para a época.

Vale enfatizar duas situações em curso: de um lado, impedia-se às mulheres o acesso aos espaços públicos, central como espaço de acesso ao conhecimento elaborado e acumulado pela humanidade e de outro, acusavam-nas de serem intelectualmente incapazes e desinteressantes, ao mesmo tempo em que se faziam arder nas fogueiras da inquisição as que ousassem questionar os limites aos quais estavam subjugadas. (CALADO, 2016, p. 38).

Na passagem do feudalismo para o capitalismo, é negado o mérito das mulheres, em especial àquelas pertencentes à classe trabalhadora e que tiveram um papel fundamental nesse processo de transição entre modos de produção. A ausência de menções sobre a participação das mulheres durante o período da revolução burguesa é questionada por Calado (2016). A autora ainda destaca a influência das sociedades anteriores nos primeiros anos do capitalismo, e como ganharam força os julgamentos preconceituosos em relação à mulher, reafirmando a presença do patriarcado.

Nessa trajetória, e embora as mulheres tenham exercido um papel fundamental para colocar um ponto final na sociedade feudal, não encontraram na história da revolução burguesa uma página dourada, principalmente para as mulheres da classe trabalhadora. Assim, nos primeiros anos do capitalismo, os intelectuais da burguesia, contaminados pelo patriarcado forjado de formas de organização social anteriores, contribuíram de maneira reacionária para dar continuidade a muitos dos pressupostos preconceituosos elaborados em relação à mulher. (CALADO, 2016, p. 39)

Para compreender o significado de patriarcado e as dimensões que atinge em uma sociedade, retornemos às citações anteriores, pensamentos construídos por homens ao longo da história, que mistificam a natureza da mulher, desqualificando sua condição de ser no mundo. Concepções que as colocam em um lugar de subalternidade e opressão, que vão se enraizando ao longo da construção societária, transformando-se em “moral”. Para Toledo (2017), todas as formas de dominação vividas na humanidade até os dias atuais sempre tiveram consigo ideologias que as sustentavam. Dito isso,

[...] cultua-se a ideia de que a mulher é um ser inferior porque é mais frágil fisicamente que o homem e tem o cérebro menor e o coração maior. Portanto, seria menos inteligente, menos racional e mais emotiva e sentimental. Logo, só serve para ter filhos e cuidar da casa e da família. (TOLEDO, 2017, p.30)

Para Saffiot (1990, apud CALADO 2016), o patriarcado pode ser entendido como um conjunto de mecanismos tradicionais de dominação e exploração de homens e mulheres, mas este cria pressões hierárquicas que beneficiam o sexo masculino. Não se pode esquecer que, para além dos ideais machistas que a dominação patriarcal prega, existe um sistema de exploração que diz respeito ao campo econômico que permite, requer e possibilita que o patriarcado consiga se estabelecer nos diferentes âmbitos da sociedade.

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1990 apud CALADO, 2016, p. 41).

Cabe, nesta perspectiva de análise e reflexão sobre a condição da mulher, fazer um resgate histórico e lembrar que nem sempre as mulheres estiveram sujeitas à submissão ou à desigualdade em comparação ao sexo oposto. Nos tempos primórdios, nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres desempenhavam as mesmas funções, ou até mais que os homens, não existiam “regras” que determinasse aquilo que deveria ser feito por homens ou mulheres, havia divisão de tarefas, mas estas se faziam necessárias para o melhor andamento das atividades de acordo com as demandas das comunidades.

Os estudos das sociedades pré-capitalistas mostram que a ideia de que a mulher é inferior ao homem não tem qualquer comprovação histórica. Muito pelo contrário. No surgimento e desenvolvimento da humanidade, de seus primórdios até hoje, as mulheres cumpriram um papel de primeira grandeza. Participaram de todos os grandes acontecimentos históricos e sempre trabalharam tanto ou mais que os homens. Havia divisão entre eles, e as mulheres não só faziam tarefas pesadas, como arar e plantar, como foram grandes inventoras e cientistas. Os historiadores oficiais, que tratam de defender a sociedade

burguesa, tentam ocultar esse lado incômodo para eles. (TOLEDO,2017, p. 23)

A mulher até então não era inferiorizada por engravidar, ao contrário, nas tribos, o fato de poder conceber uma criança era visto como algo divino, que poderia ser controlado pela própria. A ela caberia o poder de decidir a que momento ficaria grávida, quantos filhos teria, se fazendo valer de métodos contraceptivos culturalmente conhecidos na época, assim como o instinto maternal, que surgia com a vivência de cada indivíduo.

A necessidade deste resgate se faz para compreensão de que não existe nenhum argumento histórico assim como científico, capaz de atestar que a mulher seja inferior ao homem. Essa visão se manifesta na medida em que acontece o desenvolvimento social e econômico nos moldes do capitalismo, ou seja, as formas do patriarcado se materializar sucederam na medida em que a propriedade privada e as sociedades de classes surgiram. A opressão da mulher não é algo natural, que acomete na gênese da espécie humana, mas sim, algo que está diretamente ligado aos fatos histórico-culturais.

Mas a história da origem da opressão das mulheres desmente essa concepção. Mostra que as mulheres nem sempre foram oprimidas. Sua opressão se deve às transformações econômicas e sociais advindas do surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes. (TOLEDO, 2017, p. 19)

Neste âmbito, o materialismo histórico explica as causas que estão na origem da situação da subalternidade das mulheres, causas que não se encontram em fatores naturais, nem em diferenças tácitas entre mulheres e homens, mas que são consequência do cruzamento de fenômenos que se plasmam em formas sociais-culturais-econômicas determinadas e, por sua vez se enraízam em formas específicas de se produzir e reproduzir a vida. (CALADO, 2016, p. 40)

Diante do exposto, compreendemos que a situação da mulher sempre estará em constante modificação, nunca permanecerá a mesma, e cada modo de produção terá sua especificidade advinda das relações criadas das formas de opressão que se manifestarão, no grau de desenvolvimento das forças produtivas, na possibilidade do ser humano satisfazer suas carências sociais - como um processo de evolução ou regresso e que recai sobre a vida de homens e mulheres da classe trabalhadora que se apoiam na tentativa de superar essa dura realidade.

A opressão da mulher é algo historicamente condicionado pelo seu tempo e reflete o estágio em que se encontra a humanidade, o desenvolvimento de suas forças produtivas, a capacidade humana de suprir as necessidades sociais, o seu avanço ou atraso cultural, o estágio das ciências, da filosofia e, claro, das ideologias predominantes. Apesar de todas essas transformações, de todos esses saltos, o processo histórico mostra que tem também um elo de continuidade, algo que perdura, uma característica humana que dificilmente pode ser destruída, e essa característica é a capacidade das mulheres (dos seres humanos, enfim) para superar a opressão e enfrentar tudo aquilo que as ameaça. (TOLEDO, 2017, p. 17)

Tão importante quanto o resgate histórico que fizemos anteriormente, é a reflexão de quando partimos para o declínio daquilo que seria a vida “plena” de homens e mulheres. O ponto crucial disso se deu com alienação do homem em sentido de gênero humano, onde o indivíduo para de produzir para si mesmo, em suas terras e de enxergar os resultados em suas colheitas, e, a partir disso, se aliena, tornando-se um mero escravo do trabalho, para produzir cada vez mais excedente.

A relação anterior entre homens e mulheres como seres plenos de sua vontade e de suas potencialidades físicas começou a ruir quando, entre ambos, surgiu uma terceira relação: o homem começou a ser escravo do trabalho. Quando deixou de trabalhar para satisfazer o prazer e passou a trabalhar por um excedente; quando a procriação deixou de ser natural sujeita à sua livre vontade; quando o filho deixou de ser apenas um subproduto de sua relação sexual e passou a ser uma imposição para a mãe; quando ter filho passou a ser uma atividade alheia à mulher, pertencente ao outro; a procriação passou a ser a perda de si mesma. (TOLEDO, 2017, p. 29)

Se caberia a modificação no sentido da palavra “trabalho”, as consequências dessa nova organização societária- conjuntura estariam para além dos chãos de fábricas e modificaria também a maneira como se dariam as relações sociais entre os indivíduos. Se nas sociedades primitivas a mulher poderia escolher a hora de engravidar, neste momento, o sentido de “gerar filhos” deixa de ser uma condição orgânica dos casais e passa a ser uma imposição lançada à ‘mãe’.

Na medida em que o trabalho alienado aliena do homem a natureza e a si mesmo, a sua função ativa própria, a sua atividade vital, aliena do homem o gênero. Ele o aliena dos outros homens. Nesse momento, surge a alienação sexual, a separação-desigualdade entre os sexos. A separação entre os sexos é, portanto, um fato histórico tanto quanto a alienação do trabalhador em relação a seu trabalho, o surgimento da exploração, da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes. (TOLEDO, 2017, p. 29)

Sendo assim, “na relação umbilical entre propriedade privada e patriarcado, estava em curso uma redefinição naquilo que viria a ser o papel da mulher na sociedade de classes” (CALADO, 2016, p. 42). O acesso à propriedade privada estava para homens e mulheres de maneira desigual, o primeiro tinha o uso exclusivo, e desta forma, a mulher se posicionava como submissa ao controle patriarcal dos homens que legitimavam seu “poder de dominação” através de contratos civis (casamento). “A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direto patriarcal” Pateman (1993, apud CALADO, 2016, p. 42).

Nesse momento também se dá o aparecimento da família monogâmica que teve um papel significativo para o desenvolvimento das forças produtivas e para o capitalismo. Era o fim da sociedade primitiva e o surgimento da sociedade de classes, ao mesmo tempo em que a dominação de homens em relação às mulheres se consolidava. Criava-se um novo modo de se estabelecer enquanto núcleo familiar na sociedade moderna. Para Lessa (2012, apud CALADO, 2016, p. 43)

“a família monogâmica, não foi, portanto, um fenômeno do acaso, mas sim filha de um contexto cuja origem tem por engrenagem a sociedade de classes como “expressão da propriedade privada nas relações familiares”. Engels (1982, apud CALADO, 2016, p. 48) afirma que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

O aparecimento da família monogâmica, portanto, seria de forma proposital, para que o capital pudesse se estabelecer de forma sutil e permanente nas relações familiares. Para o capital, pouco importa os valores afetivos, somente interessa o quanto a formação de um grupo familiar pode lhe oferecer de lucro. Desse modo, as formulações de família ao longo da história do gênero humano passaram a seguir valores determinados por um viés de produção e reprodução.

A primeira formação de família monogâmica, antes do capitalismo se instaurar, se deu com a propriedade privada, que dava ao homem o “poder pater” sobre a família, núcleo que era constituído por mulher, filhos e escravos. Com a inserção do capitalismo e as modificações na sociedade, esta configuração sofreu alterações, mas não deixou de ter como característica a dominação do homem sobre a mulher. Nesse momento, a crença que existia em relação ao poder das mulheres de conceber vidas já não fazia mais sentido à nova estrutura familiar, visto que os homens tinham descoberto que isso só era possível com a sua participação.

Engels (1982 apud CALADO, 2016, p. 46) afirma que o controle dos homens sobre as mulheres existe para cumprir alguns objetivos, entre eles: através da monogamia garantir o controle sobre a descendência, firmando sua liderança. “Capturar a sexualidade feminina”, pois, confinadas ao espaço do lar as mulheres, tinham suas relações sociais cerceadas e restringidas ao papel de cuidar da casa e dos filhos, além claro, de serem boas esposas, enquanto os homens se regozijavam de uma vida sem tantas restrições, fazendo-se valer inclusive de relações extraconjugais. Ter uma família maior significava aumento do excedente para o capital, afinal, em uma família maior há mais força de trabalho à disposição do capitalista, que com isso produziria mais riqueza para si. Este último objetivo destaca sobre a imposição de gerar filhos à mulher, o que as coloca não somente na condição de “objeto de satisfação sexual” dos homens, mas também de reprodutora, seja de herdeiros ou de força trabalho para o capital.

Observamos que a família monogâmica trouxe um aprisionamento à mulher. Para além das delimitações impostas a quais espaços estas deveriam ocupar, foi ainda impedida à participação

nas formulações de legislações, como se não fizessem parte da sociedade. A família foi “[...] uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres” Cisne (2014 apud CALADO, 2017, p. 47), através dela, as formas de manifestação do patriarcado se refizeram, tomando como impulso a divisão sexual do trabalho, onde as relações do labor passaram a ser vistas de acordo a carência da manutenção dos meios de produção. Dessa forma, concordamos que, o contrato feito através do casamento que corresponde a família monogâmica “é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” Pateman (1993 apud CALADO, 2016, p. 48).

Sendo assim, entre todas as determinações e imposições da sociedade patriarcal a mulher se tornou o objeto mais lucrativo para o capitalismo, e logo foram tiradas dos lares para trabalhar dentro das fábricas, junto dos seus filhos que também foram usados como força de trabalho, mercadoria. Com a revolução industrial e a introdução de maquinários nas indústrias, já não era mais necessário o uso de força bruta e de qualificação para os serviços, portanto, mulheres e crianças se misturavam em um mesmo chão de fábrica, ao lado de outras famílias, ampliando a força de trabalho e recebendo em contrapartida os baixos salários oferecidos pelo capitalista.

Ampliar a força de trabalho a partir da presença e requisição da mulher não é algo por acaso. O mercado se apropria e alimenta ideias que qualificam a mulher como ser “inferior” para poder explorá-la, pagar menos, direcioná-las e condicioná-las aos piores cargos e condições de trabalho. Assim, não seria necessário ter a preocupação de quem demitir em casos de crises: as mulheres seriam a primeira opção, e que ao retornar ao lar passariam a se reiterar das tarefas domésticas, o que já faziam quando trabalhavam, e ficariam aguardando uma nova oportunidade no mercado de trabalho.

A maquinaria, ao tornar inútil a força do músculo, *permite* empregar *operários sem força muscular* ou sem um desenvolvimento físico completo, mas que possuam uma grande flexibilidade em seus membros. *O trabalho da mulher e da criança* foi, portanto, o primeiro grito da aplicação *capitalista* da maquinaria. Assim, aquele instrumento gigantesco criado para eliminar trabalho e operários, se converteu imediatamente em *meio de multiplicação do número de assalariados*, colocando todos os indivíduos da família trabalhadora, sem distinção de idade ou sexo, sob a dependência imediata do capital. (MARX, 480-481 apud TOLEDO, 2017, p. 95).

A família operária teve e desempenhou um importante papel para o capitalismo, o de fornecer à indústria força de trabalho barata. A partir de então, o salário passa a ser calculado pelo tanto de trabalho indispensável para a manutenção da família operária, nesse sentido, o valor da força de trabalho do chefe de família é distribuído entre todos os membros do seu grupo familiar.

Quando a mulher e as crianças foram confiscadas em massa para trabalhar nas fábricas, o *valor da força de trabalho* deixou de ser determinado pelo tempo de trabalho necessário para o sustento do operário adulto individual e passou a ser medido pelo tempo de trabalho indispensável para a manutenção de toda a família operária. Isso significa que o capitalismo já nasceu dando à “família operária” um papel diferente da família burguesa. Era uma família para ser explorada e destruída, cuja a função era fornecer mão de obra barata para indústria, já que, ao lançar no mercado de trabalho todos os seus membros, distribuiu entre eles o valor da força de trabalho de seu chefe, depreciando a força de trabalho do indivíduo. (TOLEDO, 2017, p. 104)

Antes, o operário vendia sua própria força de trabalho, dispondo dela como indivíduo formalmente livre. Agora, vende sua mulher e seu filho. Converte-se em escravista. A demanda de trabalho infantil se parece, inclusive na forma, com a demanda de escravos negros e os anúncios que saíam nos jornais norte-americanos. (MARX, apud TOLEDO, 2017, p. 105)

A família operária, diferentemente da família burguesa, teve sua forma arruinada pelo modo de produção capitalista na medida em que para sobreviver e fugir da miséria todos os membros familiares eram lançados ao mercado de trabalho para vender sua força de trabalho por valores ínfimos. Como resultado a família operária perdeu sua identidade e essência, a promessa de emancipação dos homens e das mulheres ruíram por um modo de produzir mercadorias e a vida social e biológica que os colocou definitivamente à servidão e à exploração.

No capitalismo “a família plenamente desenvolvida só existe para a burguesia” que vive da propriedade privada e da exploração e opressão às camadas mais pobres da população, isto é, da exploração e opressão à classe social antagônica à classe dominante.

Em que se baseia a família atual, a família burguesa? No capital, no lucro privado. A família plenamente desenvolvida só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada de todo vínculo familiar para o proletariado e na prostituição pública. [...] As declarações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem pais e filhos, ficam ainda mais repugnantes na medida em que a grande indústria destrói todo vínculo de família para o proletariado e faz dos filhos simples artigos de comércio, simples instrumentos de trabalho. (MARX, 2014 apud TOLEDO, 2017, p. 101)

A família pertencente à classe trabalhadora está exposta às várias “expressões da questão social” e luta diariamente para a obtenção e manutenção de melhores condições de vida a partir dos marcos que o capitalismo impõe. Na medida em que a exploração se acentua, propicia a ausência de direitos, a falta de emprego, de serviços básicos de saúde, educação (aumento do analfabetismo), a falta transporte, de creches para os filhos, a inexistência de perspectiva de futuro para os jovens, a proliferação de doenças, misturados à falta de cultura, lazer, e recursos públicos que os deem o retorno que o salário não pode proporcionar. São fatos que se somam a situações ainda piores nas realidades de vida, como: a violência contra as mulheres, a prostituição, o

abandono e abuso-violência às crianças aos adolescentes, a dependência do álcool e das drogas, as doenças psíquicas- que passam despercebidas e são negadas pelo Estado burguês que se orienta por referenciais liberais e propõe cortes de gastos nos setores públicos a cada dia mais sucateados ou que deixam de existir sempre que alguma crise econômica atinge o país.

Para a classe trabalhadora, a exploração produz uma miséria dolorosa, desemprego crônico e estrutural, analfabetismo, ausência de perspectiva de futuro para os jovens, níveis alarmantes de prostituição e violência contra as mulheres. Sem contar as guerras, que trouxeram sofrimentos incríveis para os trabalhadores e novos golpes contra suas famílias. Esse processo tem como consequência a destruição violenta das famílias operárias e camponesas, sobretudo nos países dominados pelo imperialismo. (TOLEDO, 2017, p. 112)

Não podemos negar que a mulher pertencente à classe burguesa também sofre opressão pelo fato de ser mulher. No entanto, por prover de uma boa condição financeira esta tende a ter mais facilidade de se libertar dessa condição-situação própria do capitalismo. Já a mulher pertencente à classe trabalhadora e pobre, além de sofrer opressão também é explorada, depende de salário para sobreviver e prover o sustento de seus dependentes. Isso as remete a vivenciar situações de violência tal como o assédio sexual no próprio local de trabalho.

[...] Muitas vezes também são instrumentais a agressão e o assédio sexuais nos ambientes de trabalho, escolas ou clínicas. Nesses casos, os perpetradores são chefes e supervisores, professores e orientadores, policiais e agentes policiais, médicos e psiquiatras, locatários e oficiais do Exército – todos com o poder institucional sobre aquelas que acabam como suas presas. Eles *podem* requisitar serviços sexuais, então alguns deles fazem isso. Aqui, a raiz é a vulnerabilidade econômica, profissional, política e racial das mulheres: nossa dependência do contracheque, da referência, da disposição do empregador ou do supervisor em não fazer perguntas sobre nossa situação migratória. O que permite essa violência é um sistema hierárquico de poder que funde gênero, raça e classe. O que resulta disso é o reforço e a normatização desse sistema. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 59)

A violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista – pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 65)

Na medida em que a mulher começa a trabalhar fora de casa (dupla jornada) e contribui-participa financeiramente com o sustento da família, ela adquire um papel visceral e necessário que começa a ser questionado em razão de sua posição no grupo familiar, e em muitos casos, passa a assumir e a arcar sozinha o sustento da casa e dos filhos. Se de uma perspectiva, a introdução das mulheres nas fábricas significou um avanço, ao mesmo tempo, não permitiu à sua emancipação. No momento em que a mulher pode se integrar à produção, conhecer maquinários modernos,

tornar-se parte do proletariado, ela é transformada em prisioneira dos donos dos meios de produção. O trabalho nas fábricas não a libertou do trabalho e dos afazeres domésticos, do cuidado com os filhos e com o marido. Também, não a libertou das amarras do patriarcado e não ofereceu a oportunidade de aproveitar a família que o próprio sistema a influenciou ter. O tempo escasso com os filhos não a permite vê-los crescer, o cuidado consigo mesma não pode ser dado como prioridade, falta tempo, falta dinheiro, assim, àquela aparência impecável fica restrita ao universo criado em capas de revistas, bem como estudar se torna apenas um sonho distante e difícil de ser realizado.

Por mais progressivo que seja o passo dado pelas mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, o capitalismo consegue fazer desse passo um sofrimento para ela e uma dependência total em relação ao dono dos meios de produção. Ela deve abandonar seus filhos depois de sofrer uma verdadeira lavagem cerebral para que os tenha. Deve abandonar seus estudos depois de sofrer uma pressão enorme do mercado para que se qualifique. Deve abandonar sua aparência física depois de um verdadeiro bombardeio da propaganda para que seja linda e jovem. Deve voltar ao trabalho doméstico diariamente depois de um dia estafante na fábrica, deve suportar o desemprego quando o capital não mais precisar dela. (TOLEDO, 2017, p. 106)

A dupla jornada de trabalho e o baixo salário se misturam a falta de estabilidade que as trabalhadoras tendem a sofrer no mercado de trabalho. A qualquer momento podem ser dispensadas e retornam aos seus lares, até que mais uma vez se torne necessária sua força de trabalho. Contudo, a mulher pertencente à classe trabalhadora é o pilar de sustentação da relação familiar e de todo o sistema de ordem burguesa que se materializa através do modo de produção capitalista.

Dessa forma, o capitalismo usa a família como instrumento de controle para estimular o seu crescimento, a produção e a reprodução em massa, e se apropria de tudo o que possa contribuir a seu favor, como por exemplo, o patriarcado e as formas de violência que este pode produzir às mulheres e aos homens. De um modo geral as famílias se desmontam e se reconstróem de maneira a se adaptar às influências que a exploração e a opressão cotidiana trazem, e para todos os efeitos, ainda continua sendo uma espécie de refúgio, vista como “patrimônio”, inclusive por mulheres vítimas de violência doméstica, que apesar disso, veem a família como um “porto seguro”.

Profissionais da área de pesquisa estimam que, em termos globais, mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida. Muitos dos perpetradores são parceiros íntimos, responsáveis por 38% dos assassinatos de mulheres. Podendo ser física, emocional, sexual ou todas elas, a violência por parceiros íntimos acontece em toda a sociedade capitalista – em todo país, toda classe e todo grupo étnico-racial. *Longe de ser acidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista.* (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 57)

A superação dessa condição que oprime e explora mulheres, de acordo com Lenin (apud TOLEDO, 2017, p. 120) não é um trabalho a ser feito com resultados imediatos, carece de tempo, de mudanças que vão para além da mentalidade das pessoas (homens e mulheres) e de legislações. É preciso investimentos públicos e dispor de meios econômicos que libertem as mulheres do trabalho doméstico, para as integrá-las na esfera da produção social de maneira igualitária aos homens, resultando e pautando conseqüentemente, novas relações humanas, novos conceitos de família que não se limite somente à “família tradicional”. Portanto, não se pode reconhecer e afirmar ser possível a emancipação das mulheres sob os marcos de uma sociedade baseada no modo de produção capitalista, é preciso pautar e reconhecer a necessidade de outra sociabilidade, o que depende de mudanças na realidade concreta, mas que também carece da participação dos homens, afinal, a luta pela emancipação humana também é deles!

2.2 A mulher e o mundo do trabalho

O que se tem registrado sobre a introdução de mulheres em maior número no mercado de trabalho aponta que isto se deu com a Revolução Industrial que ocorreu entre 1770 a 1830, na Inglaterra. “Ela e a máquina chegam juntas e são o diferencial da indústria moderna em relação à manufatura” (TOLEDO 2017, p.54). A maquinaria exigia um maior número de braços, que como resultado, aumentaria o capital constante, nesse sentido, a mulher é inserida no meio fabril como mercadoria força de trabalho, visto que para tais funções não era necessário ter qualificação, além de dispensar o uso de força bruta, dois fatores que segundo (TOLEDO, 2017) foram fundamentais para transformar a mulher em proletária.

A mesma autora ainda explica que dessa forma o capitalismo usou a divisão sexual, assim como as desigualdades postas entre os gêneros, para estimular a competição na classe trabalhadora (constituída por homens e mulheres), baixando os salários e determinando que a mulher seja qualificada como força de trabalho barata.

Dois fatores, portanto, ajudaram a transformar a mulher em proletária: 1) a máquina, ao dispensar força muscular; 2) a desqualificação do trabalhador, já que a mulher é considerada mão de obra desqualificada por origem, reduzindo as tarefas a um mesmo nível. Dessa forma, o capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre os trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. (TOLEDO, 2017, p. 54)

Nota-se a maneira como o capitalismo se apropria de discursos que colocam a mulher em lugar de subalternidade com o intuito de explorar a mão de obra feminina em suas intermediações

mercadológicas. “Poderíamos dizer que as desigualdades de gênero são envenenadas pelo capitalismo, alimentadas e aprofundadas a cada dia, de inúmeras formas, para que continuem a servir ao modo de produção dominante” (TOLEDO, 2017, p. 56). A opressão de gênero está enraizada na estrutura da sociedade, o que o capital faz é intensificá-la, tornando-a cada vez mais benéfica para si e prejudicial à classe trabalhadora, principalmente tornando as mulheres as mais prejudicadas, na medida em que superexplora a sua força de trabalho tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução social.

A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade, está o trabalho, porque sua situação está relacionada diretamente com a forma como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força do trabalho. (TOLEDO, 2017, p. 56)

Se difícil foi e é para as mulheres brancas a introdução no mercado de trabalho, para as mulheres negras, que convivem diariamente com o peso de um passado escravocrata que as submeteu às piores condições que um ser humano poderia ter sido inserido durante e ao longo de seu processo de construção social, as dificuldades ganham maiores e mais agravados contornos.

Como já mencionado anteriormente, a mulher negra sempre trabalhou. Primeiramente foi escravizada e, após a abolição legal da escravidão, está prioritariamente condicionada a ocupar os piores empregos e salários em funções tais como: doméstica, faxineira, lavadeira, babá, entre outros, além de ter as mais precárias relações trabalhistas. Também é a que possui as piores condições de moradias, uma vez que compõe em sua maioria a população que vive nas favelas e comunidades do Brasil. A mulher negra integra o grande exército industrial de reserva de força de trabalho disponível e barata, sendo a primeira opção para ser demitida.

[...] Vista como instrumento de prazer para o homem branco, ela suportou traumas e maus tratos. Até hoje carrega o estigma de objeto sexual, mas só é pouco valorizada quando tem a sorte de atender aos padrões vigentes de beleza e juventude. Teve seus filhos gerados com os homens brancos arrancados de seus braços e de seu convívio. Foi obrigada a amamentar os filhos das mulheres brancas, que não queriam exibir seus seios flácidos depois do parto. Foi tratada como animal de reprodução, já que era obrigada, também, a manter relações sexuais com o reprodutor da fazenda, em geral um homem negro considerado forte e saudável, para gerar outros escravos lucrativos para os senhores. Foi submetida ao trabalho forçado, às tarefas mais embrutecedoras, ao analfabetismo. Foi confinada aos recantos mais obscuros da casa e obrigada a viver num ambiente de violência física e mental. (TOLEDO, 2017, p. 62)

Ainda hoje, a mulher negra é vítima da mercantilização do seu corpo, utilizada pela mídia em seus meios de comunicação como produto de consumo e exportação, como atrativo do comércio sexual. Ao mesmo tempo, essa mídia mantém uma política de embranquecimento, estimulando a

“esterilização” das mulheres negras e pobres, um verdadeiro crime contra a humanidade, impulsionado pela burguesia que insiste em negar a diversidade e a multiplicidade do povo brasileiro.

O Brasil é um dos países com maior contingente de população negra do mundo, e por outro lado, é um dos países mais racistas, que concentra o menor índice de políticas públicas destinadas a minimizar esta questão, mesmo sendo resguardado pela Constituição Federal de 1988 a proibição de qualquer tipo de discriminação racial.

Nesse contexto de país tão adverso, isto é, pautado pela superexploração da força de trabalho e pela questão racial e de gênero como fundamentos, repetimos que: a introdução da mulher no mundo do trabalho absolutamente não significou a sua libertação, uma vez que a mulher começou a prestar serviços fora de casa, e quando retornava para o seu lar, os afazeres domésticos ainda estavam à sua espera, como se ela fosse a única “responsável” por realizar tais tarefas.

Se por um lado, a mulher ao passar a vender sua força de trabalho fora do âmbito familiar, do lar, se uniu-integrou mais fortemente à classe operária, por outro, ainda estava atrelada às condições impostas pela família patriarcal, agora exercendo duas “funções sociais”. Com isso, pode-se dizer que a força de trabalho da mulher está para o capitalismo como uma importante parte-parcela do exército industrial de reserva. No momento em que é necessário atender a uma determinada demanda produtiva ele a tira do lar e a coloca para trabalhar no mercado, ou o contrário, a coloca de volta aos seus lares.

O crescente desenvolvimento econômico tende a agravar a situação da mulher não somente enquanto classe trabalhadora, mas como reprodutora do capital (sua dupla condição na sociedade capitalista). Com o Estado assumindo e orientando-se a partir de um modelo de gestão de cunho neoliberal, o capital globalizado e que vive em constante modificação em sua estrutura produtiva - para obter cada vez mais lucro utiliza-se de “artimanhas” tais como a instabilidade no mercado de trabalho, os empregos temporários e precários, a restrição de vínculos trabalhistas para àqueles que necessitam dos direitos advindos dessa relação.

A globalização econômica, tendência que teve início nos anos 1970, é uma resposta a uma situação de crise do capitalismo e não de fortalecimento. Portanto, é uma situação de instabilidade, de aumento da concorrência e dos atritos entre os países imperialistas devido à abertura dos mercados e das fronteiras. Leva à superexploração da classe trabalhadora, agravada, claro, para seus setores mais oprimidos e já superexplorados – como mulheres, jovens e considerados idosos – dos países periféricos. Nos países imperialistas, acrescenta-se a isso os grandes contingentes de imigrantes. (TOLEDO, 2017, p. 56)

A globalização econômica vem atingindo vários países com suas consequências adversas e

restritivas a qualquer interesse legítimo da classe trabalhadora. Atinge principalmente e de forma mais profunda e violenta a mulher, reforçando e ampliando a divisão sexual do trabalho. Para Toledo (2017), existe desigualdade nas contratações de homens e mulheres, dessa forma, os salários mais baixos são destinados à mulher, como também os trabalhos “secundários e periféricos”, sendo assim, a mulher tende a ocupar os locais onde não é preciso o uso de força bruta, mas sim onde a atividade laboral está relacionada com movimentos repetitivos e mais elementares.

[...] na divisão sexual do trabalho operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo (as de alta tecnologia) são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e, muitas vezes, fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as). (TOLEDO, 2017, p. 69)

A desigualdade salarial é uma realidade que é dada na medida em que se cria trabalhos que são “designados” para homens e para mulheres. Toledo (2017, p. 65) ressalta que “a trabalhadora brasileira ganha, hoje, em média 43% a menos do que o homem (França, 30%; Alemanha, 26%). Estudos mostram que quanto mais feminina for a ocupação, mais mal remunerada são as mulheres em relação aos homens”.

Infelizmente, temos que concordar com a fala da autora, e reafirmamos que na atualidade as mulheres são inseridas em trabalhos cada vez mais precarizados, tendo sido recorrente a aceitação por parte das mulheres empregadas, a prática de restrição de direitos elementares como por exemplo a redução do período da licença maternidade, que hoje é de 120 dias (4 meses), mas por via de negociações paralelas entre empregador e empregada este direito vem sendo diminuído, visto que as mesmas não se sentem seguras de estarem fora da empresa e ficam receosas de que, ao retornarem, podem não mais encontrar o seu espaço e, por isso, podem ser demitidas, isto é, substituídas por outra força de trabalho que não apresente “problemas” ao empregador-capitalista.

Outra forma de precarização do trabalho da mulher que tem sido estimulada, e que merece que reiteremos, são as atividades dentro de casa, traduzidas como “trabalho terceirizado” ou “trabalho em domicílio”. Empresários veem se favorecendo e incentivando que cada vez mais mulheres se vinculem à forma laboral e empregatícia de prestação de serviços terceirizados, com o argumento de que estes podem ser feitos em casa, dentro do próprio lar, perto da família, ao mesmo tempo em que cuida dos filhos e da casa. Argumentos estes que revelam a intenção do empresariado de não estabelecer nenhum tipo de elo com as funcionárias, negando assim direitos tais como: creche, auxílio maternidade, plano de saúde, contribuição à previdência social, dentre

outras obrigações que deixam de ser responsabilidade de quem contrata, tornando mais uma das vantagens somadas aos grandes lucros apropriados, e para as mulheres trabalhadoras o significado é de autorresponsabilidade de proteção à sua própria força de trabalho.

“Ao capital, não interessa funcionários verdadeiramente independentes e emancipados. Nesta fase da reestruturação produtiva, quer funcionários que resolvam seus problemas e que não criem outros” (TOLEDO, 2017, p. 67). Explicita-se com a afirmação da autora pontos que são essenciais para a escolha dos empresários pela força de trabalho da mulher para o preenchimento dos postos de trabalho. O primeiro deles é a facilidade de controlar a força de trabalho, uma vez que as mulheres atendem com maior “submissão” aos mandos, sem muito questionar (o que pode ser explicado pelo fato de terem que dar conta do sustento dos filhos, da casa, e o medo de perderem o emprego).

Outro ponto é o fato de que, historicamente, as mulheres têm menor participação em sindicatos, sendo a maioria destes sujeitos coletivos marcada pela expressiva e prioritária presença masculina, elemento este que por vezes, acaba afastando a introdução e vinculação de mulheres, devido, inclusive, a posicionamentos de “controle” que alguns sindicalistas homens podem assumir e desenvolver em relação à trabalhadora sindicalista mulher, além do fato de a mulher não ter maior disponibilidade de tempo para essas atividades, pois ao retornar do trabalho, está ciente de que em casa tem uma outra jornada à sua espera, jornada de trabalho não paga, diga-se.

Um terceiro ponto a ser considerado a partir da afirmação da autora é em relação à produtividade e às tarefas que exigem maior atenção e que devem ser realizadas com destreza e paciência. As mulheres também, tendem a aceitar com mais facilidade trabalhos temporários e não renováveis, em especial, as mais jovens, pobres e negras, permitindo, assim, que o mercado não tenha problemas com demissão, ou com o que se preocupar em relação a doenças advindas do tempo de trabalho, assim como, com os benefícios acumulados ao longo dos anos trabalhados.

Como força de trabalho, a mulher, igual ao homem, é versátil por natureza. No entanto, na sociedade de classes a conforma segundo os interesses do capital. Ser operadora de máquina, exercer as tarefas mais mecânicas e repetitivas, não assumir cargos que exijam decisão e responsabilidade, enfim, ser um trabalhador não qualificado: essa é a especialidade da mulher no capitalismo. Isso se faz em nome do gênero para que ela não abandone as tarefas de reprodução da mão de obra no lar, continue se ocupando das tarefas domésticas, com as quais supre as deficiências do Estado em relação aos serviços públicos, receba salários precários e sirva de mão de obra barata e descartável. Essas mazelas, que têm relação direta com o gênero feminino, não têm nele a sua explicação concreta. Isso tudo ocorre porque não existe pleno emprego para todos, e o capital precisa administrar-se. Aproveita-se desses dados culturais e os aprofunda na direção que lhe interessa para dispor da mão de obra. (TOLEDO, 2017, p. 71)

Ressaltamos que “as mulheres não escolheram esses papéis. Elas foram obrigadas pelas circunstâncias” (TOLEDO, 2017, p. 57), ou seja, o papel de mãe e esposa, se soma à necessidade de trabalhar fora para contribuir e complementar a renda da família que já não consegue dar conta de atender e satisfazer as necessidades básicas e elementares de sobrevivência somente com o trabalho do homem, do esposo. Ou, por vezes, o esposo está desempregado e resta à mulher a responsabilidade de prover renda para o sustento familiar, ou ainda no caso das mães solo - situação recorrente em muitas famílias brasileiras, em que a mulher não pode contar com a responsabilidade e contribuição do pai dos seus filhos.

As dificuldades econômicas enfrentadas pela classe trabalhadora não permitem que a mulher tenha a possibilidade de escolha entre se limitar somente ao espaço do lar, ou desempenhar atividades que possam trazer para si algum tipo de satisfação pessoal. A única opção é submeter-se ao mercado de trabalho e vender a sua força de trabalho, por piores que sejam as condições, para complementar a renda da família. Nas palavras de (TOLEDO, 2017) o salário da mulher, na família patriarcal é visto como um adicional ao salário do homem, como uma espécie de complemento, e isso é mais uma das formas utilizadas pelo capitalismo para pagar remunerações mais baixas às mulheres.

O trabalho feminino no Brasil cresceu entre as décadas de 1970 e 1980. O número de mulheres empregadas era de 33,6% em 1979 e 38,7% em 1989, diante disso, a taxa de emprego entre os homens continuou estável durante este período, segundo dados registrados por (TOLEDO, 2017). A autora ainda complementa a respeito do aumento do número de assalariados inseridos de forma muito precária no mercado de trabalho, cuja consequência foi de que ainda no final da década de 1980 o número de mulheres com carteira assinada era de apenas 55% do total de trabalhadoras, afirma (TOLEDO, 2017).

A partir dos escritos de Bruschini referenciados por (CALADO, 2016), é possível afirmar que, no ano de 1990, o número de trabalhadoras brasileiras alcançou a marca de 38%, e subiu em 2009 para 59%, significando um aumento de 21% ao longo de 19 anos. De acordo com Calado (2016), o total de horas trabalhadas por mulheres em 1995 era de 40 a 44 horas semanais, e somavam-se 7.760.331 milhões de trabalhadoras, ao mesmo tempo em que a quantidade de homens empregados neste mesmo regime de horas, significava 14.882.407 milhões. Em 2003, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2012), trazidos pela mesma autora, a diferença de horas trabalhadas entre ambos os sexos foi de 5,3 horas. Enquanto em 2011, o total

era de 39,2 horas trabalhadas pelas mulheres e para os homens o número chegava a 43,4 horas, explicitando uma diferença de 4,2 horas.

De acordo com o setor de trabalho e o tempo de serviço exercido em cada um deles, Bruschini (*apud* CALADO, 2016) afirma o seguinte: na administração pública as mulheres trabalhavam 36,5 horas, no comércio 41,2 horas, em intermediação financeira 37,4 horas, domésticas 37,4 horas, outros serviços 40,6 horas trabalhadas. Calado (2016), explica que do mesmo modo que as jornadas de trabalho tendem a ficar menores, ao mesmo tempo, aumenta a quantidade de mulheres no setor de serviço, e complementa dizendo que menores jornadas ocasionam menores remunerações da força de trabalho.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) juntamente com o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 15 de agosto de 2019, lançou pelo Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades dados referentes ao ano de 2017 que demonstram que o rendimento mensal de mulheres foi em média de 2,7 mil reais e para os homens esse número foi de 3,2 mil reais. A pesquisa ainda demonstra que mulheres brancas recebem em média 76% do equivalente ao rendimento dos homens brancos, valor este que supera a comparação entre homens brancos e negros, no qual o último recebe um total de 68% da renda de homens brancos, já em relação às mulheres negras, esse valor chega a 55%.

Em cargos de direção no setor privado, a renda dos homens chega a ser R\$ 10,000,00 maior que a das mulheres. A pesquisa ainda traz informações sobre a diferença de salários em algumas cidades do Brasil, demonstrando o recorte de gênero nos rendimentos mensais nessas cidades. A título de exemplo destacamos que em São Paulo, os homens recebem em média R\$ 690,00 a mais que as mulheres, no Rio de Janeiro R\$ 660,00 e em Santa Catarina R\$ 560,00. A disparidade só é menor no Distrito Federal R\$33,00, Pará R\$ 66,00 e Alagoas R\$ 88,00. Em se tratando de lideranças com carteira assinada, em regime de Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, a maior disparidade, segundo o estudo, está no Estado de São Paulo, onde os homens recebem R\$14,000,00 mensais a mais, no entanto, esta diferença é menor no Rio Grande do Norte, chegando a R\$ 779,00 a mais que o salário de mulheres em cargos de comando. Outro ponto importante evidenciado pela pesquisa é que as mulheres que possuem nível superior recebem 30% a menos que os homens com esse mesmo nível de escolaridade.

Para Nogueira (2007), o impacto das políticas de flexibilização do trabalho no contexto de reestruturação produtiva representa um grande risco para a classe trabalhadora, em especial, para

a mulher trabalhadora, que todos os dias enfrenta uma dupla jornada de trabalho. A autora vai além ao afirmar que a precarização ainda que atinja a classe trabalhadora de modo geral, “tem sexo” e é assegurada a partir do momento em que a sociedade permite que o trabalho feminino seja feito de forma “flexível”, de modo que a mulher consiga e deva dar conta das responsabilidades que lhe foram atribuídas historicamente ao que se refere à manutenção social dentro e fora dos lares, como mostra a citação abaixo:

A precarização, apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora, tem sexo. Prova disso é que a flexibilização da jornada de trabalho feminina só “é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por duração mais curta de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino”. (HIDRATA, 1999, p.8 apud NOGUEIRA, 2007, p. 03)

“A mulher contemporânea é uma trabalhadora assalariada como os homens” (NOGUEIRA, 2007, p. 3) e está presente nos diversos campos de trabalho, na divisão da renda familiar ou no provimento do sustento de sua família. “A mulher, hoje, já ocupa mais da metade dos postos de trabalho em todo o mundo” (TOLEDO, 2007, p. 80), e por mais difícil que seja admitir, temos que concordar com a autora, quando diz que, a mulher trabalhadora e pobre, retrocedeu ao século XIX, nos âmbitos sociais e na ausência de direitos ao que se refere à saúde, à educação, à maternidade, à moradia e às condições de trabalho. O que aparentemente parecia ser a sua libertação (o trabalho) se tornou uma nova forma de aprisionar-se.

A “feminilização” do trabalho tem grande evidência em empregos considerados precários, onde a exploração acontece em grandes proporções.

[...] os empregos mais precários estão reservados, em grande medida, para as mulheres. O que pode nos levar a afirmar que essa situação ocorre porque as relações de trabalho se encontram ainda diretamente vinculadas às relações de poder presentes na histórica afirmação que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino em virtude prioritariamente de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa. (NOGUEIRA, 2007, p. 14)

Nesse sentido, um dos setores que apresentou crescimento da força de trabalho feminina foi o de *call center*. Com a crescente demanda de operadoras que atendam no Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) se faz necessário força de trabalho, que neste caso, representa segundo Nogueira (2007), aproximadamente 70% da força de trabalho requerida nesse setor, sendo que 45% é constituída por jovens entre 18 e 25 anos, com remunerações entre R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00, em uma jornada de 06 horas diárias, em seis dias da semana, com folgas intercaladas nos finais de semana. A autora prossegue afirmando que a rotina de trabalho destas mulheres é exaustiva e

pesada, na qual as “teleoperadoras” desenvolvem ações repetitivas e ficam submetidas a um rigoroso controle da empresa, que as obriga a cumprir metas sobre metas. Por conta de toda essa pressão acabam desenvolvendo problemas físicos e psicológicos, tais como: doenças auditivas, vocais, lesão por esforço repetitivo ou distúrbio osteomuscular relacionados ao trabalho (Ler-Dort), depressão, stress, alcoolismo, etc, ocasionando a perda da saúde ao longo da vida em decorrência da profissão.

Na área rural, encontramos situações de exploração da força de trabalho da mulher tanto quanto na área urbana. Em seu artigo “Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino na agroindústria”, Nogueira (2011) fala a respeito do trabalho feminino no setor da agroindústria, que é realizado em pequenas propriedades de terra a partir de acordos entre grupos empresariais e a família proprietária das localidades. Dessa forma, as grandes empresas fornecem a tecnologia e os pequenos produtores ficam com a tarefa de engordar os animais. No caso da produção de frango, é fornecido aos agricultores os pintinhos (com genética definida), a ração especial, os remédios e a assistência técnica até que fiquem prontos para o abate. Posto isso, a indústria não precisa criar espaços para a criação desses animais, uma vez que essa demanda é feita pelos pequenos agricultores, nesse sentido, os capitalistas se baseiam no controle e na exploração das famílias que atendem a essa “ilusão de liberdade e autonomia” ofertada pelo mercado por uma necessidade de trabalho, cujo resultante imediato é a exclusão-negação dos direitos trabalhistas e o aumento cada vez maior da margem de lucro pelo capital.

A partir dessa dinâmica estabelecida, os homens são considerados os proprietários dos bens e da família, são eles quem tomam as decisões mais importantes, que decidem quais atividades serão desempenhadas nas propriedades, que administram os recursos, etc. Já as mulheres ficam a cargo de serem “boas esposas”, “boas mães”, além de tomarem frente de todo serviço diário da casa e de dar conta do trato dos animais, do cultivo de hortaliças, etc. Sendo assim, além do serviço de casa as mulheres também precisam dar conta da produção de onde a família tira o sustento. Abaixo a descrição da rotina de uma dessas mulheres:

Às 6:00 tem que levanta, daí arruma as meninas pra ir pra aula, depois às 6:30h eles vão pra aula e eu já vô pra estrebaria, [...] depois vou pro aviário, até [...] terminar. De repente entro pra dentro às vezes 11:30h ou 12h, né? Não tem hora. Aí faz o almoço, almoça, limpa a casa, ajeita um pouco aí e quando vê é 13:30h, 14h [...]. Daí toma umas cuias de novo e depois voltâmo pro aviário (Mulher, Família 6, *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 6).

No relato acima, podemos observar como a divisão sexual se funda na organização do trabalho, onde as tarefas designadas à mulher se vinculam ao espaço da reprodução social, deixando

claro que existe uma presença de comando e de responsabilidade representada de maneira hierárquica pelo homem.

“A divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com os interesses da sociedade da qual faz parte em um determinado período”. Por conseguinte, a divisão sexual do trabalho torna-se um processo dinâmico que expressa e reforça a perpetuação da subordinação das mulheres que na sociedade capitalista tem como objetivo central a acumulação de capital, como o exemplo acima reforça. Na família dos pequenos produtores rurais, esta divisão “é permeada também pela tradicional e cultural dominação masculina”, só que de forma mais intensa que na maioria das famílias urbanas, resultando em “uma desigualdade” mais acentuada, “tanto nas relações de trabalho quanto nas relações” familiares. A divisão sexual do trabalho nas pequenas propriedades familiares rurais apoia-se, em grande medida, na dominação presente na hierarquia familiar, como por exemplo, as relações de herança e propriedade, os arranjos matrimoniais, etc, indicando que este segmento rural também está muito distante da igualdade substantiva de gênero. (Nogueira, 2009, p. 24 e Lusa, 2008, p. 98, *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 6)

Como podemos notar é determinante a presença do homem ao que se refere à dominação de maneira “natural” e culturalmente enraizada sobre a mulher nas propriedades rurais, sendo um forte artifício para reforçar a tendência à divisão sexual do trabalho e afastar qualquer pressuposto de igualdade entre os dois gêneros.

Assim, a mulher do campo está sujeita à opressão e à exploração dentro do seu próprio lar, na medida em que este local além de ser um ambiente de reprodução social se torna um espaço de produção do capital.

Tem que levantá a noite. Eu levanto umas 3 ou 4 vezes a noite, isso é garantido. E como tem que levantar, eu já não tenho sono [...], mas nem que eu tivesse, não ia adiantá, tem que ir fazer fogo o mesmo, né? Você passa de dia e de noite sempre em ação, porque daí de dia tu puxa lenha e arruma tudo e de noite tem que levantar umas 3 vezes pra fazer fogo, aí se põe o relógio pra despertar que é pra garantir, porque das vezes posso dormir, né? [Pesquisadora: cada vez que a senhora levanta quanto tempo demora?] Ah! eu levo uma meia hora. Porque daí eu ponho a lenha nas campânulas, aí eu vou mexer eles, vou ponhá ração nos tubolar, arrumar os guardanapos nas bandejas e no fim se tiver ração no chão, porque eles esparramam na maravalha, aí até que tu limpa tudo... demora! E geralmente eu vou sozinha, porque eu não chamo eles, porque uma pessoa passando sono chega, né? Então eu vou trabalho e deixo tudo limpo. Depois preciso mais uma meia hora ou 40 minuto também, porque daí até se lavar e pegar no sono de novo, [...] daí o relógio já tá despertando de novo (Mulher - Família 17, *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 9)

As mulheres se tornaram submissas aos homens ao longo da construção-conformação sócio-histórica da humanidade, e como demonstra o depoimento acima, o capitalismo legitima essas relações de dominação do patriarcado por se beneficiar delas, e fazer disso, uma ponte para uma “acentuada precarização da força de trabalho” da classe trabalhadora, em especial das mulheres.

Em se tratando das mulheres trans, uma oportunidade no mercado de trabalho se torna uma realidade ainda mais difícil de ser conquistada. As várias práticas de homofobia são rotineiras na vida dessas pessoas, e como resultado são excluídas da participação na sociedade, sendo obrigadas a se manterem em atividades “marginalizadas” e sob o risco da violência cotidiana. O Brasil, de acordo com a revista *Correio Braziliense*, possui um alto índice de violência contra transexuais e travestis, e segundo a ONG Transgender Europe (TGEu) um desses fatores está ligado ao fato dessas pessoas estarem na maioria das vezes em situação de vulnerabilidade e em trabalhos como a prostituição. Estima-se que 90% das pessoas trans, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estejam nesta condição ou recorram a ela em algum momento da vida. Ou seja, a exclusão do mercado de trabalho impõe a prostituição como única forma de sobrevivência, uma vez que em grande parte dos casos, estas pessoas também se encontram em situação de rua, por terem sido expulsas de casa por seus próprios familiares.

Explicita-se, a partir de uma pesquisa publicada em 2016 pela ONG Transgender Europe, que no Brasil ao menos 868 pessoas trans foram mortas durante o

s últimos oito anos. Esta alarmante estimativa pode ser ainda maior na medida em que nem todas as mortes são contabilizadas tendo como causa a homofobia e transfobia. A pesquisa ainda revela que a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos, enquanto para o restante da população é de 75 anos. Nesse sentido, percebemos o quão frágeis são as legislações para as pessoas LGBTQI+ e o quanto ainda precisamos avançar para garantir que essas pessoas tenham oportunidades de trabalho diferentes das ofertadas no campo da marginalidade.

Quando se trata de trabalho doméstico no Brasil temos uma das profissões mais mal remuneradas e que carrega o estigma da escravidão até os dias atuais. Este acaba por ser o significado determinante e que representa esta profissão em nossa sociedade. Isso demonstra também o caráter escravizador que tem o trabalho doméstico ao longo da história de um país onde a desigualdade de raça, gênero e classe imperam.

Os empregos domésticos se tornaram quase que a única oportunidade de inserção no mercado de trabalho para a mulher cujo perfil é ser: negra, pobre e com baixa escolaridade. Pensando nisso e no peso do passado que a profissão carrega, levemos em conta que a questão de raça está pautada nesta profissão e nas relações que permeiam o seu entorno.

O trabalho doméstico é visto como uma atribuição “orgânica” das mulheres, como se todas nós, nascêssemos, com habilidades e responsabilidades que vão do cuidado com a casa, e se

estendem ao marido e filhos, e essas atribuições que nos são impostas no “trabalho doméstico não remunerado”, se estendem ao “trabalho doméstico remunerado”. Na medida em que os salários oferecidos não são compatíveis com as atividades exercidas diariamente, o que, na maioria das vezes, tende a que as jornadas de trabalho sejam extensas, e considerando a recorrente ausência de registro da mulher empregada via carteira de trabalho, reforça-se e fortalece-se a concepção de que os salários devem ser abaixo do pagamento mínimo previsto em lei, que é de um salário mínimo vigente.

Outro ponto relevante é que o trabalho doméstico remunerado não tem fins lucrativos, o empregador é uma pessoa física e as atividades são exercidas dentro dos domicílios, o que dificulta a criação de uma imagem profissional entre as trabalhadoras, resultando em uma relação de cunho “interpessoal e familiar” por parte dos envolvidos, reforçando, assim, a precarização da força de trabalho exercida por essas pessoas e excluindo qualquer possibilidade de reivindicação de direitos ou existência deles, uma vez que mesmo àquelas que possuem carteira assinada podem ter o acesso limitado.

De acordo com uma pesquisa feita pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) divulgada no site do DIEESE em março de 2012, demonstrou que a evolução do trabalho doméstico entre os anos de 2001 e 2011, o número de trabalhadores domésticos no país em 2009 era de 7.223 mil pessoas, dessas 93% eram mulheres. A pesquisa ainda demonstrou que na somatória geral das mulheres que trabalham fora de casa: 17% delas são domésticas, 16,8% estão no comércio e 16,7% atuam nos setores públicos.

“O empregado (a) doméstico (a) é aquele maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (DIEESE, 2014). Inicialmente regulamentado pela Lei nº 5.859 de 11 de dezembro de 1972, assegurava os seguintes direitos: férias de 20 dias úteis para cada 12 meses de serviços prestados, acesso aos benefícios da previdência social: aposentadoria, saúde, auxílios previdenciários. Após mais de uma década foi estabelecido em 19 de dezembro de 1985 o Decreto de nº 92.180 que diz respeito ao direito do vale transporte. Em seguida, a Constituição de 1988 determinou o salário mínimo como piso salarial e o pagamento de 13º salário, o período de férias passou a ser de 30 dias, garantiu-se a licença gestante, o aviso prévio e a aposentadoria às trabalhadoras. Posteriormente, foi aprovada a Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, que decretou o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, seguido pelo seguro-desemprego.

Em 19 de junho de 2006, a Lei nº 11.324 incentiva a formalização de contratos de trabalho doméstico permitindo a dedução no imposto de renda das pessoas físicas, incorporando também, o direito das trabalhadoras aos 30 dias de férias, a estabilidade para as gestantes, os direitos aos feriados civis e religiosos, a proibição de desconto da moradia nos pagamentos, assim como do uso de produtos de higiene pessoal no local de trabalho.

As legislações vigentes permitiram que as trabalhadoras domésticas tivessem um amparo jurídico dentro dos domicílios onde trabalham, contudo, isto não significa que todas tiveram seus direitos resguardados e que todos os casos de abusos tiveram seu fim. Infelizmente, situações de violência, abuso sexual e moral, opressão, humilhação, ainda continuaram e continuam ocorrendo, tal qual nos tempos do Brasil colonial, feito “vestígios de uma herança escravocrata”.

A pesquisa do PED ainda mostra o crescimento que se deu durante esses 10 anos para o trabalho doméstico remunerado em quatro das seis regiões pesquisadas. São Paulo tinha 650 mil pessoas empregadas nesta área, passou a ter 673 mil pessoas, Recife estava com 107 mil e passou a ter 129 mil, as duas cidades tiveram uma alta respectivamente de 23 e 22 mil pessoas nesta ocupação entre os anos de 2001 e 2011. As cidades com os menores índices foram Belo Horizonte com 18 mil contratadas a menos e Porto Alegre com 2 mil a menos.

Nos 10 anos analisados pela pesquisa, continuou a predominância feminina nos trabalhos domésticos remunerados, e pouco mudou nas variações dos perfis prestadores desta atividade, que continuaram a ser preenchidos por mulheres negras, de baixa escolaridade e adultas com faixa etária acima dos 40. Elementos estes que podem ser explicados pela construção sócio-histórica do Brasil, onde mulheres negras eram delegadas aos afazeres domésticos no período escravista. Acerca do baixo nível de escolaridade ou da inexistência deste, entendemos que este fato relaciona-se ao contexto de que os serviços domésticos não exigem grau de instrução elevado, além do que, a baixa escolaridade atinge as camadas mais pobres da sociedade, entre elas, as mulheres negras que são obrigadas a abandonar seus estudos para garantir o seu sustento e de seus dependentes. Por fim, as mulheres com faixa etária elevada tendem a ter mais experiência nos afazeres, no cuidado com a casa e por não terem tido a oportunidade de estudar não tiveram melhores condições de vida o que acaba condicionando-as a permanecerem por mais tempo ou a vida toda nessa ocupação.

Acerca das mulheres jovens com idade entre 16 a 25 anos, o site do DIEESE (PED, 2012) revela que, nestes 10 anos pesquisados, houve uma forte redução ao que se refere à vinculação ao trabalho doméstico remunerado. Este fato pode ser explicado pelo aumento da escolaridade da

população nessa faixa etária e pelo crescimento econômico que permitiu a abertura de vagas em diversos segmentos laborais. Sendo assim, postos de trabalhos-empregos com melhor reconhecimento, melhores condições, perspectiva de progresso, acesso aos direitos, jornada pré-definida, etc, tiveram maior inserção deste público.

Outro ponto positivo é que crianças/adolescentes entre 10 a 15 anos tiveram maior participação em políticas sociais públicas que estimulavam a frequência destes nas escolas, o que acarretou no afastamento destes indivíduos dos serviços como o trabalho doméstico. Assim sendo, o número encontrado de crianças e adolescentes vinculados ao trabalho doméstico pelos pesquisadores foi pequeno e não atingiu representatividade para ser adicionado na pesquisa.

Apesar de haver aumento da escolaridade entre as trabalhadoras domésticas, o grau de instrução da maioria ainda permaneceu relativamente baixo, segundo o mesmo documento publicado no DIEESE (2012). Na maior parte das regiões analisadas, mais da metade das mulheres eram analfabetas ou não tinham concluído o ensino fundamental. Esta informação é reveladora da condição de superexploração da força de trabalho da mulher.

Sobre a situação das trabalhadoras que dormem no serviço, o Distrito Federal foi a localidade que apresentou o maior percentual com 37,4% em 2001 e 18,3% em 2011. Consideramos que, apesar da estimativa ter sido reduzida, ela permanece alta. A jornada semanal também foi demonstrada. Segundo a análise, as regiões metropolitanas do Nordeste têm a mais longa jornada, chegando a 44 horas semanais em Recife, em contraponto, a cidade de Porto Alegre-RS registrou o menor índice, 37 horas semanais. Destacamos que apesar dos números levantados serem altos, os pesquisadores afirmam que o total de horas semanais trabalhadas diminuiu em quase todas as regiões avaliadas.

A diminuição de horas trabalhadas pelas domésticas passou a ser determinada no momento em que começou a surgir uma nova forma de prestar os serviços domésticos pagos: as diaristas, que trabalham em média 22 horas semanais em Recife e Salvador, e 26 horas em Porto Alegre e Belo Horizonte. A pesquisa também revelou um expressivo crescimento na participação destas profissionais nos serviços domésticos de todas as regiões analisadas. O maior número ocorreu em Recife, que passou de 17,7% para 32,6%. São Paulo representou o maior percentual, 33,1%.

A partir destes dados sobre a condição das mulheres trabalhadoras enquanto diaristas apontamos que, se por um lado, é demonstrada a crescente atividade e requisição desse perfil, por outro, indagamos sobre a situação a que estão expostas as diaristas. Consideramos que a condição

se dá de modo muito precário na medida em que só recebem quando trabalham, quando precisam se ausentar por algum motivo ficam sem receber o pagamento, sem contar que precisam dar conta de todas as tarefas em um único dia aumentando assim o dispêndio de energia gasto em todo o processo. Assim, para muitos setores médios da classe trabalhadora a diarista se tornou a opção mais “viável” por não exigir carteira assinada e contribuição na Previdência Social. Percebe-se que a superexploração da força de trabalho neste caso é realizada por setores da classe trabalhadora sobre outros setores em piores condições, neste caso as diaristas.

Por último, o estudo traz os valores dos rendimentos médios entre 2001 e 2011 das empregadas domésticas, confirmando o aumento da renda em todas as regiões. O maior rendimento médio por hora foi registrado em São Paulo (R\$ 4,71), seguido por Porto Alegre (R\$ 4,41), Distrito Federal (R\$ 4,19) e Belo Horizonte R\$ (R\$ 4,09), cidades onde o custo de vida é mais elevado. O Nordeste teve o menor rendimento médio real por hora, registrando em Recife (R\$ 2,32), Fortaleza (R\$ 2,37), e em Salvador (R\$ 2,69). Em se tratando do rendimento médio mensal das diaristas, foi averiguado que Salvador teve a menor diferença, sendo superior 25,2% em relação as mensalistas, já em Fortaleza as diaristas chegaram a ganhar 56,6% a mais que as empregadas domésticas.

Após explicitarmos estes dados, afirmamos que o trabalho doméstico está diretamente ligado à opressão e exploração das mulheres. A partir da condição e da rotina enquanto trabalhadoras assalariadas todas elas têm mais uma tarefa em comum: dar conta de todo serviço de sua casa. De acordo com Toledo (2017), o trabalho doméstico não remunerado é uma ação que faz parte das relações de produção como um todo, ainda que não integre diretamente a produção fabril.

Ao contrário do que a sociedade propaga, o trabalho doméstico não é um problema da mulher; não é um problema individual, de foro íntimo, como quer fazer crer o feminismo liberal. Tampouco é um problema privado que começa e termina no seio da família. O trabalho doméstico é um problema do sistema capitalista de produção, já que tem a ver com o processo de reprodução da força de trabalho. É no lar que essa reprodução se processa. (TOLEDO, 2017, p. 76)

Nesse sentido, é no lar que as forças produtivas se desenvolvem e se multiplicam, é nele que o(a) trabalhador(a) se alimenta, descansa, e repõe suas energias para vender sua força de trabalho todos os dias. A manutenção deste meio deveria ser responsabilidade do capitalista, no entanto, ao contrário disso, o que acontece é que o valor do trabalho doméstico é descontado no salário pago por entender que o mesmo foi feito no âmbito familiar, com isso, o capital só leva em consideração o trabalho feito na esfera da produção. Ora, “se o salário é o necessário para sobrevivência do trabalhador, ou seja, para reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico

deveria fazer parte desse cálculo” (TOLEDO, 2017, p. 76). Nesse sentido, a mesma autora explica que o capitalista se beneficia da separação entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução da força de trabalho, e dessa forma, incrementa a extração de mais-valia a seu favor, utilizando a família como uma instituição específica para a reprodução social.

Nesse movimento das relações sociais e produtivas, é relegada à mulher a responsabilidade quase que exclusiva de dar conta de um desses processos, o processo de reprodução da força de trabalho. Sendo assim, a mulher é fundamental para a manutenção da força necessária para a produção de mercadorias para o capital. “A articulação entre o trabalho doméstico, como fonte de reprodução e procriação de força de trabalho, e a produção social mostram como o uso da força de trabalho feminina é um dos recursos para o capitalista expandir a extração de mais-valia absoluta” Toledo (2017, p. 77).

O trabalho doméstico não produz mercadoria, mas sustenta aquilo que é indispensável para o capital: a manutenção da força de trabalho. Dessa forma, a dupla jornada da mulher é a fonte principal para o capitalista objetivar lucro. Assim, poderiam ser citadas todas as profissões, uma vez que em todas elas a mulher pertencente à classe trabalhadora estaria sendo explorada e oprimida. Está é a realidade da sociabilidade burguesa. Após essa afirmação-reflexão e dos dados expostos, consideramos ser possível compreender que a condição de vida e de existência da mulher pertencente à classe trabalhadora (explorada e oprimida) não se trata somente de uma questão de gênero, é uma questão estrutural, é a principal relação que permite a continuidade e manutenção do modo de produção em que estamos inseridos, o capitalismo, dialeticamente e diretamente responsável pela desigualdade de classe e gênero a que a mulher é submetida.

3 – O PAPEL PROTAGÔNICO DA MULHER NO CONTEXTO DE LUTAS DE CLASSES

A mulher sempre esteve à frente de grandes lutas. Durante a construção das sociedades ela assumiu um papel protagônico na luta de classes estando no enfrentamento de seus opressores. As grandes manifestações organizadas por operárias que lutavam por melhores condições de trabalho e salariais nos EUA se alastraram por outros países de capitalismo desenvolvido nos séculos XIX e XX, demonstrando que a mulher sempre esteve envolvida na luta de classes, reconhecendo que suas demandas deveriam ser ouvidas e atendidas, e por isso se fazia necessário o embate com os grandes proprietários no modo de produção capitalista.

E como não falar da mulher negra, que no período da escravidão desenvolveu um importante papel nos movimentos abolicionistas, como a formação dos quilombos, as fugas, o envenenamento dos senhores, a construção de “laços afetivos e comunitários” de apoio, etc. Homens e mulheres sofreram severas punições durante a escravidão, entretanto, as mulheres negras estavam sujeitas também às formas de coerção sexual, nesse sentido, o estupro era utilizado não somente como forma de satisfazer os “desejos”, mas como forma de manter o modelo da escravidão em ordem. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” Davis (apud TRISTÁN, 2017, p. 112).

Tão importante quanto relembrarmos o papel da mulher operária no período de revolução industrial é abordarmos os períodos de luta, opressão e violência a qual a mulher negra esteve submetida nos países que utilizaram a escravidão como forma de enriquecimento para desembocar na Revolução Industrial. Por exemplo, o Brasil que utilizou a mão de obra escrava por quase 400 anos. Ou seja, o capitalismo se formou sob as mãos de negros e negras que foram sequestrados e escravizados. A importância de citarmos esse assunto se faz para que possamos reconhecer que a contribuição da mulher negra também foi de luta e resistência contra um sistema que se baseava na opressão contínua dessas pessoas, permitindo o enriquecimento da burguesia. Se faz também, para podermos refletir como um período tão desumano provocou um impacto tão profundo que tende a afetar a população negra ainda nos dias de hoje, “Não se trata de uma discussão sobre o passado. Somente os mais reacionários e cegos são capazes de negar que a escravidão tem um impacto profundo na vida de todos os negros após a abolição e até hoje” (TRISTÁN, 2017, p. 112), sendo assim, a mulher negra continua lutando e resistindo contra todas as formas de opressão, entre elas

o racismo.

“Não há como negar que a precarização do trabalho tem rosto de mulher. Mas acima de tudo tem rosto de **mulher negra**” (TRISTÁN, 2017, p. 120. Nesse sentido, a mulher negra ocupa as profissões mais mal remuneradas, com as piores condições de trabalho, tem menos oportunidades de conquistar um diploma a nível superior, tem seu corpo objetivado (sexualização da mulher negra), ou a negação do ser “feminino” das mulheres consideradas “fora do padrão”. Mulheres negras compõem um maior número de mortes por não poderem realizar abortos de forma segura e por isso acabam sendo condenadas a realizar em clínicas clandestinas. Mulheres negras deficientes, são esquecidas sendo excluídas do meio social, as trans, são marginalizadas e o único lugar que encontram como oportunidade de emprego são os “calçadões” (prostituição), mulheres em cárcere privado, recebem do Estado a negação dos direitos básicos. Dito isto, a mulher negra está sujeita às formas mais profundas de opressão na sociedade capitalista, e essa diferença, deve ser considerada ao pautarmos qualquer que seja a luta contra a opressão capitalista.

O capitalismo se apoia no racismo e faz dele um artifício para separar a classe trabalhadora, desse modo, trabalhadores brancos reproduzem o racismo diminuindo a possibilidade de articulação de força de toda a classe e legitimando a opressão racial no modo de produção vigente. Nesse sentido, para explicarmos a condição da mulher negra, não devemos considerar somente o racismo e o machismo, mas acrescentar o capitalismo enquanto modo de produção material e da ideologia deste sistema. Nas palavras de Tristán (2017, p. 120) “isso significa bradar aos quatro cantos que a combinação entre opressão racista e machista em relação às mulheres negras exerce sobre nós um peso incalculável”.

Segundo Tristán (2017), a opressão racista das mulheres não aconteceu somente nos tempos de ascensão da burguesia; ela toma formas mais complexas com o final da escravidão e a difusão do trabalho “livre”. Nesse sentido, para autora, o inimigo da mulher pertencente à classe trabalhadora é a burguesia. De fato, pois ainda nos dias de hoje, vemos uma elite que idealiza seus ganhos na exploração da classe trabalhadora, classe esta que compõe em quase sua totalidade a população negra e pobre, com as menores remunerações salariais.

“A pobreza no Brasil é feminina e negra”, segundo (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.13), da população urbana soma-se 34,5% os que vivem em assentamentos precários, sendo que a maioria é composta por mulheres negras que assumiram a direção dos seus lares. O número de jovens assassinados por ano chega a 30 mil, sendo que 70% deles são negros e

pobres. No Estado do Maranhão, 157 pessoas foram assassinadas nas últimas três décadas em conflitos no campo, somente em 2015 foi reconhecido às domésticas os direitos básicos, como férias remuneradas, etc. Mais de 60 mil pessoas são assassinadas por ano no Brasil, e 70% destas são negras. Uma pessoa trans é assassinada por dia. Nos primeiros 11 dias de 2019, 33 mulheres foram assassinadas, somadas as 17 que sobrevivem as tentativas de feminicídio, garante uma média de 5 casos a cada 24 horas.

Para as mulheres negras e indígenas, a realidade brasileira e latino-americana em geral é de segregação e marginalização. No Brasil, o avanço do agronegócio e do modelo extrativista da monocultura, somado a uma série de retrocessos na luta pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, mostra a necessidade de o nosso feminismo incorporar a luta por um outro modelo de desenvolvimento que enfrente a predatória lógica produtivista e de expropriação da terra e do território de povos originários, tão parte do modelo colonial que sustenta o capitalismo. A lógica militarizada de vida que mata e encarcera corpos de homens e mulheres negros e pobres, a submissão de pessoas negras, em especial mulheres, aos trabalhos mais precários, à informalidade e à pobreza precisam ser enfrentadas pelo feminismo das 99%. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 17)

Os descritos anteriores demonstram a necessidade de falarmos sobre a questão de raça, sexo, gênero e classe, e sobre a urgência de um feminismo que liberte, emancipe e acolha as mulheres e suas dores. Para isso precisamos de um feminismo que seja acessível a todas as mulheres, e que também seja, anticapitalista, antirracista, antiLGBTQ+fóbico, ecossocialista, etc; que tenha um compromisso teórico, político e prático, buscando a vida, a dignidade e a felicidade delas.

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela. [...] (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 12)

O feminismo que nos interessa é o feminismo compromissado com o direito à vida, com o bem viver, com a liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza. Porque nem todo feminismo serve a todas as mulheres, à humanidade, ao planeta. Precisamos avançar contra o feminismo do 1% que detém mais da metade da riqueza deste mundo às custas da exploração e da opressão da maioria. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 20)

O feminismo neoliberal, segundo as autoras, não tem o poder de emancipar a maioria das mulheres, mas sim, de garantir que uma pequena parcela de mulheres (prioritariamente brancas), àquelas que já possuem “vantagens” sociais, culturais e econômicas tenham acesso a cargos e salários compatíveis com os de homens da mesma classe, enquanto a maior parcela das mulheres

(negras e pobres) permanecem “presas no porão”. Embora o feminismo liberal condene a discriminação e defenda a “liberdade de escolha”, não tem como objetivo a igualdade, mas sim a meritocracia e nesse sentido permite que umas “poucas almas” sejam alcançadas com a sua promessa de “emancipação”.

O *éthos* do feminismo liberal encontra-se não apenas com as convenções corporativas, mas também com as correntes supostamente “transgressoras” da cultura neoliberal. Seu caso de amor com o avanço individual permeia igualmente o mundo das celebridades das mídias sociais, que também confunde feminismo com ascensão de mulheres enquanto indivíduos. Nesse mundo, o “feminismo” corre o risco de se tornar uma *hashtag* do momento e um veículo de autopromoção, menos aplicado a liberar a maioria do que a promover a minoria. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 39)

A ideologia do feminismo liberal vai ao encontro dos ideais do Estado burguês na medida em que prega o “faça acontecer” e responsabiliza os indivíduos pelo sucesso ou fracasso econômico/social em suas vidas, como se todos pertencessem a mesma classe e tivessem as mesmas oportunidades na sociedade. “Longe de celebrar as CEOs que ocupam os escritórios mais luxuosos, queremos nos livrar de CEOs e de escritórios luxuosos” (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 39). Nesse sentido, como podem dizer que lutam pela emancipação das mulheres, se, ao mesmo tempo, exploram aquelas que não fazem parte do seu meio social? Como podem querer que as mulheres se libertem apoiando políticas e governantes que condenam a maioria a pobreza e a miséria? Estas são questões centrais que elucidam o que estamos buscando dizer ao longo dos capítulos anteriores deste estudo, ou seja,

[...] o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesma como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente defendido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para humanidade. É por isso que o chamamos de *feminismo para os 99%*. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p.41)

As greves e manifestações que mobilizam todos os cantos do mundo mostram o poder que as mulheres possuem, o poder político que as pertence, capaz de uni-las mesmo que estejam separadas por quilômetros de distância, por oceanos, montanhas ou continentes, não existem limites que as impeçam de ir à busca por direitos e por justiça social, assim como fizeram nossas antepassadas em suas lutas históricas.

Reanimando aquele espírito combativo, as greves feministas de hoje estão recuperando nossas raízes nas lutas históricas pelos direitos da classe trabalhadora e pela justiça social. Unindo mulheres separadas por oceanos, montanhas e continentes, bem como por fronteira, cercas de arame farpado e muros, elas dão um novo significado ao lema “Solidariedade é nossa arma”. Abrindo caminho em meio ao isolamento dos muros internos e simbólicos, as greves demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 32, 33)

Para as autoras, o movimento ainda inventou novos modelos de se fazer greve, associado a um novo tipo de política, que busca nos diferentes “repertórios” e ações trazer à tona as reivindicações pautadas nas necessidades legítimas da maioria da população. São manifestações, marchas, paralisações, fechamento de pequenos comércios, bloqueios de rodovias, boicotes. O ativismo das grevistas se recusa a atingir somente as trabalhadoras assalariadas enquanto esquece o trabalho não assalariado feito pelas domésticas, trazendo à tona os serviços prestados dentro do lar, do qual o capital se beneficia (na medida em que se trata da manutenção da forças produtivas) e não paga por isso. Não se limita em concentrar somente em salários ou jornadas de trabalho, mas em combater o assédio sexual, a agressão, as barreiras à justiça reprodutiva e a repressão do direito à greve.

Como consequência, a nova onda feminista tem potencial para superar a oposição obstinada e dissociadora entre “política identitária” e “política de classe”. Desvelando a unidade entre “local de trabalho” e “vida privada”, essa onda se recusa a limitar suas lutas a um desses espaços. E, ao redefinir o que é considerado “trabalho” e quem é considerado “trabalhador”, rejeita a subvalorização estrutural do trabalho – tanto remunerado como não remunerado – das mulheres no capitalismo. No geral, o feminismo das grevistas antecipa a possibilidade de uma fase nova e sem precedentes da luta de classes: feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 34)

Em resumo, a nova onda de ativismo feminista combativo está redescobrando a ideia do impossível, reivindicando tanto o pão como as rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião. (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 36)

As mais combativas greves e resistências estão na esfera da reprodução social, nesse sentido, observamos que a classe trabalhadora tem se rebelado contra os ataques do capital à reprodução social, que tem se direcionado intensivamente aos setores da saúde, educação, pensões e à habitação.

Sendo assim, a mulher pertencente à classe trabalhadora é a que mais sofre com todos os desmontes das políticas neoliberais e facetas do capitalismo, por isso, para libertá-la dessa condição é urgente se pensar em um novo modo de sociabilidade, pautada no fim do capitalismo, e uma

verdadeira revolução social, com modificações que perpassam o mundo material e cultural. Mudança que acontecerá com mais força por àquelas que mais sofrem com todo esse sistema opressor, ou seja, as mulheres negras e pobres, que assim como suas antepassadas serão “portavozes da libertação do conjunto da classe trabalhadora e da humanidade” (TRISTÁN, 2017, p. 122). Fato, que não isenta o restante da população (mulheres brancas e homens) de ter sua participação em uma tomada de consciência de classe capaz de propiciar essa transformação social, pois, somos todos pertencentes a classe trabalhadora e vivemos em uma sociedade pautada na exploração e opressão regida pelo modo de produção capitalista. Portanto, a responsabilidade de criar uma nova ideia de sociedade, com uma perspectiva socialista, é nossa!

O lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora é de luta! Afinal, “quando uma mulher negra se movimenta, toda estrutura da sociedade se movimenta com ela” conforme, Angela Davis.

3.1 Marcos da luta internacional, nacional e regional

No dia 8 de março se comemora o “Dia Internacional da Mulher”, uma data importante para todas nós, que carrega o peso da luta e da resistência travada por várias mulheres durante diversos períodos em todo o mundo. Mulheres que de alguma forma interviram na sociedade na busca pela liberdade, por direitos sociais, pela participação no campo político, ou àquelas que sofreram sendo silenciadas e oprimidas durante séculos de escravidão, por um modelo familiar patriarcal, que as excluía enquanto seres sociais e às submetia a tantas formas de violência sexual, moral, alimentando, assim, uma crescente estatística de violência doméstica e feminicídio. O dia 8 de março, se refere a todas as mulheres, inclusive as trans, que sofrem constantemente com o preconceito e a brutalidade de uma sociedade que não respeita o que é diferente daquilo que é tido como padrão social.

A origem do dia Internacional da Mulher está ligada à luta de classes e a acontecimentos que retratam a manifestação de grupos de mulheres na busca por melhores condições de trabalho, entre os séculos XIX e XX. Existem momentos que marcaram a história e que poderiam ser usados como ponto de referência para a criação deste dia, já que a definição da data não aconteceu em um momento específico, mas foi se fundando ao longo do processo de luta das mulheres.

Sendo assim, o primeiro desses dias- momentos históricos teria acontecido no dia 8 de março de 1857 nos EUA (Estados Unidos da América), quando uma fábrica de tecidos foi incendiada pelos próprios patrões em resposta a uma greve e à manifestação que um grupo de

operárias faziam para reivindicar a redução da jornada de trabalho. O resultado foi que 129 trabalhadoras morreram incendiadas no local. Ou seja, para os capitalistas, seus meios de produção podem ser ‘queimados’ se for também ‘queimada’ a força de trabalho. Apaziguado o contexto de resistência e luta. Pois ambos podem ser facilmente substituídos, repostos. Essa é a barbárie capitalista em evidência e ação!

Desse fato da história, é preciso evidenciar que se passaram décadas para a realização da primeira grande passeata do “Dia das Mulheres”, que aconteceu somente em fevereiro de 1908, em Nova York, onde duas mil pessoas marcharam pelas ruas da cidade para reivindicar o direito ao voto e condições dignas de trabalho, uma vez que, a jornada diária totalizava 16 horas por dia, durante os seis dias da semana, incluindo finais de semana em alguns casos. Este teria sido o primeiro “dia nacional da mulher” planejado por mulheres socialistas, em território americano.

Em 1910, a alemã Clara Zetkin propôs no Segundo Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhagen, que fosse criado o “Dia Internacional da Mulher”. Este traria uma jornada de manifestações que discutiriam demandas específicas das mulheres, seguindo o exemplo das “socialistas norte-americanas”. O dia indicado por ela seria 1º de maio, data tradicional da causa operária, mas a proposta não foi aprovada, o que ficou decidido é que deveria ser feito em um dia específico, como explica a seguinte resolução abaixo:

As mulheres socialistas de todas as nações organizarão um Dia das Mulheres específico, cujo primeiro objetivo será promover o direito de voto às mulheres. É preciso discutir essa proposta, ligando-a à questão mais ampla das mulheres, numa perspectiva socialista. (TOLEDO, 2017, p. 200)

Em 1911, também em Nova York, 146 pessoas morreram (125 mulheres e 21 homens) em um incêndio na indústria Triangle Shirtwaist Company. No momento em que o incêndio foi identificado, os (as) trabalhadores (as) não conseguiram fugir, uma vez que se mantinha o local trancado, sendo aberto somente no final do expediente. Todos (as) morreram no local, e logo após, foi descoberto as más condições de trabalho a que os(as) trabalhadores (as) estavam submetidos naquele lugar.

A partir de então, mesmo que em dia não definido, as comemorações do “Dia da Mulher” tomaram dimensão a nível internacional, se espalhando por toda Europa em diferentes lugares do mundo e em diversas datas.

Alexandra Kollontai descreveu o resultado do primeiro Dia Internacional da Mulher em 1911: ‘Alemanha e Áustria eram um mar estremecido e agitado de mulheres. Organizavam-se reuniões por todas as partes – nas cidades pequenas e inclusive nos

povoados. As salas estavam tão cheias que tiveram de pedir aos operários que cedessem seus lugares. Essa foi verdadeiramente a primeira manifestação da militância das mulheres trabalhadoras. Os homens ficaram em casa com os filhos, e suas esposas, a ‘escravas do lar’, foram aos atos públicos. (TOLEDO, 2017, p. 200)

Alexandra Kollontai em 1913, diz a respeito do significado do dia das mulheres para as mulheres socialistas, no jornal Russo Pravda.

No Dia das Mulheres, as mulheres organizadas se manifestam contra sua falta de direitos. Alguns dizem: por que esta separação das lutas das mulheres? Por que há um dia das mulheres, panfletos especiais, conferências e encontros? Não é, enfim, uma concessão às sufragistas burguesas? Somente aqueles que não compreendem a diferença radical entre o movimento de mulheres socialistas e as feministas burguesas podem se pensar dessa maneira. [...] Cada distinção especial em relação às mulheres no trabalho de uma organização operária é uma forma de elevar a consciência das trabalhadoras e aproximá-las das fileiras daqueles que estão lutando por um futuro melhor. O Dia das Mulheres e o lento, metódico, trabalho para elevar a autoconsciência da mulher trabalhadora. Estão servindo à causa não da divisão, mas sim da unidade da classe trabalhadora. [...] Qual é o objetivo das operárias socialistas? Abolir todo tipo de privilégios que derivam do nascimento ou da riqueza. (TOLEDO, 2017, p. 200)

A comemoração do Dia das Mulheres no dia 8 de março só foi realmente oficializada em 1914, na Alemanha, por Clara Zetkin e outras mulheres socialistas. Coincidentemente, em 1917, na Rússia, várias mulheres se reuniram para protestar contra a fome e contra a guerra mundial com o lema: “Pão, Paz e Terra”. O movimento se deu no dia 23 de fevereiro, mas pelo calendário Juliano a data se referia ao dia 8 de março. Dia que também foi escolhido para a comemoração do Dia Internacional das Mulheres Socialistas em 1921, em Moscou, na Conferência das Mulheres Comunistas, data criada e escolhida em homenagem à luta das mulheres contra o regime de opressão que se estendeu por todo o mundo e que passou a ser celebrada a partir do ano de 1922.

É importante sabermos que o “Dia Internacional da Mulher”, foi proposto por mulheres trabalhadoras, revolucionárias e socialistas. Ou seja, seu real significado é de luta e resistência. O “Dia Internacional da Mulher” tem como objetivo relembrar e de fortalecer as conquistas políticas e sociais alcançadas, reforçando a necessidade de superar as desigualdades entre os gêneros. Sentido que ao longo dos anos veem sofrendo alterações, a exemplo disso, em 1975 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) comemorou o “Ano Internacional da Mulher”, e a partir daí seu significado histórico foi sendo transformado por estratégias políticas e mercadológicas (apropriado pela burguesia), dessa forma, no dia 8 de março as mulheres passaram a ser presenteadas com objetos (rosas, roupas, sapatos, artigos para casa, etc.) que trazem à tona a referência de mãe, esposa dedicada à família e ao cuidado do lar, afirmando o modelo de mulher “bela, recatada e do lar”, e mistificando seu verdadeiro sentido para torná-lo em mais uma

oportunidade de se obter lucro.

Apesar de todas as investidas do modo de produção capitalista em tentar descaracterizar o “Dia Internacional da Mulher” e torná-lo um “símbolo comercial”, é importante termos ciência do seu real significado, e tomando como base o nosso país, onde; segundo um artigo publicado na página do ANDES UFSC (2019), a taxa de feminicídio é a quinta mais alta do mundo, chegando a 4,8 a cada 100 mil mulheres – segundo dados registrados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, a cada 11 minutos um estupro é registrado no Brasil, números alarmantes, que tendem a aumentar se levarmos em conta a ineficiência das legislações existentes e a política de ação e de segurança do atual governo Bolsonaro (que é misógino e machista) não demonstra nenhum interesse em reverter este quadro.

Optamos, agora por explicitar e referenciar 03 mulheres brasileiras que tiveram suas trajetórias marcadas pela exploração e opressão capitalista, mas, também, que têm e assumem a resistência e a luta como marcos de sua vida e da posição de classe a que pertencem e se reconhecem, são elas: Maria da Penha, Marielle Franco e Simone Silva.

Muitos conhecem a Lei Maria da Penha de nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, que objetiva proteger a mulher em caso de violência doméstica ou familiar, mas poucos conhecem a história da mulher que deu o nome a esta lei. **Maria da Penha**, farmacêutica, nascida no Ceará, sofreu vários episódios de agressões por parte do seu marido, em um deles levou um tiro de uma espingarda que a deixou paraplégica e, ao retornar para casa, sofreu mais uma tentativa de assassinato quando seu marido tentou eletrocutá-la, em 1983.

Esses fatos gravíssimos, que beiraram o limite da morte, isto é, de seu assassinato, foram o ponto principal para que Maria da Penha tomasse coragem de denunciar o agressor, mas ao fazer a denúncia se deparou com as brechas que existiam por parte da justiça brasileira e facilitavam que agressores como seu ex-marido nunca fossem punidos.

Desacreditada da justiça brasileira, Maria procura o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) onde teve seu caso encaminhado para Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), no ano de 1998. Seu caso foi solucionado somente em 2002, momento em que o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por omissão e negligência, sendo assim, o país foi obrigado a se comprometer na reformulação de suas leis e políticas que tratavam sobre a questão da violência

doméstica. Após a lei Maria da Penha entrar em vigor, denúncias de violência familiar e doméstica tiveram um aumento de 86%. A vitória de Maria da Penha foi muito maior que ver o seu agressor sendo punido pelos crimes cometidos e ter a sua liberdade em relação a este, ela possibilitou que várias mulheres também fossem libertadas de seus alcoses e que estes também fossem punidos.

“Agora é pra fazer valer. Sou força, porque todas nós somos. Sigo porque seguiremos todas nós juntas. Eu sou Marielle Franco: mulher, negra, mãe, da favela. Eu sou porque nós somos.” Esta fala é de **Marielle Franco**, nascida e criada na favela da Maré – RJ e que se tornou militante dos direitos humanos após ter ingressado em um pré-vestibular comunitário e perder uma amiga, vítima de bala perdida, no momento em que policiais e traficantes trocavam tiros no Complexo da Maré. Completou sua graduação como bolsista na PUC- Rio, no curso de Ciências Sociais e concluiu seu mestrado em administração pública pela Universidade Federal Fluminense. Trabalhou com Marcelo Freixo (deputado federal do Rio de Janeiro) na Assembleia Legislativa do Rio como representante do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, onde cuidava de pautas relacionadas à questão racial, de mulher e favelas, sempre dedicada à defesa e garantia dos direitos humanos.

Filiada ao partido do PSOL, foi eleita vereadora da cidade do Rio de Janeiro em 2016, com 46.052 votos (a 5º mais votada). Presidiu a Comissão da Mulher da Câmara, foi militante dos direitos humanos e coordenou ao lado de Marcelo Freixo a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio.

Dos 16 projetos de lei que apresentou, a maioria eram de autoria individual, o que demonstra sua posição, e traziam pautas como: a luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, propondo instituir um dia específico para o combate a esses tipos de crimes; assim como também queria instituir o “dia da mulher negra”; incluir cartazes em locais públicos informando os direitos das vítimas de violência sexual, tratamento humanizado para as mulheres que precisam fazer aborto legal mas não conseguem; a valorização da cultura do funk tradicional carioca; a construção de habitação para famílias de baixa renda; além de ser contrária a decisões políticas arbitrárias ou prejudiciais à maioria da população; e às ações violentas de policiais e milícias dentro das favelas promovendo o genocídio da população negra. A resposta reacionária às posições defendidas por Marielle foi o seu assassinato.

Marielle Franco foi brutalmente assassinada aos 38 anos junto de seu motorista Anderson Pedro Gomes, na noite de 14 de março de 2018, um crime político que ainda não foi desvendado, mas que evidentemente se tratava de um recado: “calar uma mulher que enfrentava os mais

poderosos políticos e instituições com sua voz”. Um plano que, em parte, tornou-se frustrado pois, Marielle se tornou um símbolo internacional contra a opressão racial e de gênero, contra a violência policial, deu coragem a várias mulheres, inspira a todas elas-nós com sua força e coragem no sentido de seguir lutando e resistindo mesmo que tentem nos silenciar. A sua voz ainda ecoa por todos os cantos e não há como não reconhecer sua trajetória, luta e coerência classista.

Simone Silva, professora, mãe solo de dois filhos, morou em Gesteira, distrito de Barra Longa-MG, localidade que foi atingida por um dos maiores crimes ambientais do país: o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da empresa Samarco, na cidade de Mariana-Minas Gerais, no dia 05 de novembro de 2015.

Simone teve sua vida transformada na medida em que perdeu familiares, amigos, bens materiais e se viu diante da obrigação de lutar pela vida daqueles que sobreviveram e pela saúde de sua filha que necessita de cuidados médicos e de medicamentos para o tratamento de uma alergia desenvolvida a partir do contato com os resíduos tóxicos deixados pela lama e de materiais contaminados que foram reaproveitados para reconstruir a cidade de Barra Longa-MG onde passaram a morar logo após o crime da Samarco.

A vivência de mulher, mãe e professora, agora é somada à militância. Simone passou a fazer parte do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do qual hoje é coordenadora local e participa de vários eventos regionais e nacionais representando a comunidade atingida e contando-denunciando como tem sido a sua e a trajetória dos demais atingidos durante esse processo de “pós crime ambiental”. Além disso, participou do filme “Arpilleras³: atingidas por barragens bordando a resistência”, que conta a história de 10 mulheres das cinco regiões do Brasil atingidas por barragens, que utilizam de uma técnica de bordado que surgiu no Chile durante o período militar, para contar em forma de costura suas dores, lutas e experiências vividas no dia a dia. Simone foi obrigada a aprender a viver de uma nova forma, lutando por si mesma e por aqueles que precisam de sua voz, por isso, ela segue encorajando outras mulheres que assim como ela, são arrimo de família e precisam brigar pelos seus direitos mais elementares. E como ela mesmo diz: “aprendi que sou sujeito e que quem deve contar a minha história sou eu”.

3.2 A necessidade histórica da emancipação humana e o fim da exploração e opressão da

³ <<https://youtu.be/PEu-AATb3TU>> - link do filme “Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência”. Para maior aprofundamento consultar o site do MAB- Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/>>.

mulher. Os gêneros estruturam a sociedade?

Muitos (as) pesquisadores (as) e militantes buscam respostas para explicar a origem da opressão às mulheres através de um viés culturalista, baseado prioritariamente na desigualdade que existe entre os gêneros feminino e masculino. No entanto, ao recorrer às pautas que buscam justificar o problema sem combater suas raízes, suas estruturas nesta sociedade, o efeito não parece ser tão eficaz, na medida em que se trava uma luta contra “palavras e ideias” e não com o seu sentido real, algo mais profundo que está presente na estrutura da sociedade. Como nas palavras de Toledo (2017, p. 156): “(...)ao combater a desigualdade sem combater suas raízes, o feminismo luta contra palavras e ideias e não contra o mundo real”, e nesse sentido, passam a buscar motivações que justifiquem tais relações, como se apenas os gêneros fossem os pontos de estruturação da sociedade.

Para o marxismo, o que explica a desigualdade entre os gêneros é a propriedade privada e a exploração da força de trabalho, isto é, as relações econômicas, fatores que estão presentes na divisão da sociedade de classes, das quais as duas fundamentais são a burguesia e o proletariado. Desse modo, não se nega a existência da divisão sexual no interior das classes, pelo contrário, se reconhece tal situação e, a partir disso, entende-se que o fato de sua existência não altera o sentido da classe.

A fonte fundamental da desigualdade é a propriedade privada e a exploração econômica, e isso se assenta na divisão da sociedade em classes, sendo que as duas fundamentais são a burguesia e o proletariado. A divisão sexual no interior das classes é importante e é real, mas não muda o caráter da classe. Acentua e agrava a opressão das mulheres, opressão esta que tem de ser considerada do ponto de vista das classes, que são as que realmente estruturam a sociedade burguesa e capitalista, e não os sexos ou gêneros. (TOLEDO, 2017, p. 157)

Portanto, é reconhecido o quanto a divisão sexual reforça e alimenta a opressão das mulheres, o que segundo Toledo (2017) deve ser considerado de um ponto de vista classista, afinal, são as classes quem realmente estruturam a sociedade capitalista e burguesa, e não os sexos ou gêneros.

Os gêneros, segundo a autora, são construções sociais, reflexos do modo de produção capitalista, que em sua fase imperialista tende a se tornar cada vez mais opressor ao se manifestar contra os seres humanos. O que distingue os indivíduos (gênero humano, homens e mulheres) entre

si é o seu lugar no modo de produção, seus ganhos e perdas nesse sistema, o que para Toledo (2017) funciona como uma espécie de “camisa de força” que constitui o pilar da sociedade de classes na qual os homens e as mulheres estão submetidos. Sendo assim, se manifesta de forma a produzir e destruir as construções culturais, que vão desde consagrar e justificar a vida humana ou até mesmo negá-la como tal.

Hoje vivemos num tempo de guerras e genocídios. O imperialismo luta para dominar o mundo, sobretudo as regiões estratégicas como as fontes de petróleo e gás. A cultura dos povos nunca foi tão vilipendiada. Seus costumes ancestrais viraram armas para justificar a morte. A religião ensina que matar é pecado, mas nunca se matou tanto quanto nos dias de hoje, sobretudo nas guerras imperialistas. A igreja ensina que roubar é pecado, mas ela mesma já não consegue esconder tantos escândalos de corrupção, além de acobertar governos e burgueses corruptos até a medula. A religião prega a solidariedade humana, mas é a maior fonte de desavenças e ódio entre os povos. (TOLEDO, 2017, p. 158)

A condição de opressão a qual as mulheres estão expostas é tão complexa que não podemos analisá-la sem antes levarmos em conta todos esses fatores, ou nos darmos por satisfeitos e satisfeitas quando nos deparamos com argumentos que se baseiam somente na desigualdade de gênero para justificar o problema e trazem como solução a ampliação da democracia, a mudança de ideário cultural, a aliança entre as mulheres trabalhadoras e burguesas, soluções estas, que se parecem e estão muito distantes daquilo que vivenciamos no nosso mundo real, cotidiano.

“As reais causas desses problemas não se encontram neles mesmos. Essa é uma via de análise morta” Toledo (2017, p. 158). Concordamos com a autora e repetimos que a resposta que procuramos está na mulher real, em seu dia a dia. Façamos a seguinte reflexão: “como vivem as mulheres trabalhadoras e pobres no mundo de hoje?” A resposta está nas comunidades e favelas do mundo, onde estas estão criando seus filhos, trabalhando dentro e fora de suas casas, sendo superexploradas com remunerações que não lhe permite nem sequer arcar com as despesas diárias; em endereços sem a mínima infraestrutura. As mulheres “reais” pertencentes à classe trabalhadora são estupradas, violentadas, discriminadas, morrem todos os dias em clínicas clandestinas de aborto, inseridas na prostituição, são jovens que precisam largar os estudos para encarar as responsabilidades e necessidade de sobrevivência, ou mulheres adultas e idosas que desde muito cedo foram chamadas à responsabilidade e não tiveram a oportunidade de estudar ou viver sua infância/adolescência em seu pleno sentido.

Nas situações acima descritas, encontramos a mulher real e caberia muitas outras definições, manifestações da exploração e da opressão para descrevê-la. Essa mulher somos nós, oriundas da classe trabalhadora, pobres e em maioria negras; “(...) e é dela que se deve partir para

traçar toda e qualquer política que se diga feminista” Toledo (2017, p. 158).

Ao falarmos de opressão da mulher não devemos considerar somente o conceito econômico em seu sentido mais amplo e generalizante da vida social. Devemos considerar que envolve as categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas que juntamente das estruturas econômicas se manifestam de diversas formas, a depender do tempo histórico. Assim como também, é preciso conhecer o seu opressor, que é a sociedade de classes, que usa como seu agente da opressão, o indivíduo homem.

O que faz desse indivíduo homem um agente opressor da mulher são as imagens e papéis sociais construídos historicamente. Para a mulher, preceitua-se a condição de ser frágil, incapaz de tomar decisões, fútil, emotiva, etc; já para o homem, encoraja-se e a priori o define-se como macho, forte, corajoso, etc. Dessa forma, como afirma a autora supracitada, o problema não se encontra no gênero, mas sim nos seres “humanos históricos”. No entanto, o gênero está “determinado pela classe” e se expressa de formas diferentes entre a mulher burguesa e proletária, que quando negra, ainda tende a conviver com a discriminação racial.

No mundo todo, o que vemos hoje é o agravamento da opressão da mulher, principalmente nos países de capitalismo dependente como o nosso, onde a exploração econômica se faz de forma exacerbada. Nesse sentido, as políticas de gênero se tornam cada vez mais fora da realidade a que estamos inseridos.

Como conciliar a cultura da tolerância, do respeito à adversidade e à igualdade, a solidariedade, o respeito aos direitos humanos, com uma realidade de miséria e exclusão em que vivem a classe trabalhadora e grandes contingentes humanos em todo o mundo? Como pedir que homens e mulheres vivam em igualdade, sem violência, sem agressões, se estão inseridos numa sociedade baseada em desigualdades e violências de todo o tipo? Como pedir que a mulher se emancipe se não há pleno emprego? Como querer que as plataformas de ação mundiais votadas em Beijing e outras conferências de mulheres sejam cumpridas e ao mesmo tempo aperfeiçoar o mercado? Como alcançar a legalização do aborto e evitar milhares de mortes de mulheres pobres no mundo inteiro se as clínicas clandestinas viraram um grande negócio? Como exigir respeito à mulher e à sua sexualidade, se os meios de comunicação exploram economicamente e banalizam o sexo da forma mais vil e brutal? (TOLEDO, 2017, p. 174)

Ao capital, não interessa que as pessoas tenham melhores oportunidades econômicas e sociais, muito menos que as questões que perpassam a sociedade e a transformam em um mundo tóxico e doentio como a discriminação de gênero, violência, opressão, etc sejam enfrentadas e superadas. Tal contexto é conveniente ao capital que objetiva apenas o lucro advindo das relações de mercado. Ali está o seu interesse prioritário, único.

Sendo assim, a luta pelo fim da opressão da mulher e pela igualdade de gênero só pode ser pautada articuladamente com a necessidade de rompimento e superação da ordem econômica vigente, isto é, o modo de produção capitalista. É o próprio sistema em que vivemos o grande responsável por toda estrutura de desigualdade social, pobreza e submissão dos indivíduos, e que coloca a mulher em um lugar ainda pior em relação aos homens, no sentido que ela é explorada e oprimida. “Mas as mulheres não devem sentir a opressão e submissão como uma exceção à regra. Pelo contrário, devem senti-la como a confirmação da regra, como a confirmação de que vivemos num sistema injusto e desigual, em que o que prima é a opressão e a desigualdade” Toledo (2017, p. 180).

Por mais que os tempos se modifiquem, o capitalismo sempre cuidará de que a participação social da mulher seja feita nesses moldes, por se favorecer disso.

Por mais que surjam novas teorias feministas, a conquista da emancipação plena e verdadeira das mulheres será impossível dentro dos marcos da democracia burguesa e do sistema capitalista. Para emancipar plenamente os oprimidos e toda a classe trabalhadora é preciso que o sistema deixe de ser capitalista, ou seja, deixe de depender da propriedade privada dos meios de produção por uma minoria, enquanto a maioria é subsidiária, servil, explorada e oprimida. Na época de ascensão do capitalismo, a burguesia impôs-se como classe prometendo emancipar todos os seres humanos. No entanto, foi incapaz de cumprir sua tarefa histórica, e o que aconteceu foi que a opressão das mulheres se agravou e assumiu outras formas ainda mais cruéis. A democracia burguesa, apesar de alguns direitos conquistados, como o direito à educação e o direito de voto, mostrou-se, de fato, um regime político que só atende os interesses da burguesia. (TOLEDO, 2017, p. 175)

Por outro lado, mesmo tendo ciência de que a opressão no modo de produção capitalista, não acabará por completo, isso não significa que devemos deixar de exigir do Estado um posicionamento em favor de nossas necessidades e direitos, mesmo sabendo que exigir isso dos governantes é o mesmo que exigir que o “(...) Estado burguês deixe de ser burguês”. (...) “Cada migalha que conquistamos é fruto da mobilização e da força do conjunto da classe trabalhadora” (TOLEDO, 2017, p. 180).

Portanto, a luta pela igualdade de gênero deve ser vista como demanda de toda classe trabalhadora, como perspectiva de luta contra o capitalismo. Nesse sentido, deve estar travada no marco de um enfrentamento com o capital, buscando colocar um fim na exploração da classe trabalhadora.

Em palavras, a democracia burguesa promete igualdade e liberdade. Mas, de fato, as repúblicas burguesas, por mais avançadas que sejam, não deram à mulher, que constitui a metade do gênero humano, plena igualdade com o homem perante a lei, tampouco a libertaram da tutela e da opressão do homem. A democracia burguesa é a democracia das frases pomposas, do palavreiro solene, das promessas retumbantes, das palavras de ordem grandiloquentes de liberdade e igualdade; mas, na prática, tudo isso encobre a falta de

liberdade e a desigualdade da mulher, a falta de liberdade e a desigualdade dos trabalhadores e explorados. [...] Abaixo essas mentiras! Abaixo os farsantes que falam de liberdade e igualdade para todos, enquanto existe um sexo oprimido, existem classes opressoras, existe a propriedade privada sobre o capital e sobre as ações, existem senhores de posse que, com seus excedentes de trigo, escravizam os que têm fome. Não à liberdade para todos, não à igualdade para todos, e sem luta contra os opressores e exploradores, eliminação da possibilidade de oprimir e explorar. Esta é a nossa palavra de ordem! (LENIN, 1919 apud TOLEDO, 2017, p. 177)

A emancipação para mulher tem um significado muito forte, pois reflete não somente em sua libertação pessoal, no sentido de “poder ser mulher”, serem donas de si mesmas, do seu próprio corpo e das suas vontades, mas de se libertarem dos maridos, dos pais, dos irmãos, passando a serem vistas como indivíduos capazes de cuidar da própria vida, sem que pra isso precisem de alguma “tutela” ou do confronto com a própria família.

Quando se trata da emancipação política e econômica vemos que na classe trabalhadora nenhum indivíduo está emancipado nem politicamente e nem economicamente. “Um ser só se considera independente quando é dono de si mesmo e só é dono de si mesmo quando deve a si mesmo sua existência. Um homem que vive graças a outro considera a si mesmo um ser dependente” (TOLEDO, 2017, p. 179). Desse modo, o trabalhador necessita do Estado burguês para obter os serviços públicos ou exercer seus direitos políticos. Isso significa que ele está “amarrado” a um Estado que assume e se orienta a partir dos interesses da classe dominante, que é constituído prioritariamente por homens, héteros e cis em sua maioria, e que não estão interessados em responder as carências e demandas legítimas da maior parte da população.

Pensar e pautar a emancipação da classe trabalhadora é entender que isso não ocorrerá enquanto o Estado, os meios de produção e os bancos estiverem nas mãos dos burgueses e que sejam instâncias e âmbitos utilizados prioritariamente para defender seus próprios interesses. Por isso, seria ingênuo, ou melhor, um erro de entendimento da realidade, acreditar que isso pode ser possível de acontecer enquanto estivermos vivenciando o modo de produção capitalista enquanto diretriz estruturante da nossa existência material e subjetiva enquanto gênero humano.

Nós mulheres somos parte integrante da classe trabalhadora e vivemos em um modo de produção e reprodução da vida humana assentado nas desigualdades, na exploração e na apropriação da riqueza de forma individual. Por mais que, aparentemente, este modo de produção tenha criado condições para “emancipar” a todas nós, transformando-nos em operárias, a emancipação de fato não aconteceu e nem acontecerá, na medida em que o que realmente ocorreu e se criou foi uma dupla jornada de trabalho, somadas às novas formas de opressão e exploração.

Desse modo, a classe operária em unidade de ação e luta é a única que de fato tem condições de enfrentar e destruir o capitalismo.

Insistimos na referência de que a emancipação da mulher não pode ser pensada enquanto ela permanecer como “escrava” do lar no que se refere ao âmbito da reprodução social e nem enquanto força de trabalho facilmente substituível ao que se refere à esfera da produção material. Para Toledo (2014, p. 203), “(...) a mulher é em essência um ponto vivo onde se cruzam as fibras decisivas do trabalho econômico e cultural”, o que significa que o modo de produção capitalista precisa que a mulher esteja na condição de oprimida e explorada para obter cada vez mais lucro.

Por isso, a mulher só poderá se libertar quando a sua situação for modificada desde a raiz, ou seja, quando as condições sociais e econômicas, familiares e domésticas sofrerem alterações, mudanças que devem atingir todas as mulheres, urbanas e camponesas. “É impossível avançar deixando a mulher para trás. A mulher é a mãe da nação” (TOLEDO, 2014, p. 206). A autora complementa afirmando que a melhor forma de determinar o nosso grau de desenvolvimento (avanços materiais e culturais) é observarmos quais medidas práticas estão sendo tomadas para que a situação da mãe e da criança melhore.

O papel doméstico tem que deixar de ser visto somente como uma tarefa a ser executada por mulheres, e para isso, é preciso que o Estado se mobilize e crie alternativas que torne possível a sua libertação do lar. Isso significa que o Estado deve investir na instalação de creches, escolas, lavanderias, restaurantes, confecções, serviços públicos de qualidade, que atendam a população em sua totalidade e que descaracterize as tarefas domésticas como femininas.

[...] é impossível emancipar a mulher enquanto ela for escrava do lar. A emancipação da mulher depende de uma política consciente por parte do Estado de tomar para si essas tarefas que têm a ver com a reprodução da força de trabalho. Isso significa a instalação de serviços públicos de boa qualidade, como creches, escolas, lavanderias, restaurantes, confecções, para que a sociedade tome para si as tarefas domésticas, o que exige um desenvolvimento das forças produtivas que permita esse deslocamento de recursos. (TOLEDO, 2017, p. 215)

Dito isso, observemos como as políticas estimuladas hoje em nosso país favorecem exatamente o contrário do que falamos anteriormente e defendemos. São governantes neoliberais, que assumem e operam políticas de Estado mínimo, ocasionando a exclusão ou o enfraquecimento dos serviços sociais e que intensificam a árdua carga doméstica sobre os ombros da mulher trabalhadora, tornando assim, quase impossível qualquer que seja a ideia de liberdade. Por pior que seja, essa não é uma situação específica do Brasil, ela se faz presente em todo o mundo, e nesse sentido, a situação da classe trabalhadora e dos setores oprimidos está cada vez mais agravada.

Logo, se faz urgente refletirmos sobre a necessidade de se potencializar as lutas, prioritariamente a luta da mulher pertencente à classe trabalhadora contra toda forma de opressão, exploração e pelo fim do capitalismo. É preciso pensar em um novo modo de sociabilidade que nos permita viver enquanto mulheres “livres” em sentido pleno. Queremos uma sociedade que de fato permita que nos emancipemos humanamente, e isso não será dado enquanto não destruímos o modo de produção vigente (capitalista) e promovermos uma verdadeira revolução social que tenha como consequência e objetivo final a emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente considerarmos que ser mulher em um mundo regido pelo modo de produção capitalista nos expõe a determinações tão cruéis, que poderíamos dizer que só o fato de nascermos, já seria o suficiente para estarmos condenadas a tempos difíceis.

Em se tratando da realidade brasileira, precisamos levar em conta a nossa formação sócio-histórica. O nosso país foi construído por mãos de pessoas, homens e mulheres negras e indígenas que foram sequestradas e escravizadas por quase 400 anos, o que teria configurado um dos maiores crimes de tráfico humano que aconteceu na história da humanidade, e que propiciou cicatrizes que até hoje não foram superadas e que refletem direta e cotidianamente na nossa estrutura social e econômica. Devemos lembrar que a classe trabalhadora brasileira precisou lutar por liberdade antes mesmo de reivindicar por seus direitos básicos, que vivemos em um país de capitalismo dependente sob o controle de uma burguesia “débil”, o que significa que a nossa condição no globo econômico é de país subordinado e com uma economia totalmente dependente em relação aos países de capitalismo central-dominante. Nessa relação e condição entre Estados Nação imperialistas e dependentes, enfatiza-se que a burguesia local absolutamente não se importa com as necessidades do seu próprio povo.

Refletir sobre o real sentido da família pertencente à “classe trabalhadora” em um mundo capitalista faz parte do nosso exercício para entender o que precisamos fazer para superar a nossa condição de superexplorados nesta configuração econômico-social vigente. A mulher está condicionada à dupla jornada de trabalho, e nem mesmo o significado de ser mãe a “pertence”, pelo contrário, as definições estão mais próximas da obtenção de lucro, e o real sentido do termo “família” só existe mesmo para as famílias burguesas. A mulher é partícipe da classe trabalhadora, assim como os homens, porém em determinação de “mitos sociais” criados ao longo da história, esta tende a sofrer com julgamentos “infundáveis” que as qualificam como um ser inferior, e desse modo o mercado capitalista se apropria desses julgamentos para condicioná-la aos piores cargos, remunerações salariais e condições de trabalho. Nesse sentido, a mulher negra brasileira, tende a sofrer ainda mais que as mulheres brancas, pois além dos pré-julgamentos, ainda se soma o peso de um passado escravocrata, que se baseia no racismo estrutural e cultural como forma de oprimi-las diariamente. Mesmo compondo uma parcela da “classe trabalhadora”, a mulher negra hegemonicamente tem sido submetida às piores condições sociais, econômicas e políticas e está

comprimida a aceitar tal condição pois, precisa trabalhar para sobreviver e manter seus dependentes, mesmo que em condições difíceis e precárias.

Demarcamos que o intuito deste trabalho de conclusão de curso em Serviço Social também é referenciar as lutas que foram travadas durante o passar dos anos, ou seja, é reconhecer a importância que tiveram as manifestações de mulheres de todo o mundo em tempos anteriores ao nosso e que nos proporcionaram estar onde estamos e ocupar os espaços que ocupamos nos dias de hoje. No entanto, é necessário também explicitar que compreendemos que não podemos libertar as mulheres, nos libertar da sua-nossa condição de superexploradas enquanto uma delas -uma de nós não couber no “nosso feminismo”.

É imprescindível levar em conta a história que a mulher negra carrega se cogitarmos uma emancipação social, pois somos nós que pertencemos a maior parcela da classe trabalhadora (negra (o) e pobre), e nesse sentido, uma revolução social não surgirá das grandes CEOs que pregam o “empoderamento” feminino e configuram a classe privilegiada da sociedade, por mais que possam dizer querer a nossa liberdade, no entanto, na verdade não querem e não aceitam a nossa real e efetiva libertação.

Por isso, concordo com Toledo (2016) quando diz que a questão da opressão não pode ser pensada somente no gênero, pois segundo ela os gêneros são “construções sociais e reflexos do modo de produção capitalista”, portando, para compreender o problema da opressão sofrida pelas mulheres é preciso ter em mente que este possui raízes mais profundas.

Sendo assim, em concordância com Toledo (2016) novamente, afirmamos que a verdadeira emancipação não se pautará no modo de produção vigente, o capitalismo. Para isso, precisaremos pensar em um outro modo de sociabilidade, o que para tal carece de uma revolução social. Concordo também com a autora Tristán (2017) quando diz que esta revolução só poderá acontecer partindo de nós mulheres da classe trabalhadora, negras e pobres, pois somos nós as mais afetadas por esse sistema de acumulação de riquezas e de uma incansável exploração diária, que gera desigualdade e que nos condiciona às piores determinações sociais. Mas reitero que esta não é uma luta somente das mulheres negras, e sim, da classe trabalhadora como um todo (mulheres brancas, homens) que fazem parte de um contexto econômico e social tão desigual, onde a opressão e a exploração imperam.

Diante disso, é nosso dever compreender que a mulher (negra e pobre) no Brasil, país de capitalismo dependente, com governantes que apoiam as investidas do neoliberalismo a partir da

crescente globalização econômica, terá ainda mais dificuldades de sair desse abismo social que se transformou a sociedade em função da cada vez mais aprofundada contradição Capital x Trabalho, e que desse modo, deixa qualquer que seja a ideia de emancipação, ainda mais distante. Porém, cada vez mais urgente e necessária no que se refere à superação desse mesmo contexto contraditório, explorador e opressor. Portanto, vejamos a extrema urgência e pertinência que é discutirmos sobre gênero, classe e raça, para que de fato se torne pauta de lutas na busca pela verdadeira libertação da mulher e da sociedade como todo.

Após escrever este estudo tenho consciência de que o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora brasileira é o lugar de luta, resistência e denúncia. O seu maior inimigo estrutural, a burguesia, jamais freará suas ações enquanto houver força de trabalho para ser consumida nas engrenagens do modo de produção capitalista e para lhe render cada vez mais lucro. Da mesma forma, o Estado que é burguês, também não promoverá ações efetivas para nos defender e proteger. Essa é uma luta da classe trabalhadora para a classe trabalhadora. Esse é o nosso lugar na história, ou melhor, na pré-história da humanidade. Neste, as mulheres negras tiveram, tem e terão papel fundamental, mas todos e todas devem compreender e se apropriar da necessidade dessa luta ser humano genérica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N.; **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 out 2019.
- CALADO, Joana das Neves. **O caráter do patriarcado na ordem social do capital: Um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade**. 2016. 53 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1975, 2ª edição.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1960. 1ª edição. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18Ot6jmJy2FfJgF_wLDvwM-a2fsm7uYLP/view Acesso em: 11 jul. 2019.
- MARINI, R.M. **Vida e Obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, 2ª edição.
- MATTOS, Marcelo. B. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular Ltda, mar. 2009. 1ª edição. Disponível em: [file:///C:/Users/fabia/Downloads/trabalhadores-e-sindicatos-no-brasil-marcelo-badaro-mattos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fabia/Downloads/trabalhadores-e-sindicatos-no-brasil-marcelo-badaro-mattos%20(1).pdf) Acesso em: 11 jul. 2019.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As trabalhadoras do telemarketing no Brasil: uma nova divisão sexual do trabalho?** XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latino Americana de Sociología – Guadalajara, 2007.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei, **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. Aurora ano IV, número 6, agosto de 2010.
- PEREZ, Davi Machado. **Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: contribuição ao debate teórico no Serviço Social**. 159 f. Dissertação (Pós-graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.
- RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 2ª edição. Disponível em:

<[http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro - O povo Brasileiro-a forma%C3%A7%C3%A3o e o sentido do Brasil.pdf](http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf)> Acesso em: 10 de jul. de 2019.

TRISTÁN, J. **Mulheres negras, capitalismo e revolução**. In: D'Atri, A.; ASSUNÇÃO, D.; Feminismo e Marxismo. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Iskra/Centelha Cultural, 2017, cap. 9, p. 109-121.

TOLEDO, C.; **Gênero e Classe**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2017

TOLEDO, C.; **A mulher e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2014.

SITES CONSULTADOS

ANDES UFCS. Dia Internacional da Mulher: data de luta e de resistência. Disponível em: <<http://andes-ufsc.org.br/dia-internacional-da-mulher-data-de-luta-e-de-resistencia/>> Acesso em 04 out. 2019.

Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 11 de nov. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Ludmilla compartilha caso de racismo no prêmio Multishow.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/31/interna_diversao_arte,802693/ludmilla-compartilha-video-de-caso-de-racismo-no-premio-multishow.shtml> Acesso em 11.nov 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho.** Disponível em <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>> Acesso em 29 set. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 29 set 2019.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em 20 jul. 2019.

DIEESE. **Varição da cesta tem comportamento distinto entre as capitais.** Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201910cestabasica.pdf>> Acesso em 20 jul. 2019.

EXAME. **Diretora da Vogue Brasil é criticada por festa considerada racista.** Disponível em <<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/>> Acesso em 11 nov. 2019.

FACEBOOK. **Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência.** Disponível em <<https://www.facebook.com/arpilleras/>> Acesso em 10 out. 2019.

FACEBOOK/ PSTU REGIÃO DA MINERAÇÃO. **Nota de repúdio à ação truculenta da polícia militar de Minas Gerais em Mariana.** Disponível em <https://www.facebook.com/pstumineracao/posts/2689315867812837?_tn_ =K-R> Acesso em 11 nov. 2019.

FACEBOOK. **SIMONE SILVA.** Disponível em https://www.facebook.com/simone.silva.35380399?epa=SEARCH_BOX Acesso em 10 out. 2019.

FORUM. **Diretora da Vogue Brasil faz festa com negras fantasiadas de escravas.** Disponível em <https://revistaforum.com.br/direitos/diretora-da-vogue-brasil-faz-festa-com-negras-fantasiadas-de-escravas/> Acesso em 11 nov. 2019.

GELEDÉS. **Elza Soares sobre festa da diretora da Vogue: “escravizar, nem de brincadeira”.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/elza-soares-sobre-festa-da-diretora-da-vogue-escravizar-nem-de-brincadeira/> Acesso em 11 nov. 2019.

GUIA DE TURISMO E VIAGEM DE SALVADOR, BAHIA. **O engenho de açúcar no Brasil colonial.** Disponível em <https://www.bahia.ws/engenho-de-acucar-no-brasil-colonial/> Acesso em 10 de jul. 2019.

GELEDÉS. **A escravidão de Africanos.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/escravizacao-de-africanos/> Acesso em 11 jun. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE PERNAMBUCO. **Lançado Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho.** Disponível em <http://www.prt6.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-go/1504-lancado-observatorio-da-diversidade-e-da-igualdade-de-oportunidades-no-trabalho> Acesso em 27 de ago. 2019.

UOL. **Sabrina Paiva diz ter sido chamada de ‘macaca’ por funcionário de A Fazenda.** Disponível em <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/a-fazenda/sabrina-paiva-diz-ter-sido-chamada-de-macaca-por-funcionario-de-a-fazenda-30668> Acesso em 11 nov. 2019.

ANEXOS

Anexo 1. Festa da diretora da Vogue Brasil com negras fantasiadas de escravas

revistaforum.com.br/direitos/diretora-da-vogue-brasil-faz-festa-com-negras-fantasiadas-de-escravas/

09 DE FEVEREIRO DE 2019, 11H30

Diretora da Vogue Brasil faz festa com negras fantasiadas de escravas

A festa de aniversário luxuosa de Donata Meirelles, em Salvador, tinha temática escravocrata e até "trono de sinhá" para que os convidados tirassem fotos ao lado das "mucamas"; internautas acusam a socialite de racismo



Uma festa que reuniu artistas e milionários na noite desta sexta-feira (8) em Salvador vem sendo acusada por internautas de racismo. Trata-se da festa de aniversário de 50 anos da socialite Donata Meirelles, diretora da Vogue Brasil, realizada no Palácio da Aclamação.

Pelas fotos, a festa aparentava ter como tema o Brasil Colônia escravocrata. Mulheres negras fantasiadas de mucama faziam a recepção dos convidados, que postaram fotos em suas redes sociais com a hashtag #doshow50. As mulheres vestidas de escravo ficavam com abanadores ao lado de “tronos de sinhá” para que os convidados pudessem fazer o registro fotográfico.

Hélio Menezes: A cadeira da foto

“A branquitude ama vivenciar o ranço da escravidão, porque afinal de contas eles gostariam que não tivesse acabado mas, será que acabou? Vivemos na tal escravidão moderna, onde nossas dores viram fantasias, decoração de festas pra beneficiar o mal gosto das sinhás e senhores”, escreveu, em uma postagem nas redes sociais, a cantora negra Joyce Fernandes, conhecida como Preta Rara.

exame.abril.com.br/estilo-de-vida/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/

≡ EXAME

↗ Bolívia Podcast Petrobras Revista Newsle

Diretora da Vogue Brasil é criticada por festa considerada racista

Fotos divulgadas nas redes sociais mostram mulheres negras vestidas como "mucamas" e posando ao lado de uma cadeira que lembra um "trono de sinhá"

Por **Estadão Conteúdo**

© 11 fev 2019, 11h18



Donata Meirelles, diretora de estilo da Revista Vogue, em sua festa de 50 anos: evento foi realizado em Salvador e teve show de Caetano (Donata Meirelles/ Instagram/Reprodução)

São Paulo – Donata Meirelles, diretora de estilo da revista Vogue Brasil, comemorou 50 anos de idade com uma festa luxuosa nesta sexta-feira, 8, em Salvador, capital da Bahia. Fotos divulgadas nas redes sociais com a hashtag **#doshow50** mostram mulheres negras vestidas como “mucamas” e posando ao lado de uma cadeira que lembra um “trono de sinhá”, conforme relatos de internautas que criticam a empresária por evento considerado **racista**.

A festa foi realizada no Palácio da Aclamação, edifício monumental na cidade baiana, e contou com um show de Caetano Veloso. Outras personalidades compareceram ao evento, em cujas fotos os internautas notaram que o tema lembrava a escravidão.

exame.abril.com.br/estilo-de-vida/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/



EXAME



Bolívia Podcast Petrobras Revista Newsletter

“A decoração da festa foi Brasil Colônia Escravocrata, com direito a mulheres pretas vestidas de mucamas ambientando a festa e recebendo os convidados, como vimos na foto, até o trono da sinhá tinha”, apontou Joyce Fernandes, rapper conhecida como Preta Rara, em uma publicação no Facebook. O relato dela acompanhou fotos do evento, que foram compartilhadas por diferentes pessoas nas redes sociais.

Nos comentários, a maioria das pessoas concordou com Joyce e emitiu opiniões. “Não é possível que acharam mesmo que isso ia ser legal. Deve ter sido feito já na intenção de gerar polêmica”, escreveu um internauta.

Houve também quem tentou ponderar a situação, mas intitulado a publicação de “mimimi”. “Isso é mimimi. Elas estão trabalhando porque querem, acredito que ninguém aí foi obrigada. Que é isso? Será que não existe negro ou negra ricos? Elas aceitaram trabalhar porque querem, precisam de dinheiro, não porque tinham de fazer obrigatoriamente”, justificou a pessoa.

No Twitter, internautas também se manifestaram sobre o caso.

Por meio da assessoria de imprensa da Vogue Brasil, o E+ conseguiu uma resposta de Donata Meirelles sobre o caso. A revista deixa claro que a festa foi pessoal, não teve relação com a publicação. Confira abaixo, na íntegra, o posicionamento da diretora de estilo da revista:

“Ontem comemorei meus 50 anos em Salvador, cidade de meu marido e que tanto amo. Não era uma festa temática. Como era sexta-feira e a festa foi na Bahia, muitos convidados e o receptivo estavam de branco, como reza a tradição. Mas vale também esclarecer: nas fotos publicadas, a cadeira não era uma cadeira de Sinhá, e sim de candomblé, e as roupas não eram de mucama, mas trajes de baiana de festa. Ainda assim, se causamos uma impressão diferente dessa, peço desculpas. Respeito a Bahia, sua cultura e suas tradições, assim como as baianas, que são Patrimônio Imaterial desta terra que também considero minha e que recebem com tanto carinho os visitantes no aeroporto, nas ruas e nas festas. Mas, como dizia Juscelino, com erro não há compromisso”

exame.abril.com.br/estilo-de-vida/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/



EXAME



Bolívia Podcast Petrobras Revista Newsletter

*trajes de baiana de festa. Ainda assim, se causamos uma impressão diferente
dessa, peço desculpas. Respeito a Bahia, sua cultura e suas tradições, assim
como as baianas, que são Patrimônio Imaterial desta terra que também
considero minha e que recebem com tanto carinho os visitantes no aeroporto,
nas ruas e nas festas. Mas, como dizia Juscelino, com erro não há compromisso
e, como diz o samba, perdão foi feito para pedir." Donata Meirelles*

Anexo 2. Posicionamento de Elza Soares sobre a festa de Donata Meirelles diretora da Vogue

Elza Soares sobre festa da diretora da Vogue: “escravizar, nem de brincadeira”

Date: 11/02/2019 | in: Casos de Fascismo



A compositora Elza Soares fez um post no seu Instagram oficial sobre a festa da diretora da Vogue, Donata Meirelles:

Do DCM



Elza Soares se apresenta em palco montado no Centro de Manaus (Foto: Ingrid Anee/Manausculj)

Gentem, sou negra e celebro com orgulho a minha raça desde quando não era “elegante” ser negro nesse país.

Quando preto não usava o elevador dos “patrões”. Quando pretos motomeiros dos bondes eram substituídos por brancos em festividades com a presença de autoridades de pele branca. Da época em que jogadores de um clube carioca passavam pô de arroz no rosto para entrarem em campo, já que não “pegava bem” ter a pele escura.

Desde que os garçons de um famoso hotel carioca não atendiam pretos no restaurante. Éramos invisíveis. Celebro minha raça desde o tempo em que gravadoras não davam coquetel de lançamento para os “discos dos pretos”.

Celebro minha origem ancestral desde que “música de preto” era definição de estilo musical. Grito pelo meu povo desde a época em que se um homem famoso se separasse de sua mulher para ficar com uma negra, essa ganhava o “título” de vagabunda, mas não acontecia se próxima tivesse a pele “clara”. Sou bisneta de escrava, neta de escrava forra e minha mãe conhecia na fonte as histórias sobre o flagelo do povo negro. Protesto pelos direitos da minha raça desde que preta não entrava na sala das sinhás. Gentem, essas feridas todas eu carreguei na alma e trago as cicatrizes. A maioria do povo negro brasileiro. Feridas que não se curaram e são cutucadas para mantê-las abertas demonstrando que “lugar de preto é nessa Senzala moderna”, disfarçada, à espreita, como se vigiasse nosso povo. Povo que descende em sua maioria dos negros que colonizaram e construíram o nosso país.

Hoje li sobre mais uma “cutucada” na ferida aberta do Brasil Colônia. Não faço juízo de valor sobre quem errou ou se teve intenção de errar. Faça um alerta! Quer ser elegante? Pense no quanto pode machucar o próximo, sua memória, os flagelos do seu povo, ao escolher um tema para “enfeitar” um momento feliz da vida. Felicidade às custas do constrangimento do próximo, seja ele de qual raça for, não é felicidade, é dor. O limite é tênue. Elegância é ponderar, por mais inocente que sua ação pareça.

A carne mais barata do mercado FOI a carne negra e agora NÃO é mais. Gritaremos isso pra quem não compreendeu ainda. Escravizar, nem de brincadeira.

Anexo 3. Nota de repúdio à ação truculenta da polícia militar de Minas Gerais em Mariana



PSTU - Região da Mineração
@pstumineracao

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Eventos
- Vídeos
- Publicações**
- Comunidade
- Notas
- Criar uma Página

👍 Curtir
📡 Seguir
➦ Compartilhar
⋮

30 de outubro às 10:05 · 🌐

NOTA DE REPÚDIO À AÇÃO TRUCULENTE DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS EM MARIANA

Na noite deste último sábado, 26, duas militantes do PSTU, professoras da rede estadual, observaram e começaram a gravar uma ação truculenta de dois policiais militares em uma abordagem desproporcional a dois cidadãos de moto, intimidando-os e colocando as armas em suas cabeças, mesmo que não demonstrassem qualquer ameaça de perigo. Ao perceber que estavam sendo gravados, os policiais começaram a também intimidar nossas companheiras, dizendo que iriam "levá-las presas por serem testemunhas", apreenderam seus celulares sem qualquer justificativa e depois conduziram as duas trabalhadoras no camburão do carro policial até o batalhão militar de Mariana e depois até a delegacia civil de Ouro Preto. Durante toda a madrugada foram desferidas ofensas machistas, como de dizer que eram "doentes mentais", mostrando a visão sobre a mulher como a "louca", e riram, apontando, no prontuário médico de perícia, o local de moradia de uma de nossas companheiras, o bairro Morada do Sol, dizendo que o bairro tinham muitos bandidos – uma verdadeira tortura psicológica. A capitã da corporação esteve presente na ação, inclusive reconheceu uma de nossas militantes, e, mesmo assim, autorizou a manutenção do procedimento. Desde o início da abordagem, não puderam entrar em contato por telefone com ninguém, o que só aconteceu quando foram liberadas, que foi na parte da manhã, em Ouro Preto.

Essa, infelizmente, é a realidade de muitos trabalhadores (as) e filhos e filhas de trabalhadores (as) da cidade, no geral negros e pobres, que são permanentemente intimidados pela Polícia Militar. Essa mesma instituição que em nossa região tem as mãos sujas de sangue com o recente assassinato do jovem Igor Mendes em Ouro Preto. No Jardim, praça de



PSTU - Região da Mineração

@pstumineracao

Página inicial

Sobre

Fotos

Eventos

Vídeos

Publicações

Comunidade

Notas

[Criar uma Página](#)

[Curtir](#) [Seguir](#) [Compartilhar](#) [...](#)

assassinato do jovem Igor Mendes em Ouro Preto. No Jardim, praça de grande aglomeração nos finais de semana da cidade, é comum ações de grande truculência e desproporcionalidade contra a juventude. Pode-se avistar a mesma violência policial quando os operários e operárias da mineração estão se manifestando em paralisações por direitos e salários.

Para piorar, o governo Bolsonaro, é um incentivador dessas práticas. Cada vez mais pipocam nas manchetes de jornais os crimes cometidos pelos militares em áreas periféricas Brasil a fora. Esses mesmos agentes que também são vítimas da militarização de suas corporações, brutalizados e também mortos nessa guerra doentia contra os pobres e de defesa do lucro e da propriedade dos ricos. Trabalhadores (as) da segurança pública de baixa patente sofrem com a política dos governos de baixos salários e que tem desdobramento direto no índice de adoecimento e suicídio da categoria.

Fazemos um chamado às organizações políticas, sindicais, estudantis, movimentos sociais e religiosos que se unam a nós contra a brutal violência policial do Estado em nossa cidade. Exigimos já uma reunião com o comando da polícia regional e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Mariana, para que se posicionem oficialmente frente aos fatos e se retratem com nossas companheiras e nossa organização. Não vamos aceitar qualquer tipo de intimidação à militância, aos trabalhadores (as) e a juventude da cidade! Queremos uma polícia desmilitarizada, não racista, e controlada pelos operários e o povo pobre, que aponte suas armas para os ricos, políticos corruptos e lideranças militares privilegiadas, que são os verdadeiros mandantes dessa guerra contra os trabalhadores (as).



Anexo 4. Racismo na entrega do Prêmio Multishow

CORREIO BRAZILIENSE Diversão e Arte



Ludmilla compartilha vídeo de caso de racismo no Prêmio Multishow

A cantora foi ofendida ao ir receber o prêmio de melhor cantora

CB Correio Braziliense

Postado em 31/10/2019 18:16 / atualizado em 31/10/2019 19:01





Nas redes sociais, Ludmilla postou o vídeo do momento em que é vítima de **racismo** e desabafa: “Não sabemos quem foi a pessoa exatamente. Cara, até quando isso? Olha, as coisas para mim – e acho que para a maioria dos brasileiros – nunca foram fáceis. Com preconceito e julgamentos pelo tom de pele, vocês só complicam as coisas. A vontade de me diminuir é tanta que não pensam nas consequências dos seus atos”.

“Eu só queria deixar bem claro para vocês, **racistas**, que além da justiça ser lenta aqui e as pessoas praticarem racismo comigo ainda não terem sido punidas, isso não significa que a cobrança nunca vai chegar ou que ela está longe disso. Ainda bem que eu tenho um Deus e uma família que não me deixam desmoronar diante dos racistas. A cobrança de vocês uma hora vai chegar”, finaliza a publicação.

Anexo 5. Racismo em programa de TV



Sabrina Paiva diz ter sido chamada de 'macaca' por funcionário de A Fazenda



GABRIEL PERLINE - Publicado em 06/11/2019, às 00h41 - Atualizado às 10h28

Sabrina Paiva disse ter sido vítima de racismo dentro da sede de [A Fazenda 11](#) por parte de um funcionário da produção do reality show da Record. Em uma conversa com Hariany Almeida e Andréa Nóbrega, ela relatou ter sido chamada de "macaca" por alguém que estava atrás dos espelhos, onde estão instaladas as câmeras escondidas. A Record afirmou

que irá apurar o caso.

A cena não foi exibida na edição ao vivo dessa terça-feira (5), mas os assinantes do PlayPlus viram o momento em que a Miss São Paulo fez o desabafo minutos antes de descer para o galpão e participar da [prova do fazendeiro, da qual saiu vitoriosa](#).

"Eu acho que aquilo foi pra mim. De verdade", disse Sabrina para Hariany. Neste momento, Andréa entrou no quarto e foi integrada à conversa. "Também acho. Você era a única que estava em pé", reforçou a ex-BBB.

"Eu era a única que estava em pé. Você ouviu?", perguntou Sabrina a Andréa. "O que foi?", devolveu a socialite. "A hora que eu fui tomar água, estava todo mundo sentado. Daí só ouvi uma voz assim: 'Senta aí, macaco' e um palavrão. Juro. Do vidro. Eu não estou surda", relatou a modelo. "O que é isso?", respondeu Andréa, indignada.

Na sala, os rapazes também conversaram sobre o assunto. Rodrigo Phavanello, namorado de Sabrina, contou para os demais, que preferiram acreditar que tudo não passou de um mal-entendido.

"O que o cara falou ali atrás foi muito grave", disse o ator. "Será que foi mesmo pra Sa?", questionou Guilherme Leão. "Eu ouvi. A Sabrina foi pegar um copo e o cara falou: 'Senta logo aí, macaca'. Foi bem na hora que ela levantou", afirmou Phavanello.

Nas redes sociais, o público se revoltou com o fato e tem pedido um posicionamento da Record. O vídeo não se encontra disponível na plataforma de streaming da emissora, mas o conteúdo foi gravado e viralizou rapidamente no Twitter.

Procurada, a Record disse que irá apurar o caso para identificar de quem é a voz que ecoou na sala, o que foi dito e a quem o funcionário da produção se referia.

Abaixo está o vídeo do momento em que uma voz ecoa na sala do confinamento e Sabrina Paiva se mostra surpresa com o xingamento:

